

# ORÇAMENTO DA UNIÃO EM FOCO

Parâmetros, Resultados Fiscais e Execução

Ano 1 | n. 1 | 2014



Câmara dos Deputados  
Consultoria de Orçamento  
e Fiscalização Financeira



Brasília/Novembro 2014

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**54ª Legislatura – 2011-2015**  
**4ª Sessão Legislativa**

**PRESIDENTE**

Henrique Eduardo Alves

**1º VICE-PRESIDENTE**

Arlindo Chinaglia

**2º VICE-PRESIDENTE**

Fábio Faria

**1º SECRETÁRIO**

Márcio Bittar

**2º SECRETÁRIO**

Simão Sessim

**3º SECRETÁRIO**

Maurício Quintella Lessa

**4º SECRETÁRIO**

Biffi

**SUPLENTE DE SECRETÁRIO**

**1º SUPLENTE**

Gonzaga Patriota

**2º SUPLENTE**

Wolney Queiroz

**3º SUPLENTE**

Vitor Penido

**4º SUPLENTE**

Takayama

**DIRETOR-GERAL**

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

**SECRETÁRIO-GERAL DA MESA**

Mozart Vianna de Paiva

# ORÇAMENTO DA UNIÃO EM FOCO

Parâmetros, Resultados Fiscais e Execução

Ano 1 | n. 1 | 2014



Câmara dos Deputados  
Consultoria de Orçamento  
e Fiscalização Financeira



Brasília/Novembro 2014

## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **DIRETORIA LEGISLATIVA**

Diretor: Afrísio Vieira Lima Filho

### **CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO**

Diretor: Adolfo C. A. R. Furtado

### **COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA**

Diretora: Heloísa Helena S. C. Antunes

### **CONSULTORIA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA**

Diretor: Ricardo Alberto Volpe

## **REVISTA ORÇAMENTO DA UNIÃO EM FOCO**

Órgão responsável:

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da

Câmara dos Deputados – Conof

Anexo II, Pavimento Superior, Ala B, Sala 116

Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

### **COLABORADORES:**

Artenor Luiz Bosio

Arthur Falcão Freire Kronenberger

Elisangela Moreira da Silva Batista

Fernando José de Medeiros

Gabriel Mendonça Tufenkjian

Hélio Martins Tollini

Leonardo José Rolim Guimarães

Márcia Rodrigues de Moura

Maria Emília Miranda Pureza

Romiro Ribeiro

Thiago Colucci Alves

Túlio Cambraia

Vinicius Oliveira Ribeiro

## ***Projeto gráfico de capa e miolo***

Diego Moscardini

## ***Diagramação***

Mariana Rausch Chuquer

## ***Revisão***

Seção de Revisão

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Anexo II – Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5809; fax: (61) 3216-5810

editora@camara.leg.br

---

Orçamento da União em foco[recurso eletrônico] : parâmetros, resultados fiscais e execução / Câmara dos Deputados, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. -- Ano 1, n. 1 (nov. 2014)- . – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014-.

v. .

Anual

ISSN 2358-9833

1. Orçamento público, periódico, Brasil. 2. Fiscalização orçamentária, periódico, Brasil. I. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira.

CDU 336.12(05)

---

# ORÇAMENTO DA UNIÃO EM FOCO

Parâmetros, Resultados Fiscais e Execução

» *Período 2000 a 2013*

## Lista de siglas

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
Bacen	Banco Central do Brasil
CF	Constituição Federal
Cide-Combustíveis	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
Conof	Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados
DF	Distrito Federal
EC	Emenda Constitucional
EUA	Estados Unidos da América
EX	Exterior
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GND	Grupo de Natureza de Despesa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
ITCMD	Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
LC	Lei Complementar
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
NA	Nacional
NFPS	Necessidade de Financiamento do Regime Geral de Previdência Social

PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
Prodasen	Secretaria de Tecnologia da Informação
RP	Restos a pagar
RCB	Receita Corrente Bruta
RCL	Receita Corrente Líquida
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
Selic	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
Selor-CN	Sistema de Elaboração Orçamentária do Congresso Nacional
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Siop	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
UF	Unidade da Federação

# Sumário

<b>Apresentação.....</b>	<b>11</b>
<b>1 Parâmetros macroeconômicos .....</b>	<b>13</b>
Gráfico 1 – PIB projetado no PLOA x PIB efetivo (2000-2013) .....	14
Tabela 1 – PIB nominal (2001-2013) .....	14
Gráfico 2 – Inflação PLOA x inflação observada (2000-2013) .....	15
Gráfico 3 – Inflação acumulada (2013) .....	16
Gráfico 4 – Taxa Selic (2000-2013) .....	17
Gráfico 5 – Câmbio (2000-2013) .....	18
Gráfico 6 – Avaliação bimestral do PIB pelo Bacen x avaliação bimestral do PIB pelo mercado (2013) .....	19
<b>2 Resultado fiscal do governo central (2001-2013) .....</b>	<b>21</b>
Gráfico 7 – Receitas primárias x despesas primárias (2001-2013) .....	22
Gráfico 8 – Despesas primárias x percentual do PIB (2002-2013) .....	23
Gráfico 9 – Receitas primárias x percentual do PIB (2002-2013) .....	24
Gráfico 10 – Série histórica do resultado primário do governo central (2002-2013) .....	25
Gráfico 11 – Resultado primário (meta cheia LDO) x resultado primário efetivo (2000-2013) .....	26
Tabela 2 – Resultado primário anual do governo central (2000-2013) .....	27
Tabela 3 – Resultado primário mensal do governo central (2013) .....	27
Gráfico 12 – Resultado primário acumulado do governo central (2013) .....	28
Gráfico 13 – Dívida líquida (2000-2013) .....	29
Gráfico 14 – Resultado primário e nominal (2000-2013) .....	30
<b>3 Carga tributária bruta (2000-2012) .....</b>	<b>31</b>
Gráfico 15 – Carga tributária bruta (2000-2012) .....	32
Gráfico 16 – Arrecadação tributária por esfera de governo (2000-2012) .....	33



<b>4</b>	<b>Receita.....</b>	<b>35</b>
	Gráfico 17 – Receita corrente e de capital: PLOA x LOA x arrecadação (2004-2013).....	36
	Gráfico 18 – Receitas correntes: PLOA x LOA x arrecadação (2004-2013).....	37
	Gráfico 19 – Comparação PLOA, LOA e arrecadação (2004-2013) .....	38
	Tabela 4 – Receita orçamentária arrecadada x prevista (2012-2013) .....	39
	Tabela 5 – Evolução mensal da arrecadação por categoria econômica e origem (2013).....	40
	Gráfico 20 – Evolução da receita corrente líquida e bruta (2000-2013).....	41
	Tabela 6 – Receita corrente bruta e líquida em percentual do PIB corrente (2000-2013).....	42
<b>5</b>	<b>Execução orçamentária anual por esfera (2001-2013).....</b>	<b>43</b>
	Tabela 7 – Programação orçamentária x pagamentos (2001-2013) .....	44
	Gráfico 21 – Programação: dotação inicial x valores pagos (2001-2013) .....	45
	Gráfico 22 – Programação x execução orçamentária (2001-2013).....	46
	Tabela 8 – Execução orçamentária anual por esfera (2012-2013).....	47
<b>6</b>	<b>Classificação da despesa orçamentária por natureza (2001-2013).....</b>	<b>49</b>
	Gráfico 23 – Despesas com pessoal e encargos sociais – GND 1 (2001-2013) .....	50
	Gráfico 24 – Despesas com pessoal, por elemento de despesa (2001-2013).....	51
	Tabela 9 – Evolução das despesas com pessoal x RCL (2011-2014) .....	52
	Gráfico 25 – Despesas com juros e amortização (2001-2013) .....	53
	Gráfico 26 – Outras despesas correntes – GND 3 (2001-2013) .....	54
	Gráfico 27 – Investimentos – GND 4 (2001-2013) .....	55
	Gráfico 28 – Investimentos, exceto PAC (2013).....	56
	Gráfico 29 – Inversões financeiras – GND 5 (2001-2013).....	57
	Gráfico 30 – Inversões financeiras, exceto PAC (2013).....	58
	Tabela 10 – Despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por GND (2012-2013) .....	59
	Gráfico 31 – Percentual de valores pagos x dotação autorizada, por GND (2011-2013) .....	60

<b>7</b>	<b>Transferências constitucionais e legais (2001-2013)</b> .....	<b>61</b>
	Gráfico 32 – Transferências constitucionais e legais (2001-2013) .....	62
	Gráfico 33 – Principais transferências constitucionais (2001-2013) .....	63
	Gráfico 34 – Demais transferências legais (2001-2013) .....	64
	Gráfico 35 – Evolução do FPM e do FPE (2001-2013) .....	65
<b>8</b>	<b>Previdência, assistência social e trabalho</b> .....	<b>67</b>
	Gráfico 36 – Previdência Social: receita, despesa e NFPS (2000-2013) .....	68
	Gráfico 37 – Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (2004-2013) .....	69
	Gráfico 38 – Seguro-desemprego e abono salarial (2002-2013) .....	70
	Gráfico 39 – Previdência dos servidores da União: receita, despesa e <i>deficit</i> (2003-2013).....	71
<b>9</b>	<b>Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)</b> .....	<b>73</b>
	Gráfico 40 – Investimentos e inversões financeiras do PAC (2007-2013) .....	74
	Tabela 11 – Nível de execução do PAC, por GND (2012-2013) .....	75
	Tabela 12 – Nível de execução do PAC, por GND e órgão (2012-2013) .....	76
<b>10</b>	<b>Execução orçamentária</b> .....	<b>79</b>
	Tabela 13 – Execução, por função (2001-2013) .....	80
	Tabela 14 – Execução, por subfunção (2001-2013).....	81
	Tabela 15 – Execução, por órgão (2001-2013) .....	84
	Tabela 16 – Execução, por órgão (2012-2013) .....	87
	Tabela 17 – Execução, por função (2012-2013) .....	90
	Tabela 18 – Execução, por subfunção (2012-2013) .....	91
<b>11</b>	<b>Créditos adicionais</b> .....	<b>97</b>
	Gráfico 41 – Acréscimos líquidos ao orçamento vigente: créditos adicionais (2000-2013).....	98
	Gráfico 42 – Créditos extraordinários (2001-2013).....	99
	Gráfico 43 – Créditos adicionais (2013) .....	100
	Tabela 19 – Créditos adicionais (2013) .....	100

<b>12</b>	<b>Contingenciamento – Limites de empenho e movimentação financeira .....</b>	<b>101</b>
	Gráfico 44 – Participação, por órgão, no contingenciamento (2013) .....	102
	Gráfico 45 – Contingenciamento, lei x decretos (2007-2013) .....	103
	Gráfico 46 – Emendas x total contingenciado (2007-2013) .....	104
	Gráfico 47 – Total de emendas, por órgão (2013) .....	105
<b>13</b>	<b>Execução de emendas .....</b>	<b>107</b>
	Tabela 20 – Execução de emendas individuais exclusivas (2008-2013) .....	108
	Tabela 21 – Percentual de pagamento de emendas individuais (2008-2013) .....	108
	Tabela 22 – Composição percentual de pagamentos de emendas individuais exclusivas no ano (2008-2013) ....	109
	Tabela 23 – Pagamento de emendas individuais por partido (2013) .....	110
	Tabela 24 – Pagamento de programações incluídas exclusivamente por emendas individuais e coletivas, por região/UF (2013) .....	111
	Tabela 25 – Execução de emendas coletivas exclusivas (2008-2013) .....	113
<b>14</b>	<b>Restos a pagar .....</b>	<b>115</b>
	Tabela 26 – Restos a pagar inscritos e pagos, por GND (2012-2013) .....	116
	Tabela 27 – Restos a pagar de investimentos e inversões financeiras – PAC e demais (2013) .....	116
	Tabela 28 – Restos a pagar, por modalidade de aplicação (2013) .....	117
	Tabela 29 – Restos a pagar, por Poder/órgão (2013) .....	118
	Tabela 30 – Restos a pagar de emendas individuais exclusivas (2010-2013) .....	119
	Tabela 31 – Restos a pagar de emendas coletivas exclusivas (2010-2013) .....	119
	Tabela 32 – Restos a pagar de emendas coletivas exclusivas, por órgão (2013) .....	120

## Apresentação

Este boletim, elaborado pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (Conof), elenca as principais séries históricas e outras informações relacionadas à gestão do orçamento da União no período de 2000 a 2013. O objetivo é disponibilizar aos parlamentares e à sociedade, de forma simples e sintética, os principais parâmetros, resultados fiscais, receitas e despesas previstas e realizadas na lei orçamentária anual dos últimos anos.

A publicação contribui com o esforço da Câmara dos Deputados para oferecer à sociedade total transparência na alocação, execução e fiscalização dos recursos públicos. Ela inova ao reunir informações dispersas em diversos documentos e oferecer ao leitor a possibilidade de avaliar o processo orçamentário sob diversas óticas.

Agradeço aos servidores da Conof que participaram diretamente da elaboração deste boletim, assim como aos parceiros dos diversos órgãos da Casa que contribuíram com este trabalho.

**Ricardo Alberto Volpe**

*Diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização  
Financeira da Câmara dos Deputados (Conof)*

Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração do projeto de lei orçamentária consistem em estimativas elaboradas pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda para uma série de indicadores, tais como: o PIB real e nominal, as taxas de inflação (IPCA, INPC, IGP-DI), de juros (Selic e TJLP) e de câmbio, o valor da massa salarial, do salário mínimo, das importações, o nível da produção industrial, o preço de combustíveis, entre outros.

Tais parâmetros são relevantes, pois afetam diretamente o processo de elaboração do orçamento, ou seja, a definição do valor a ser estimado para as receitas e para a fixação das despesas em cada exercício financeiro. Cenários demasiadamente otimistas ou pessimistas podem levar ao irrealismo da peça orçamentária, razão pela qual sempre é um desafio técnico-político acomodar as legítimas demandas da sociedade por bens e serviços dentro da capacidade fiscal do Estado.

Neste capítulo estão destacados os principais parâmetros e metas fiscais projetados para fins de elaboração das leis orçamentárias anuais do período de 2000 a 2013, cotejando-os com os resultados efetivamente alcançados ao longo do período considerado.

# Parâmetros MACROECONÔMICOS

Gráfico 1 – PIB projetado no PLOA x PIB efetivo (2000-2013)

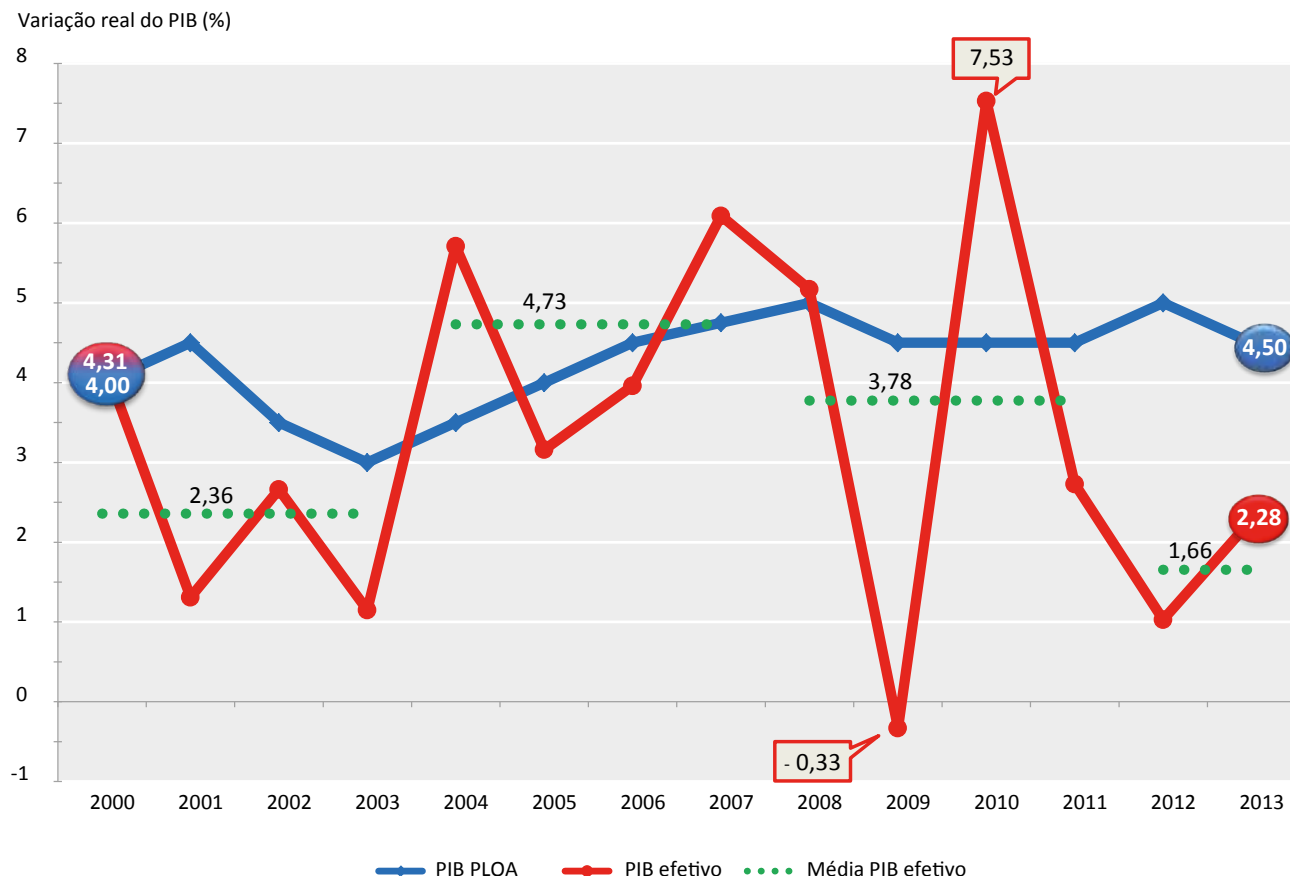


Tabela 1 – PIB nominal (2001-2013)

(Em R\$ 1,00.)

Ano	Valores correntes	Var (%)
2001	R\$ 1.302.135.998.000,00	1,31
2002	R\$ 1.477.822.004.000,00	2,66
2003	R\$ 1.699.947.998.000,00	1,15
2004	R\$ 1.941.497.999.000,00	5,71
2005	R\$ 2.147.238.999.000,00	3,16
2006	R\$ 2.369.484.000.000,00	3,96
2007	R\$ 2.661.344.001.000,00	6,09
2008	R\$ 3.032.203.004.000,00	5,17
2009	R\$ 3.239.403.999.000,00	-0,33
2010	R\$ 3.770.084.872.000,00	7,53
2011	R\$ 4.143.013.338.000,00	2,73
2012	R\$ 4.392.093.997.000,00	1,03
2013*	R\$ 4.837.950.216.000,00	2,28

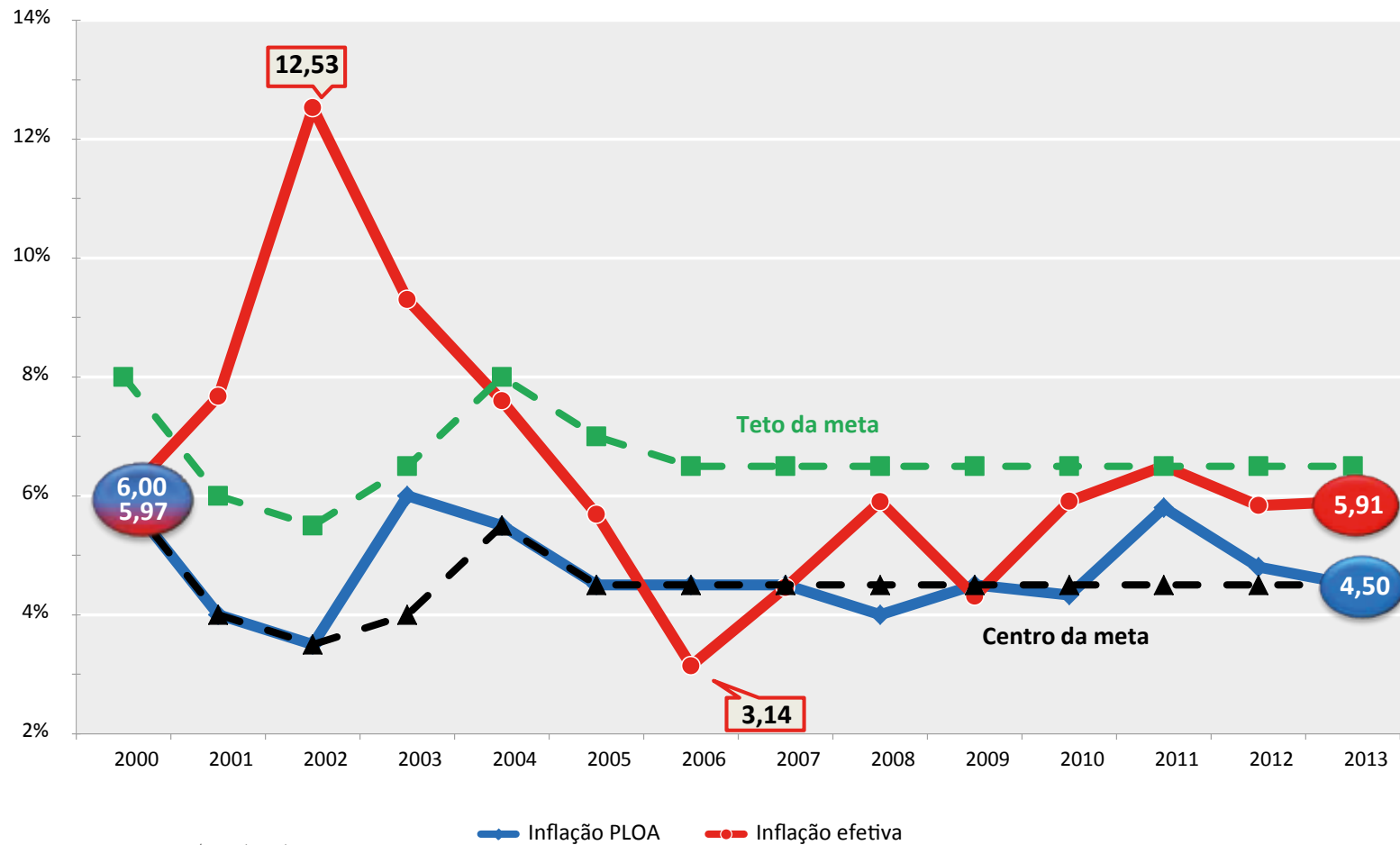
Fonte: IBGE.

\*Projeção.

O **Gráfico 1** mostra que o PIB médio considerado na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) no período de 2000 a 2013 foi de 4,27%, enquanto o PIB médio efetivo no mesmo período foi de 3,34%, ou seja, as estimativas médias de crescimento econômico superaram em 28% os valores verificados no período.

A queda observada de -0,33% do PIB no ano de 2009 pode ser atribuída aos reflexos da crise econômica mundial iniciada em 2008, nos EUA.

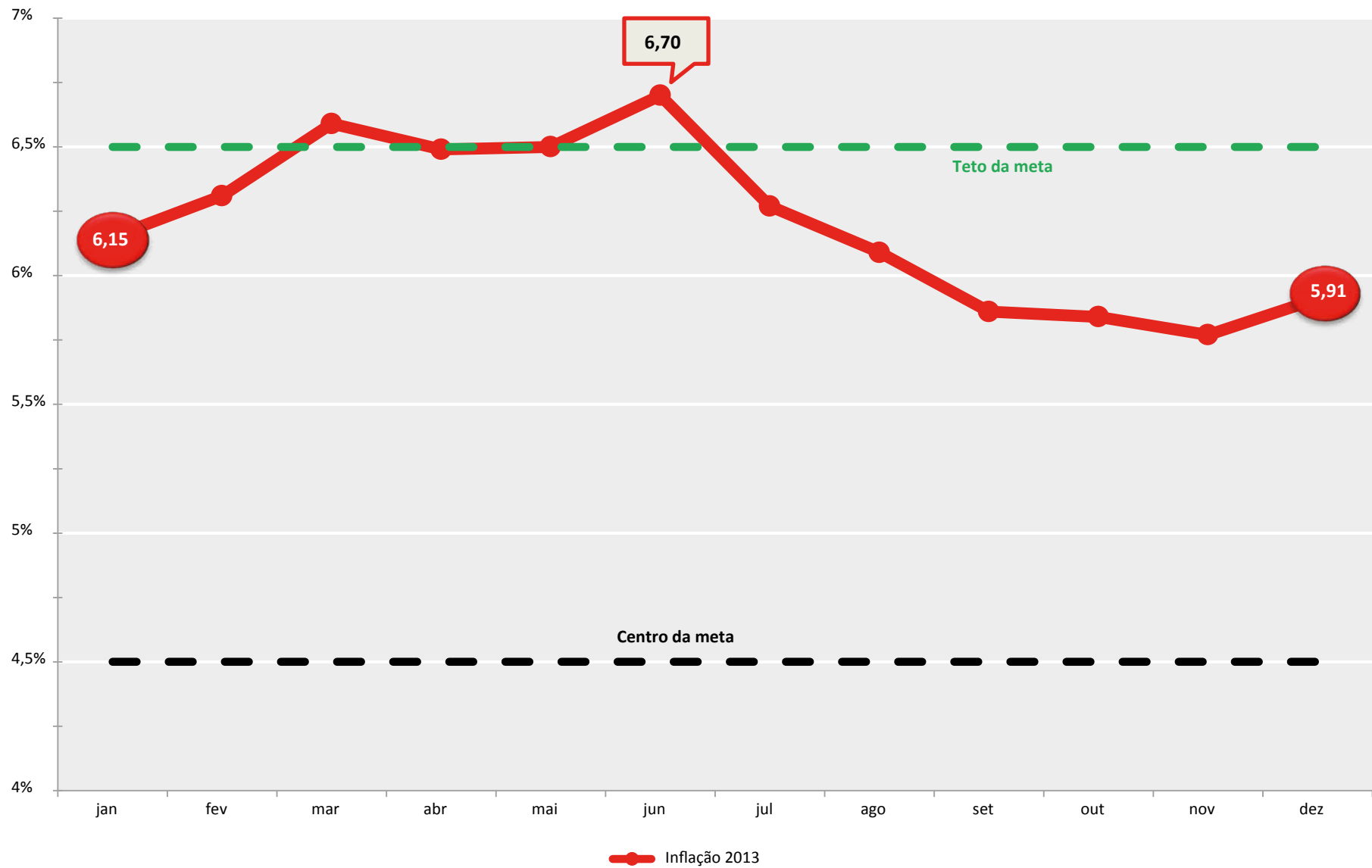
Gráfico 2 – Inflação PLOA x inflação observada (2000-2013)



A expectativa de inflação é parâmetro importante para a previsão de receitas e despesas. Verifica-se, nos **Gráficos 2 e 3**, que a inflação observada, com exceção do ano de 2006, sempre esteve acima da prevista no PLOA.

Observa-se também que, a partir de 2010, a inflação passou a se posicionar num patamar próximo ao teto da meta.

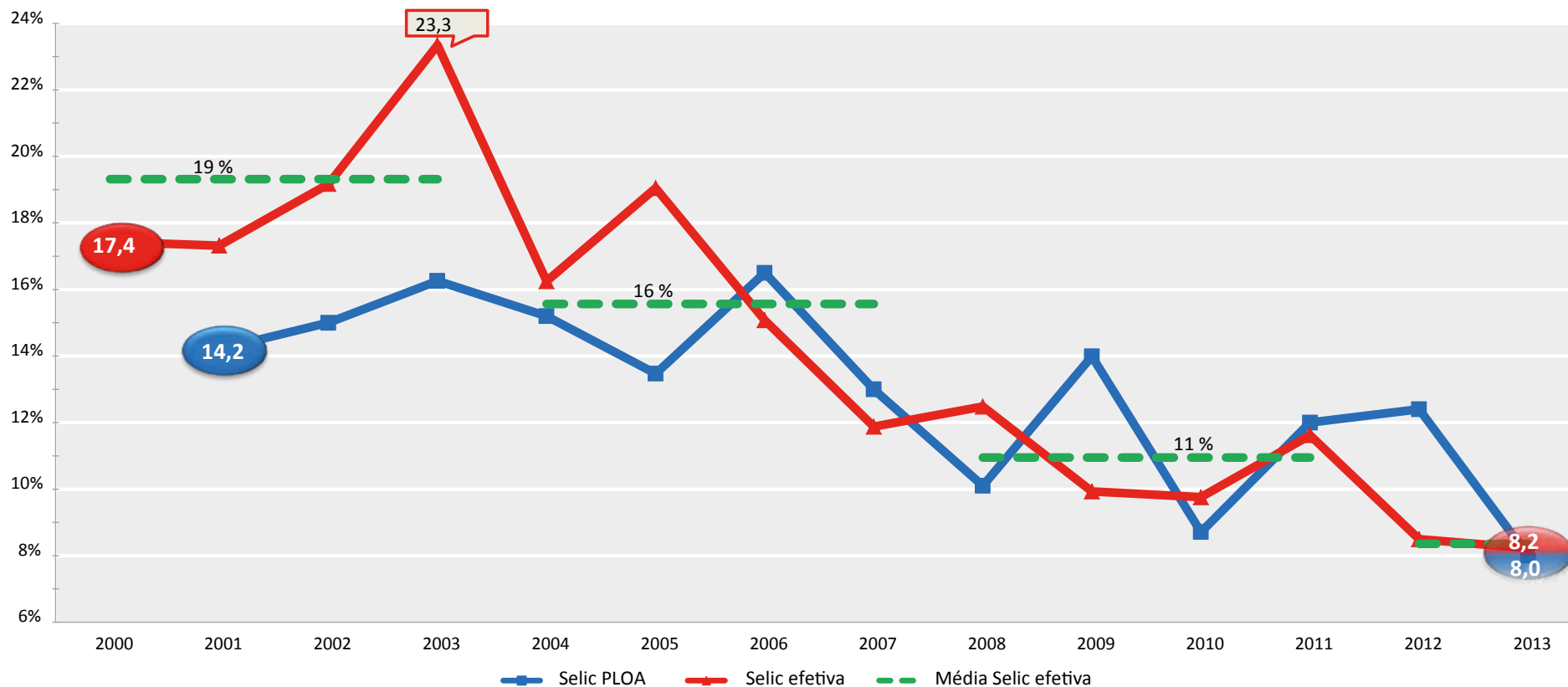
Gráfico 3 – Inflação acumulada (2013)



Fonte: PLOA/IBGE (IPCA).



Gráfico 4 – Taxa Selic (2000-2013)



Fonte: PLOA/Bacen.

Em 2003, a taxa Selic teve forte aumento, alcançando 23,35% a.a. na média, possivelmente em razão da incerteza quanto à continuidade da política macroeconômica brasileira, em face da eleição presidencial ocorrida em 2002.

A análise do período de 2000 a 2010 mostra a trajetória de queda da taxa Selic, com alternância de períodos de flexibilização e aperto monetário pelo Bacen, possivelmente em razão da necessidade de manter a taxa de inflação dentro dos limites da meta.

Gráfico 5 – Câmbio (2000-2013)

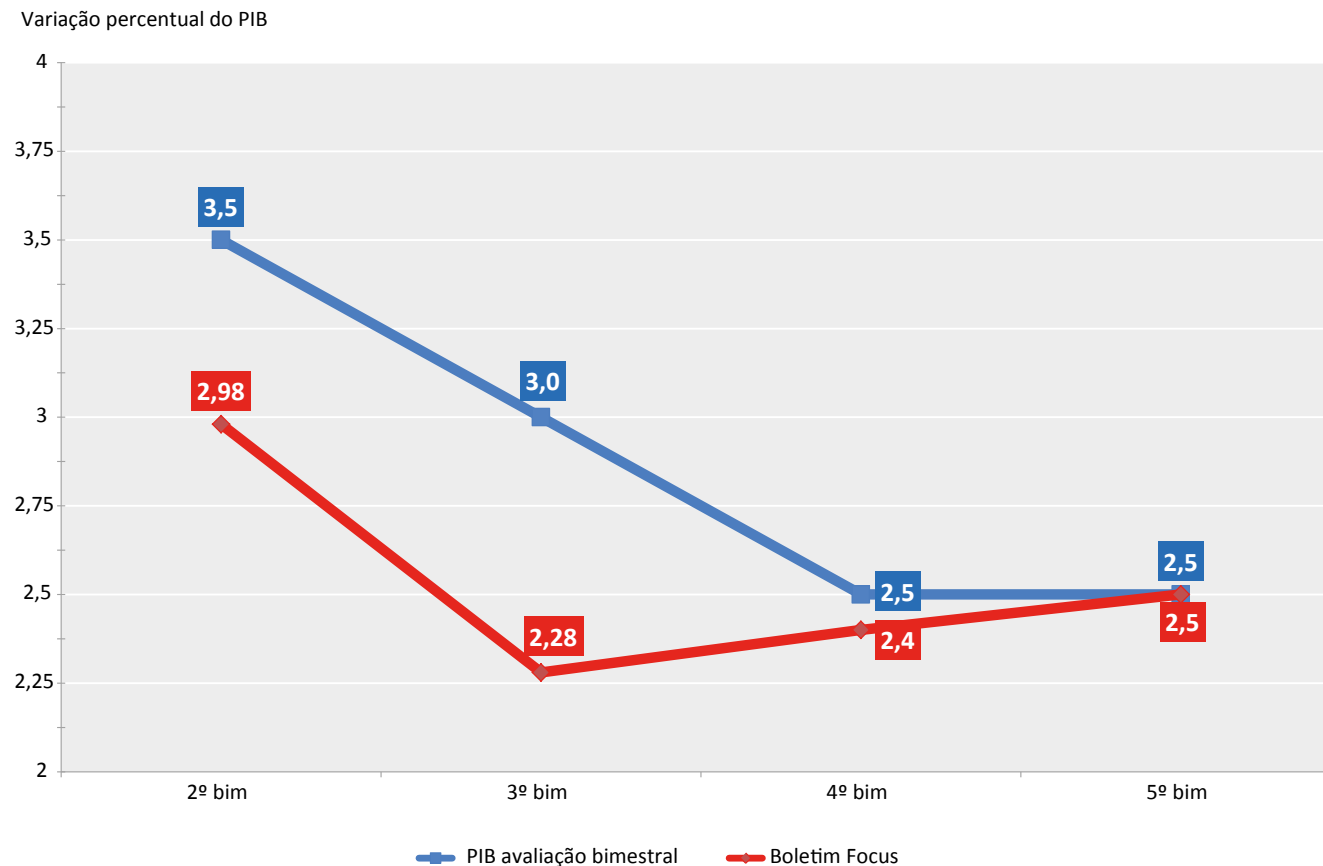


Fonte: PLOA/Bacen.

Em relação à taxa de câmbio, nota-se que a moeda nacional apresentou claro movimento de apreciação durante os anos de 2003 a 2008 e que, no

tocante ao PLOA, há correlação entre o previsto no projeto do Executivo e o realizado efetivamente para as duas variáveis (Selic e câmbio).

Gráfico 6 – Avaliação bimestral do PIB pelo Bacen x avaliação bimestral do PIB pelo mercado (2013)



As avaliações bimestrais dos parâmetros fiscais, no caso o PIB, impactam diretamente as estimativas de receitas constantes da lei orçamentária e, por conseguinte, indicam ao governo a necessidade de fazer ou não contingenciamentos da execução orçamentária e financeira do exercício corrente.

O **Gráfico 6** revela a previsão otimista de crescimento do PIB constante do PLOA, de 4,5% a.a. para 2013, parâmetro este estabelecido quando do envio do projeto

ao Congresso Nacional, o qual foi submetido a sucessivas reavaliações bimestrais.

É positiva a correlação, em 2013, entre os dados do boletim Focus e os da avaliação bimestral do governo, ocorrendo a convergência das previsões em 2,5% a.a. no 5º bimestre. Cabe ressaltar que o crescimento real do PIB previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2013 – 4,5% – encontra-se superestimado em 80% em relação ao previsto pelo boletim Focus.

O estabelecimento de metas para o resultado primário na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) norteia a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual e tem por objetivo sustentar ou reduzir a trajetória da dívida e da taxa de juros. Os **Gráficos 7, 8 e 9** mostram que, no período, a taxa de crescimento das receitas primárias, tanto em valores reais quanto em percentual do PIB, foi bastante semelhante à de crescimento das despesas primárias, com exceção do ano de 2009 (crise econômica mundial), em que houve redução da receita sem a respectiva redução da despesa, o que resultou na queda do *superavit* primário.

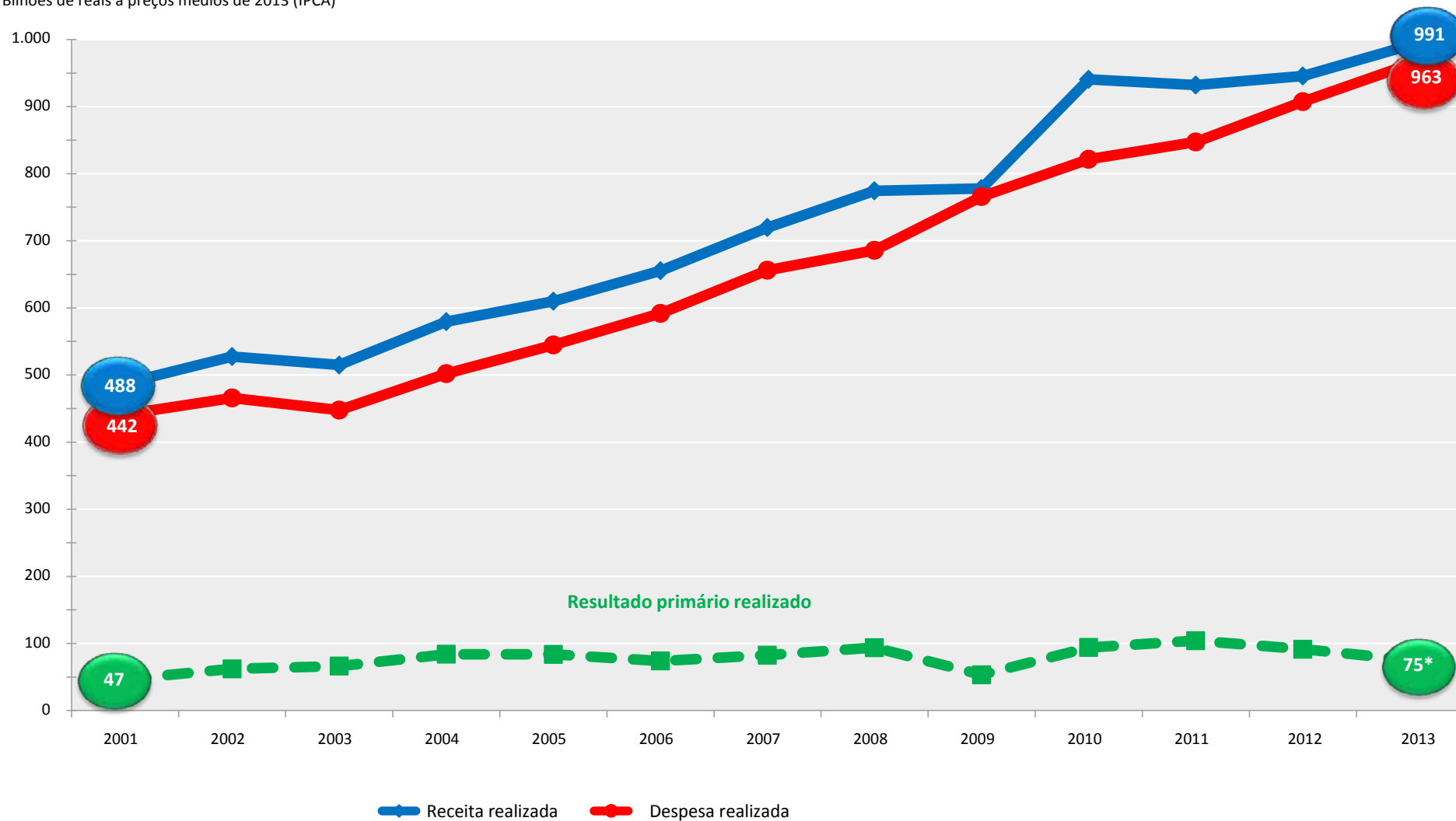
---

1 Governo central: Tesouro, Previdência e Banco Central.

## 2 Resultado fiscal do GOVERNO CENTRAL<sup>1</sup> (2001-2013)

Gráfico 7 – Receitas primárias x despesas primárias (2001-2013)

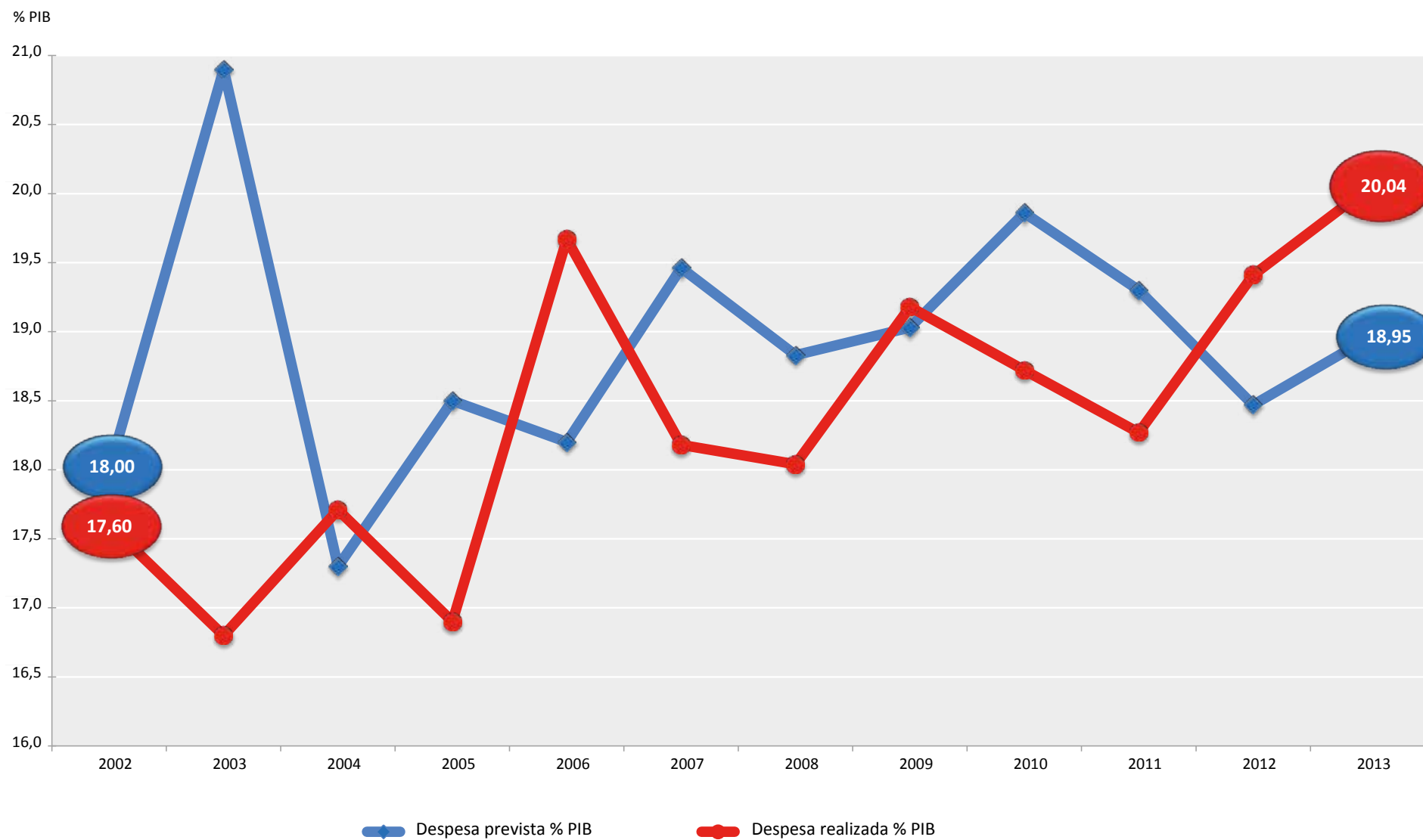
Bilhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA)



Fonte: PLOA/STN/Bacen.

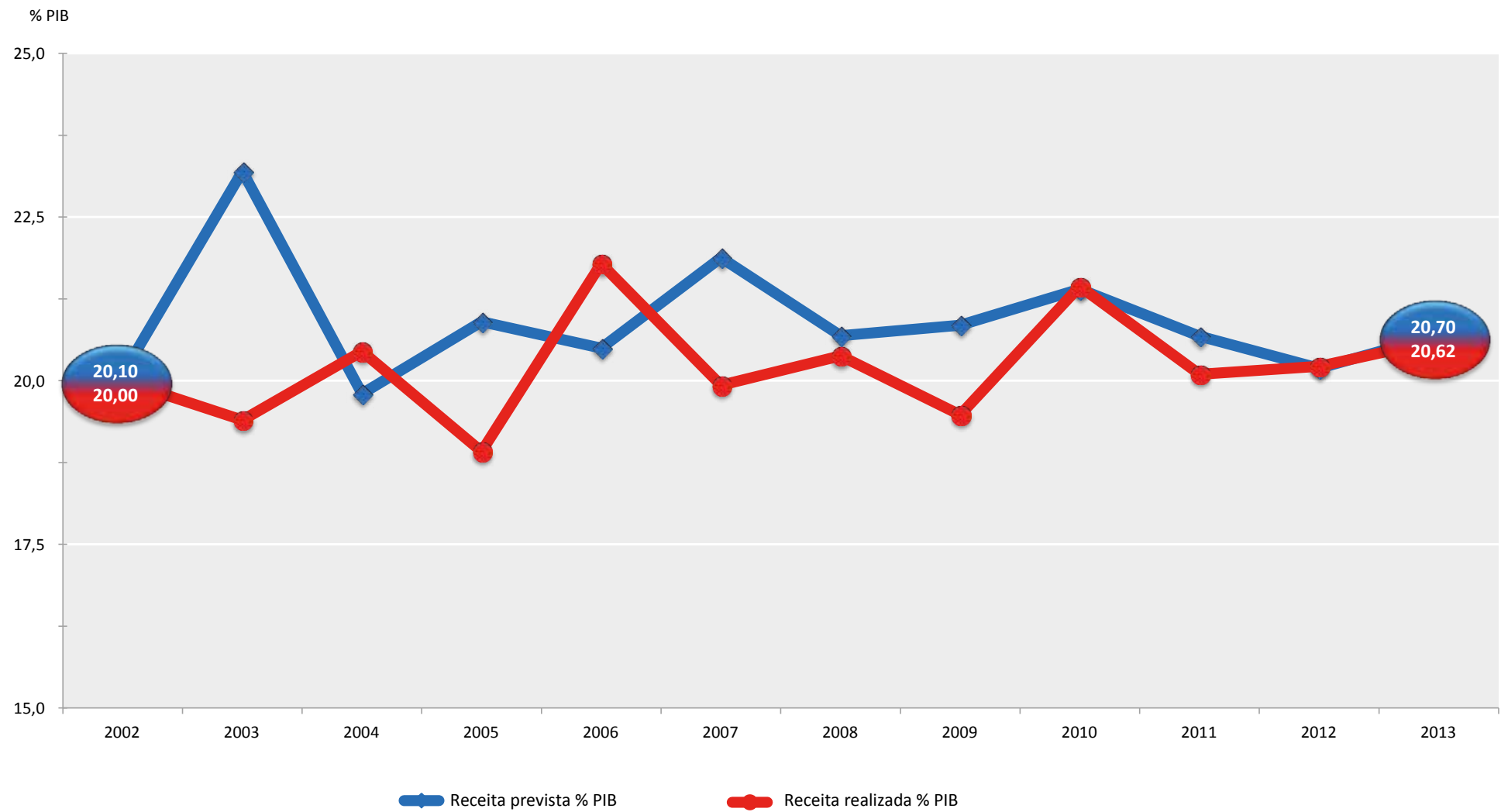
\*Considera a discrepância estatística entre os regimes de caixa/competência e o ajuste metodológico entre a STN e o Bacen.

Gráfico 8 – Despesas primárias x percentual do PIB (2002-2013)



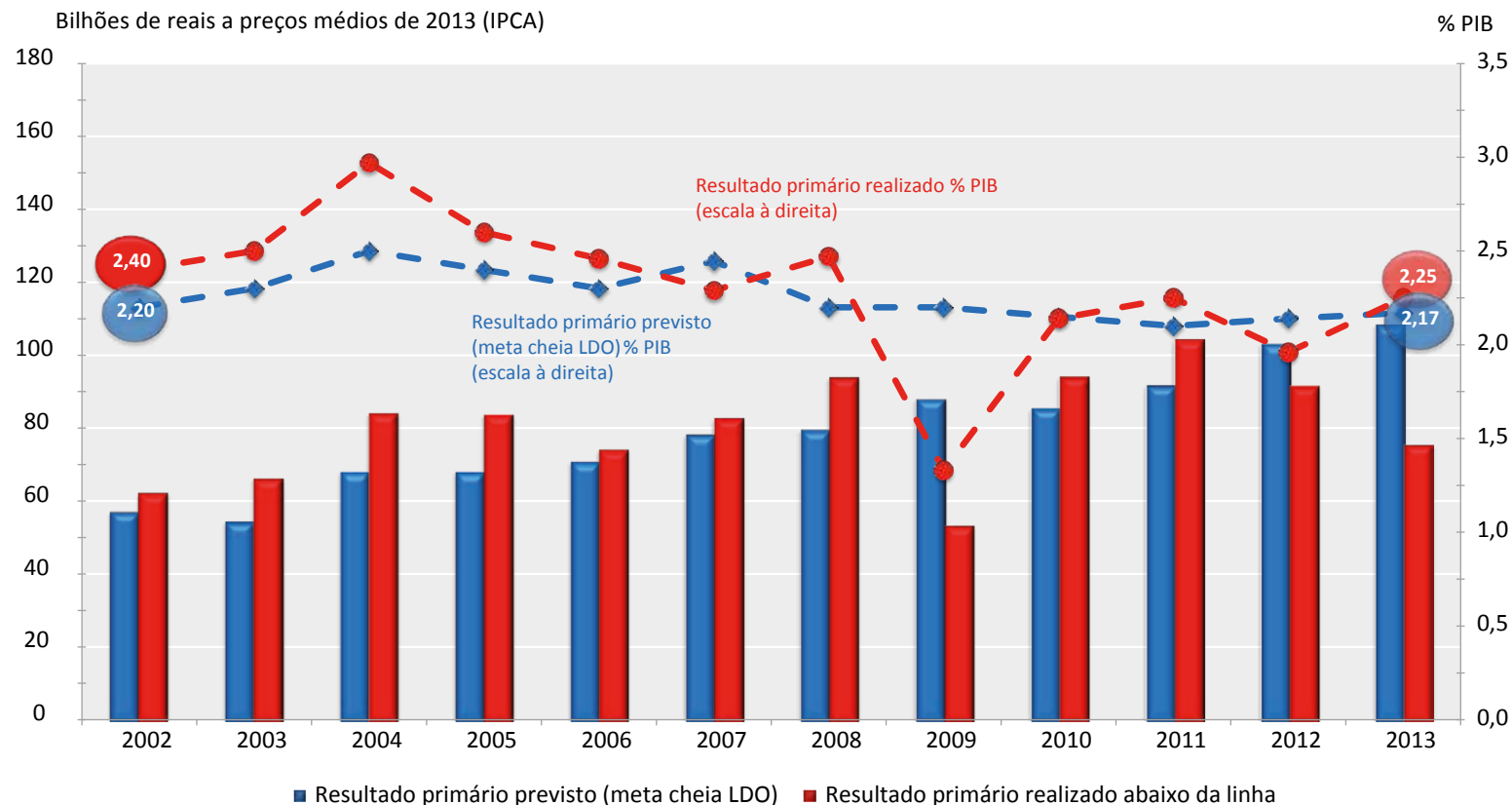
Fonte: PLOA/STN/Bacen.

Gráfico 9 – Receitas primárias x percentual do PIB (2002-2013)



Fonte: PLOA/STN/Bacen.

Gráfico 10 – Série histórica do resultado primário do governo central (2002-2013)



Fonte: PLOA/STN/Bacen.

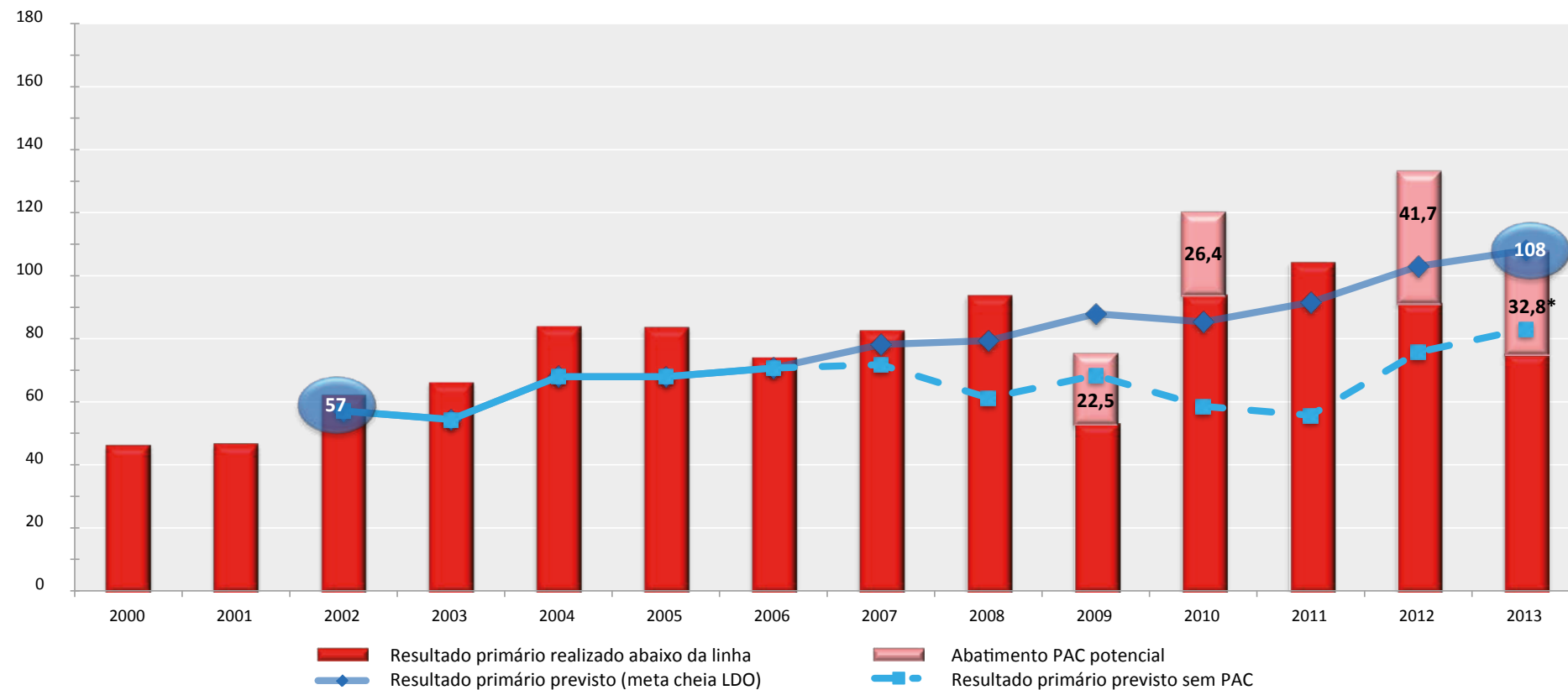
De 2002 a 2006, o resultado primário obtido foi superior ao estabelecido nas leis de diretrizes orçamentárias. A partir de 2009 (ano da crise econômica internacional), essas leis passaram a autorizar o abatimento, das despesas primárias, dos investimentos realizados por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do que resultaram *superavit* primários inferiores àqueles previstos nas LDOs (metas cheias), em alguns anos.

Os **Gráficos 10 e 11** mostram as trajetórias das metas previstas nas LDOs, os investimentos do PAC passíveis de dedução da meta e os resultados efetivamente alcançados.



Gráfico 11 – Resultado primário (meta cheia LDO) x resultado primário efetivo (2000-2013)

Bilhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA)



Fonte: PLOA/STN/Bacen.

\*Previsão de abatimento do PAC para 2013.

Tabela 2 – Resultado primário anual do governo central (2000-2013)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Resultado primário realizado abaixo da linha	46.357,25	46.792,29	62.170,08	66.162,97	84.016,15	83.652,00	73.969,48	82.610,42	93.781,54	53.218,37	93.973,50	104.146,83	91.426,96	75.290,70
Resultado primário % PIB realizado	1,90	1,80	2,40	2,50	2,97	2,60	2,46	2,29	2,47	1,33	2,14	2,25	1,96	2,25

Fonte: PLOA/STN.

Valores em milhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA).

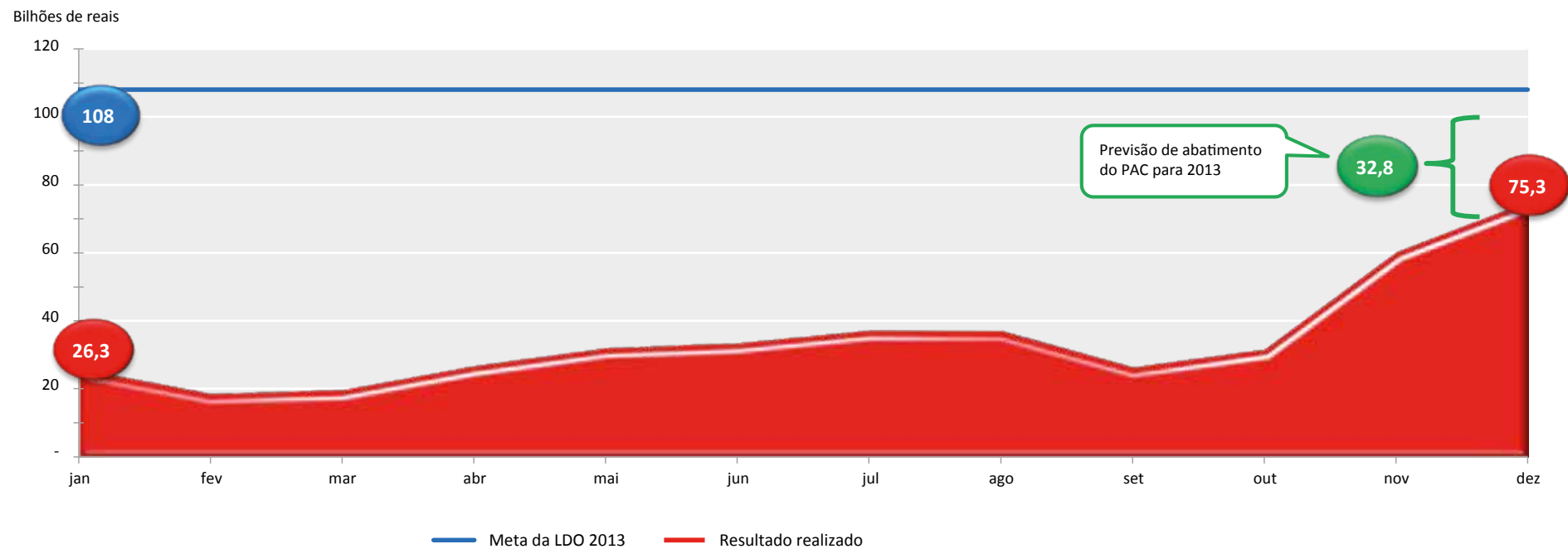
Tabela 3 – Resultado primário mensal do governo central (2013)

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Resultado primário do governo central	26.287,66	-6.618,34	291,41	7.336,74	5.974,02	1.284,29	3.760,80	99,51	-10.419,96	5.572,94	28.849,29	75.290,70

Fonte: STN.

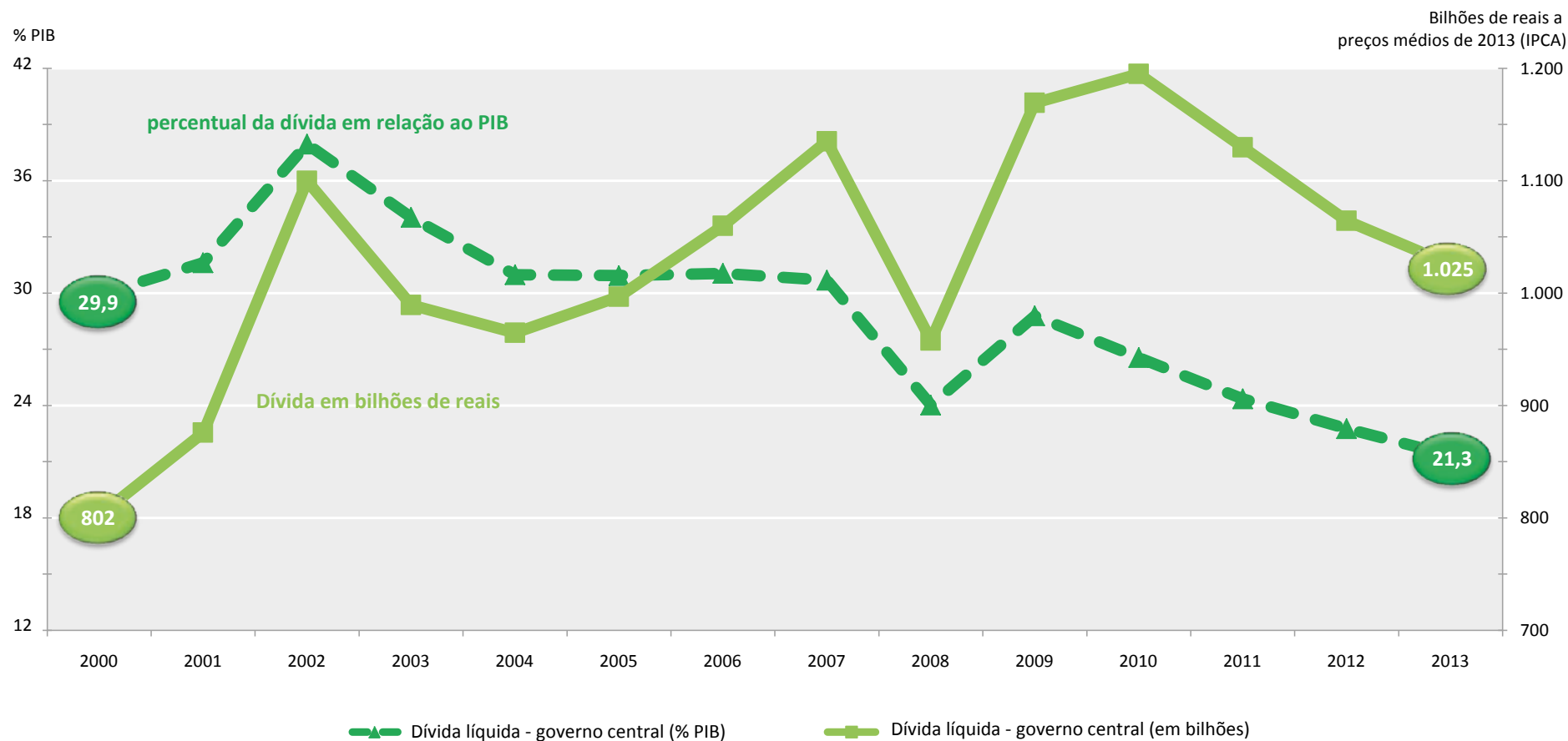
Valores em milhões de reais.

Gráfico 12 – Resultado primário acumulado do governo central (2013)



Fonte: STN/Bacen.

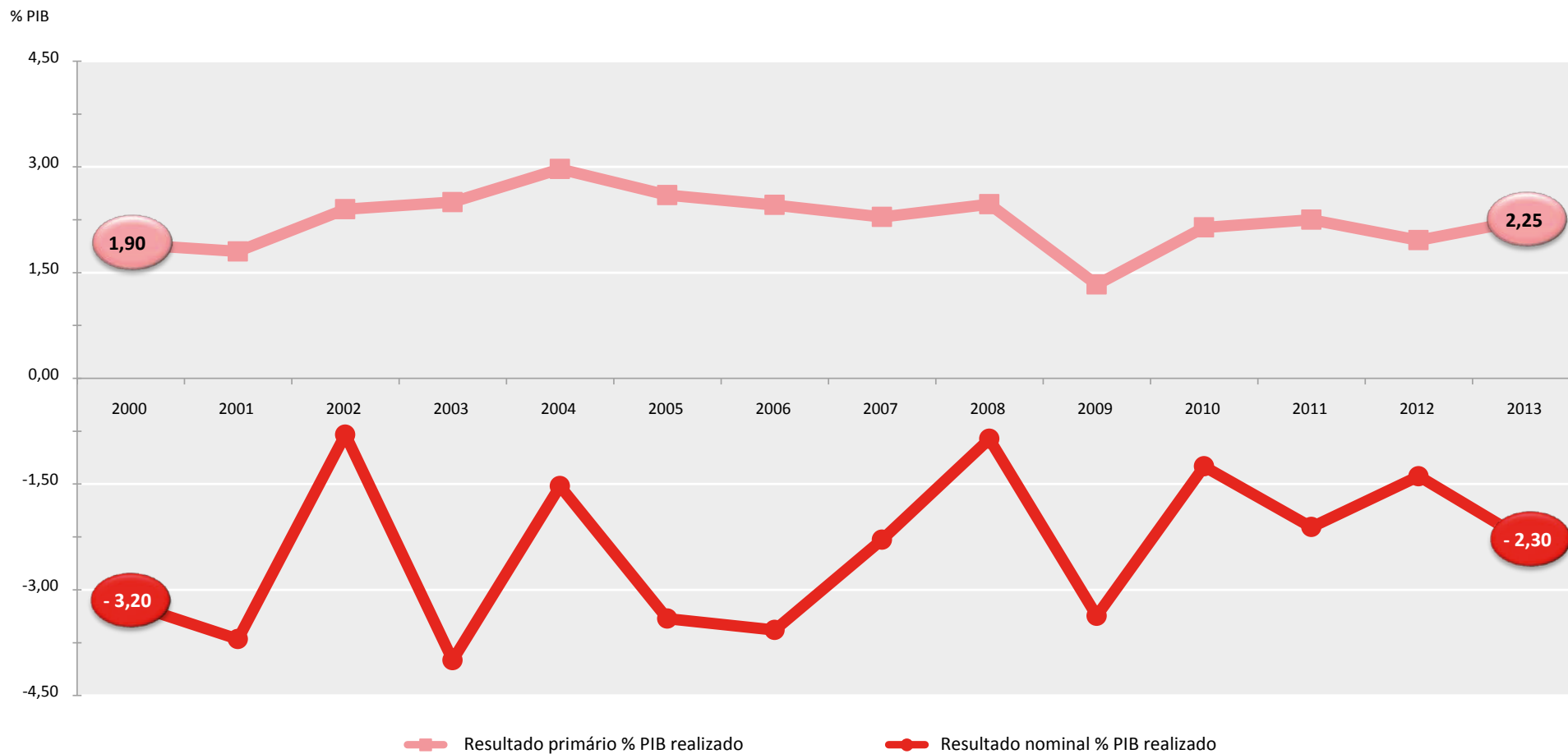
Gráfico 13 – Dívida líquida (2000-2013)



Fonte: PLOA.

A manutenção de *superavit* primário em torno de 2% do PIB tem possibilitado a queda do *deficit* nominal e a trajetória declinante da dívida líquida em relação ao PIB.

Gráfico 14 – Resultado primário e nominal (2000-2013)

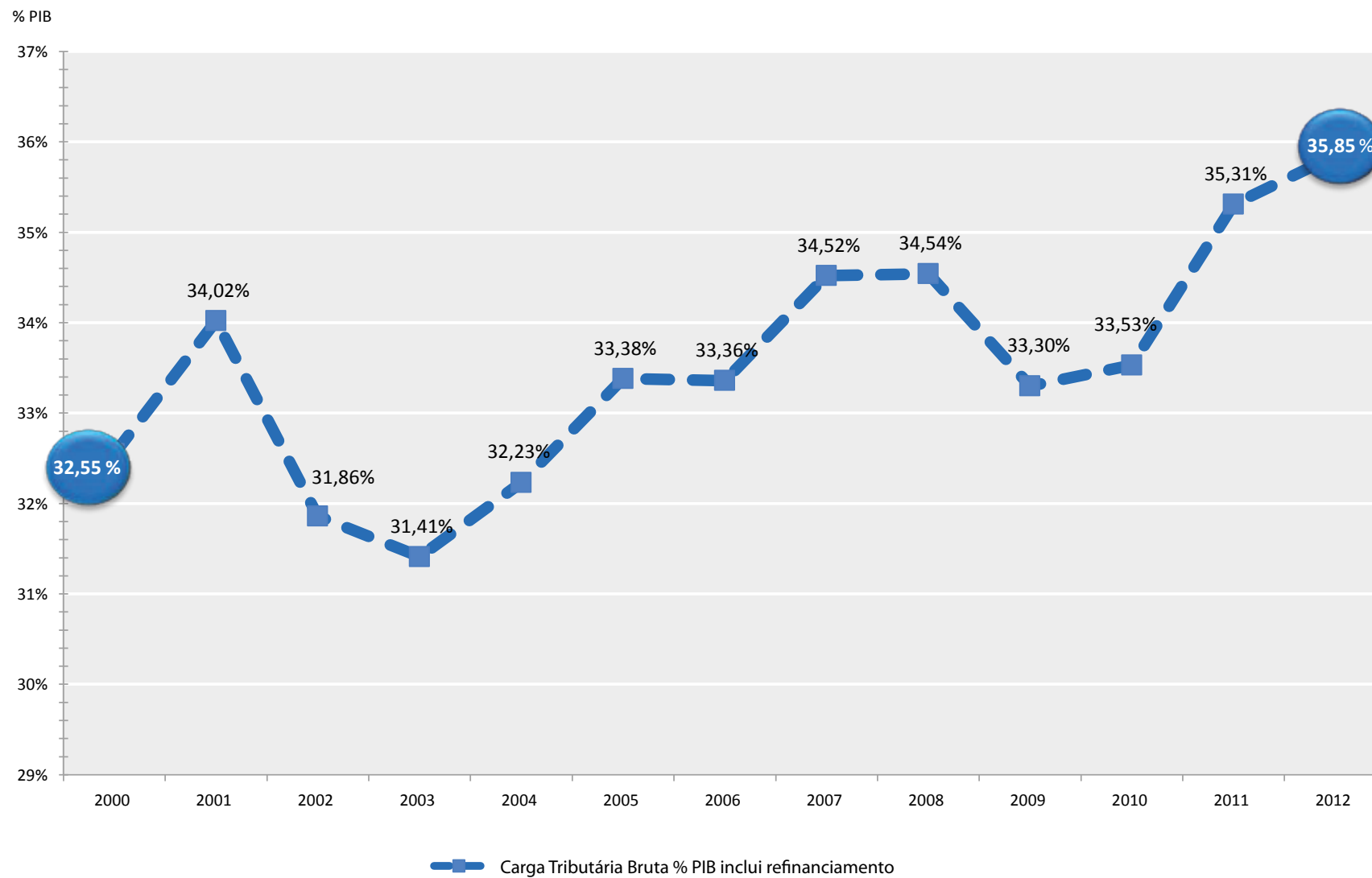


Fonte: PLOA.

A carga tributária de um país é a relação entre o montante de impostos, taxas e contribuições arrecadados pelas três esferas de governo e o PIB do país. A carga tributária bruta variou de 32,55% do PIB em 2000 para 35,85% do PIB em 2012, ou seja, houve um aumento de 3,30% no período.

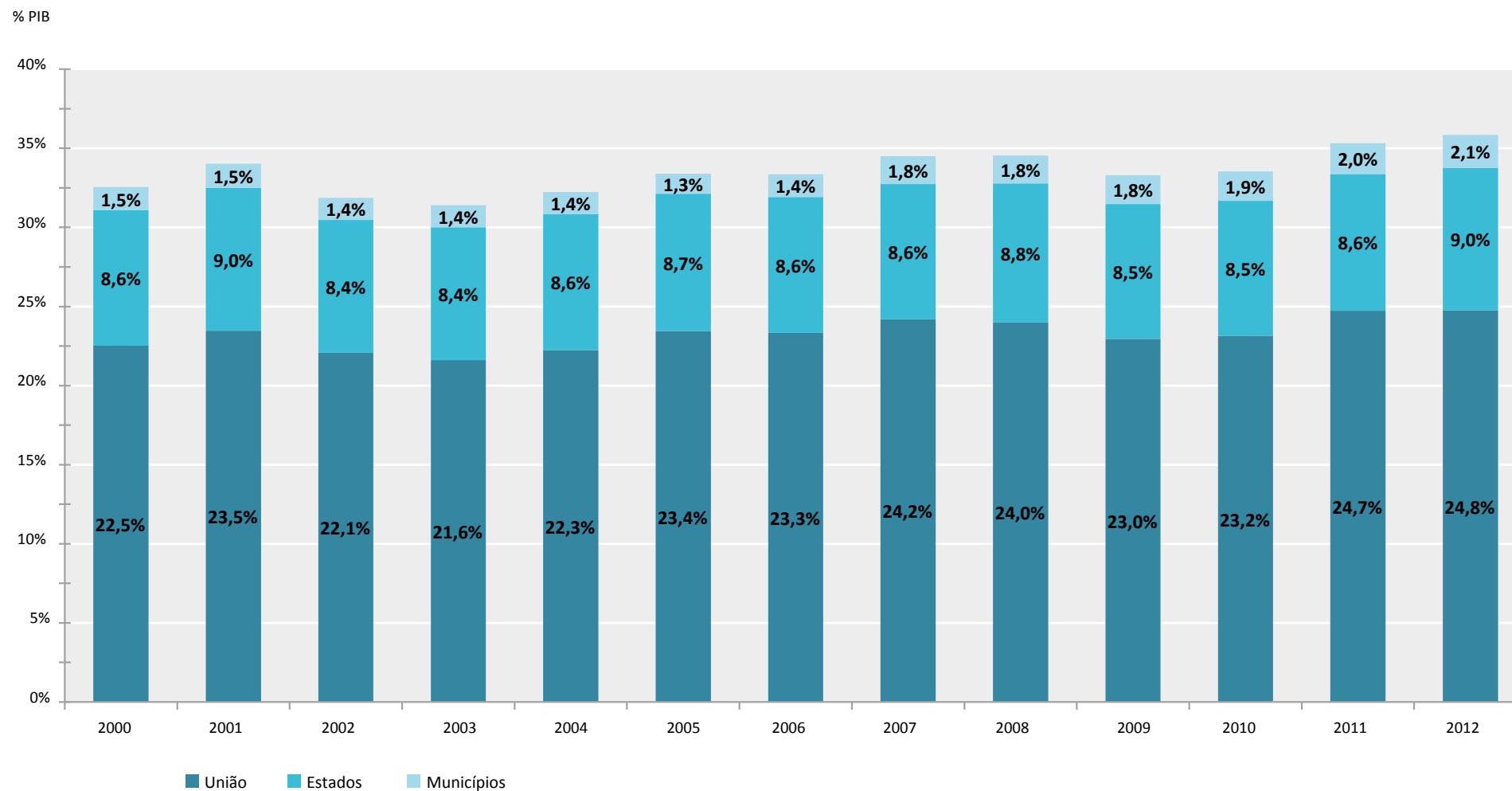
## 3 Carga tributária BRUTA (2000-2012)

Gráfico 15 – Carga tributária bruta (2000-2012)



Fonte: Receita Federal.

Gráfico 16 – Arrecadação tributária por esfera de governo (2000-2012)



Fonte: Receita Federal.



Receitas, pelo enfoque orçamentário, são todos os ingressos disponíveis para cobertura das despesas públicas, em qualquer esfera governamental.

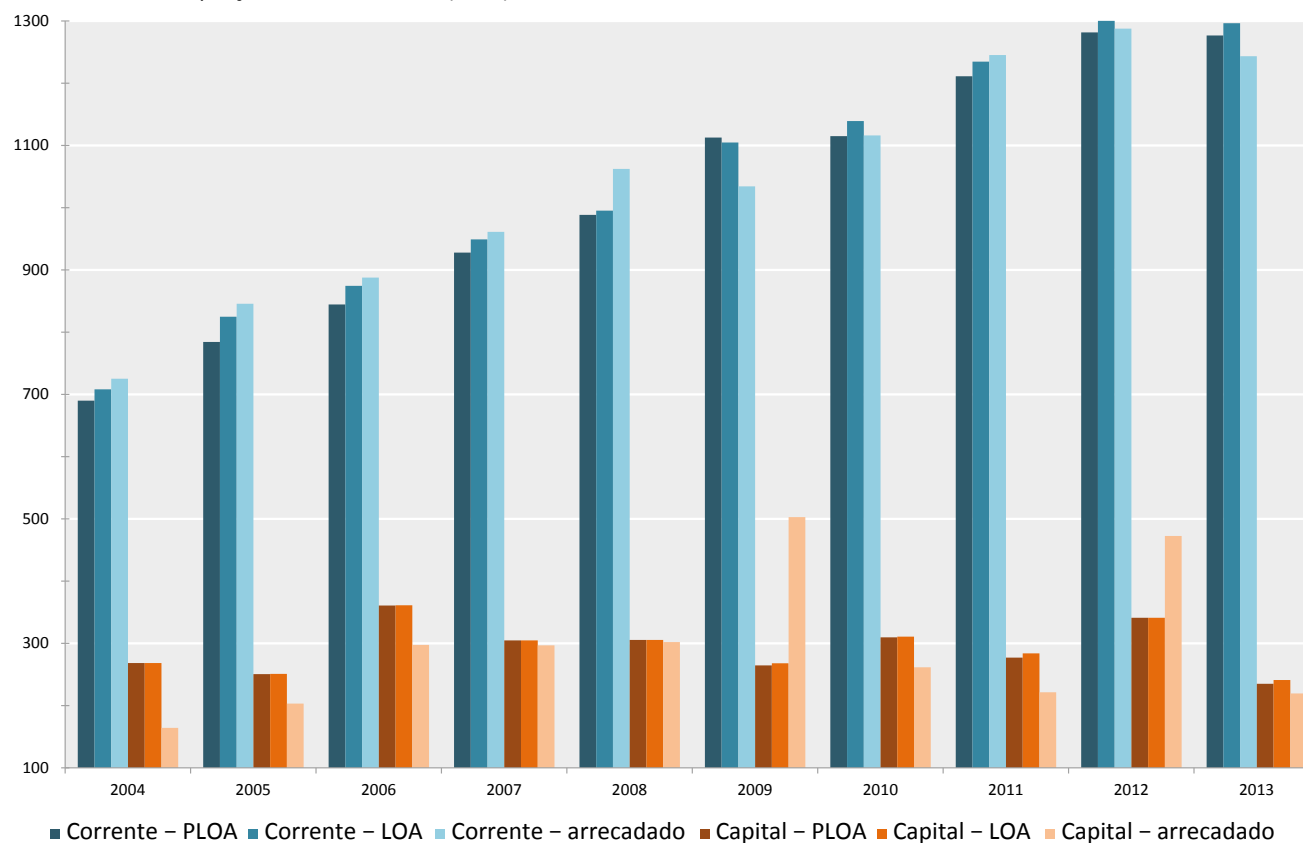
As receitas podem ser classificadas de acordo com várias perspectivas, as mais importantes são: categoria econômica (corrente e capital) e origem (originária, derivada, transferências e outras).

No caso das receitas correntes, tal classificação serve para identificar se elas são compulsórias (tributos e contribuições), provenientes das atividades em que o Estado atua diretamente na produção (agropecuárias, industriais ou de prestação de serviços), da exploração do seu próprio patrimônio (patrimoniais), de transferências destinadas ao atendimento de despesas correntes ou, ainda, de outros ingressos. No caso das receitas de capital, distinguem-se as provenientes de operações de crédito, da alienação de bens, da amortização dos empréstimos, das transferências destinadas ao atendimento de despesas de capital ou, ainda, de outros ingressos de capital.

## 4 RECEITA

Gráfico 17 – Receita corrente e de capital: PLOA x LOA x arrecadação (2004-2013)

Bilhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA)



Fonte: Prodasen/Siafi.

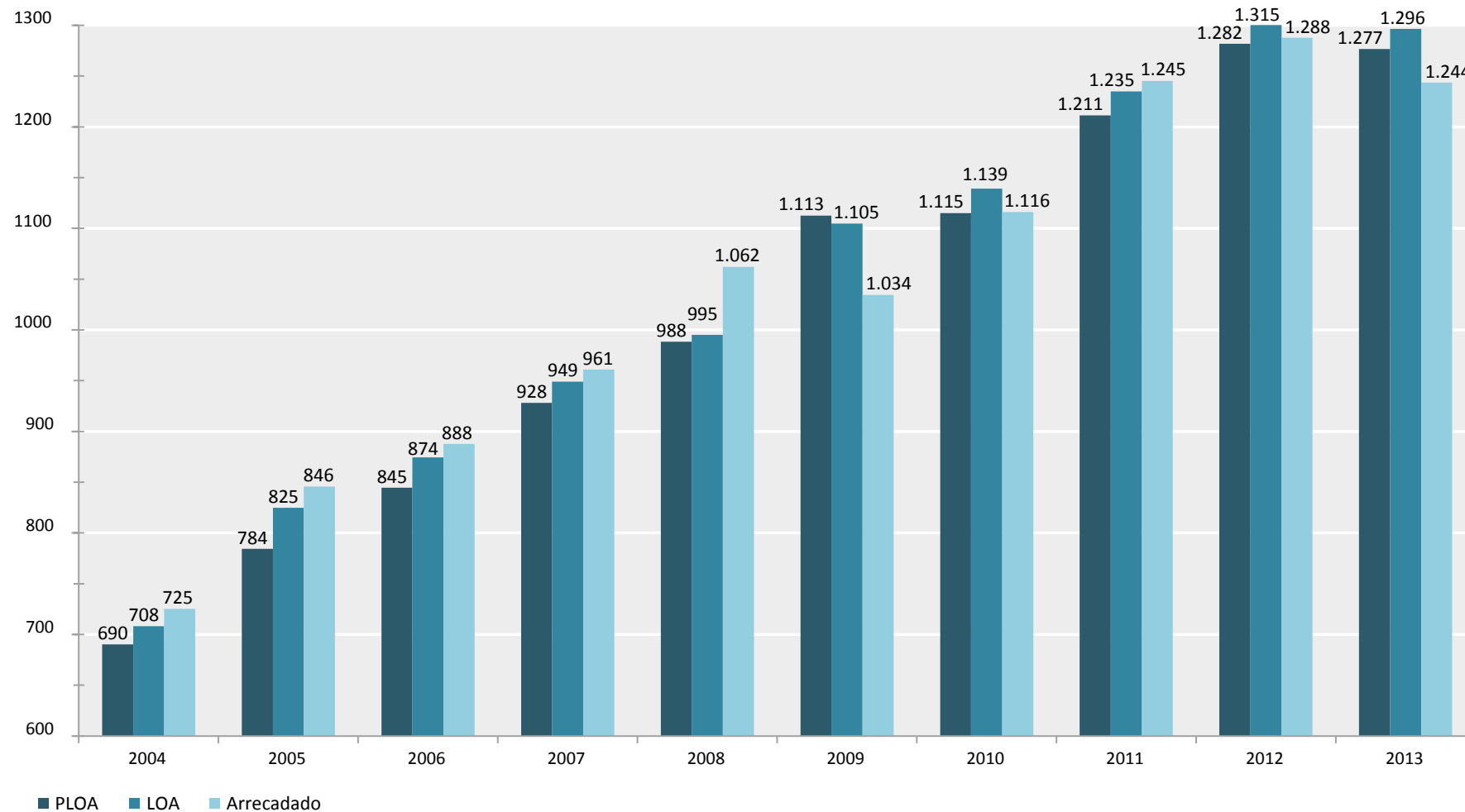
\*Exclui receitas intraorçamentárias e refinanciamento da dívida.

Embora a receita estimada tenha sofrido redução durante a apreciação do PLOA 2009, evidenciou-se, naquele ano, uma frustração sem precedentes nos níveis da receita realizada, a qual se repetiu, ainda que com menor grau de intensidade, em todos os exercícios subsequentes. É interessante observar que, nos anos em que ocorrem quedas mais acentuadas na arrecadação da receita corrente, o *deficit* é compensado com excessos na obtenção de receitas de capital.

Em 2012, com a redução da atividade econômica brasileira, tanto a estimativa constante da proposta como a da lei orçamentária não se confirmaram, representando uma redução na receita líquida de R\$ 50,45 bilhões ao inicialmente previsto.

Gráfico 18 – Receitas correntes: PLOA x LOA x arrecadação (2004-2013)

Bilhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA)

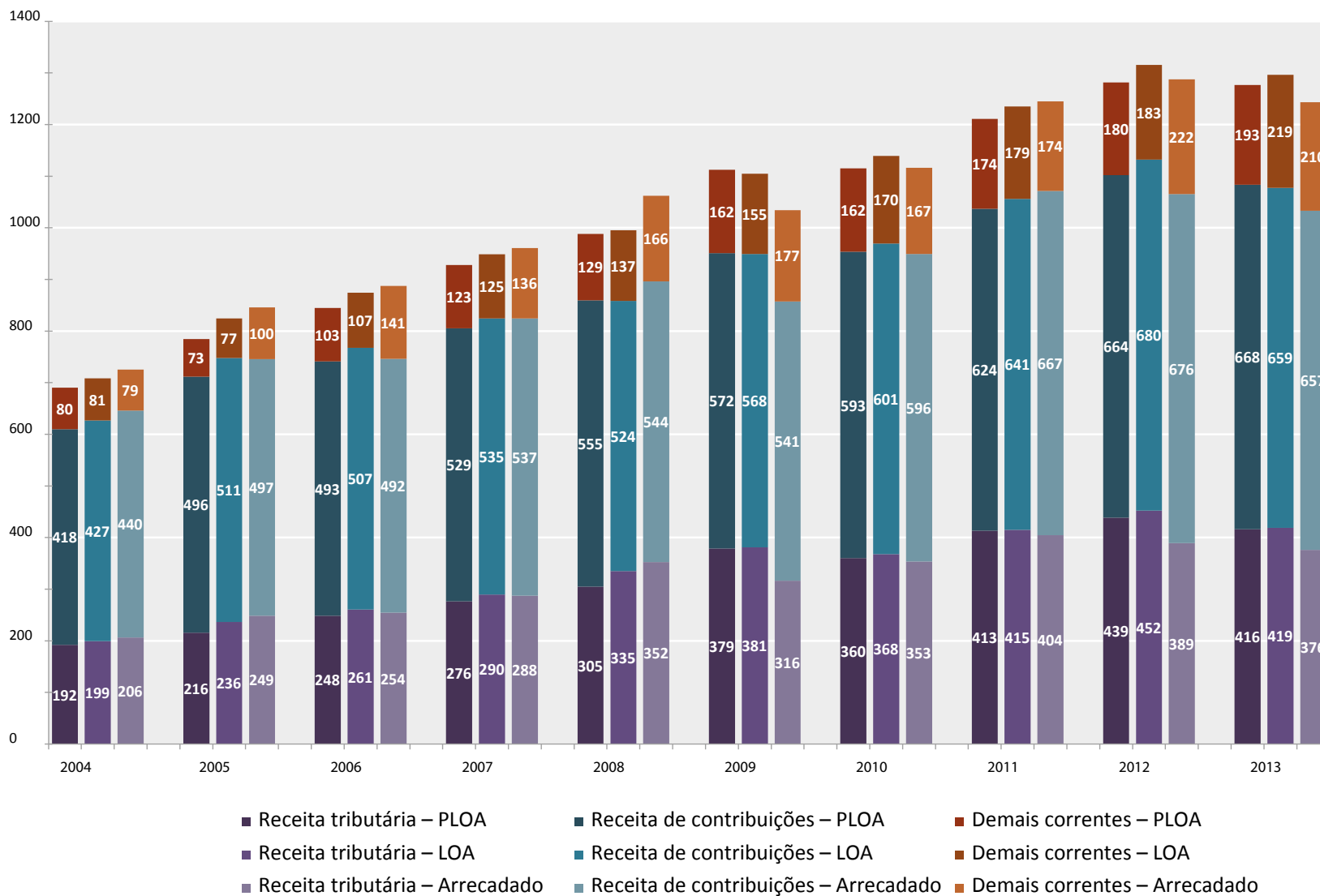


Fonte: Prodasen/Siafi.

\*Exclui receitas intraorçamentárias.

Gráfico 19 – Comparação PLOA, LOA e arrecadação (2004-2013)

Bilhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA)



Fonte: Prodasen/Siafi.

\*Exclui receitas intraorçamentárias e de capital.

Tabela 4 – Receita orçamentária arrecadada x prevista (2012-2013)

Categoria econômica	Origem	2012			2013			
		LOA (A)	Arrecadação acumulada (B)	% Arrecadação (B) / Previsto (A)	LOA (D)	Arrecadação acumulada (E)	% Arrecadação (E) / Previsto (D)	% 2013 (E) / 2012 (B)
Receitas correntes	Receitas de contribuições	607,84	482,43	79,40%	658,61	657,09	99,77%	136,20%
	Receita tributária	403,73	286,47	71,00%	418,84	376,04	89,78%	131,27%
	Receita patrimonial	67,48	66,43	98,40%	109,79	85,2	77,60%	128,26%
	Outras receitas correntes	47,06	51,66	109,80%	58,06	73,53	126,64%	142,33%
	Receita de serviços	47,38	41,61	87,80%	49,11	49,83	101,47%	119,75%
	Receita industrial	0,83	0,68	81,50%	1,05	1,12	106,67%	164,71%
	Transferências correntes	0,68	0,65	94,70%	1	0,73	73,00%	112,31%
	Receita agropecuária	0,03	0,02	80,70%	0,02	0,03	150,00%	150,00%
	<b>Subtotal</b>	<b>1.175,02</b>	<b>929,95</b>	<b>79,10%</b>	<b>1.296,47</b>	<b>1243,57</b>	<b>95,92%</b>	<b>133,72%</b>
Receitas de capital	Operações de crédito	846,77	472,41	55,80%	737,33	511,75	69,41%	108,33%
	Outras receitas de capital	78,49	187,18	238,50%	68,25	90,87	133,14%	48,55%
	Amortização de empréstimos	28,92	28,02	96,90%	35,32	35,96	101,81%	128,34%
	Alienação de bens	5,38	1,58	29,50%	10,18	2,29	22,50%	144,94%
	Transferências de capital	0,68	0,1	14,60%	0,1	0,11	110,00%	110,00%
	<b>Subtotal</b>	<b>960,23</b>	<b>689,29</b>	<b>71,80%</b>	<b>851,19</b>	<b>640,98</b>	<b>75,30%</b>	<b>92,99%</b>
<b>Total</b>		<b>2.135,26</b>	<b>1.619,24</b>	<b>75,80%</b>	<b>2.147,66</b>	<b>1.884,55</b>	<b>87,75%</b>	<b>113,96%</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

Data da pesquisa: 6/2/2013.

Valores em bilhões de reais.

Tabela 5 – Evolução mensal da arrecadação por categoria econômica e origem (2013)

Categoria econômica	Origem	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Receitas correntes	Receita de contribuições	60,53	106,46	153,79	205,58	257,64	305,44	358,22	408,92	459,04	513,68	546,65	657,09
	Receita tributária	47,04	71,61	98,75	137,38	166,99	194,78	225,51	250,37	277,16	311,04	325,70	376,04
	Receita patrimonial	7,94	10,65	13,96	21,51	26,4	32,7	42,33	50,38	55,06	61,94	62,85	85,20
	Receita de serviços	7,27	10,39	13,92	17,74	21,21	23,83	30,95	33,78	38,71	41,94	43,97	49,83
	Demais receitas correntes	4,06	7,23	10,83	15,23	18,93	26,89	31,03	35,33	39,42	43,25	44,53	75,41
Receitas de capital	Operações de crédito	23,52	45,99	110,95	177,99	216,29	263,51	324,09	357,06	418,08	454,77	490,24	511,75
	Outras receitas de capital	3,78	8,19	24,6	28,26	32,21	35,93	38,96	42,05	77,51	81,16	83,66	90,87
	Amortizações de empréstimos	3,28	6,9	9,05	12,93	15,52	17,98	22,11	24,7	27,43	30,17	31,90	35,96
	Demais receitas de capital	0,42	0,5	0,52	0,71	0,84	1,12	1,33	1,97	2,08	2,2	2,28	2,40
<b>Total</b>		<b>157,85</b>	<b>267,91</b>	<b>436,37</b>	<b>617,34</b>	<b>756,02</b>	<b>902,18</b>	<b>1.074,52</b>	<b>1.204,56</b>	<b>1.394,50</b>	<b>1.540,15</b>	<b>1.631,78</b>	<b>1.884,55</b>

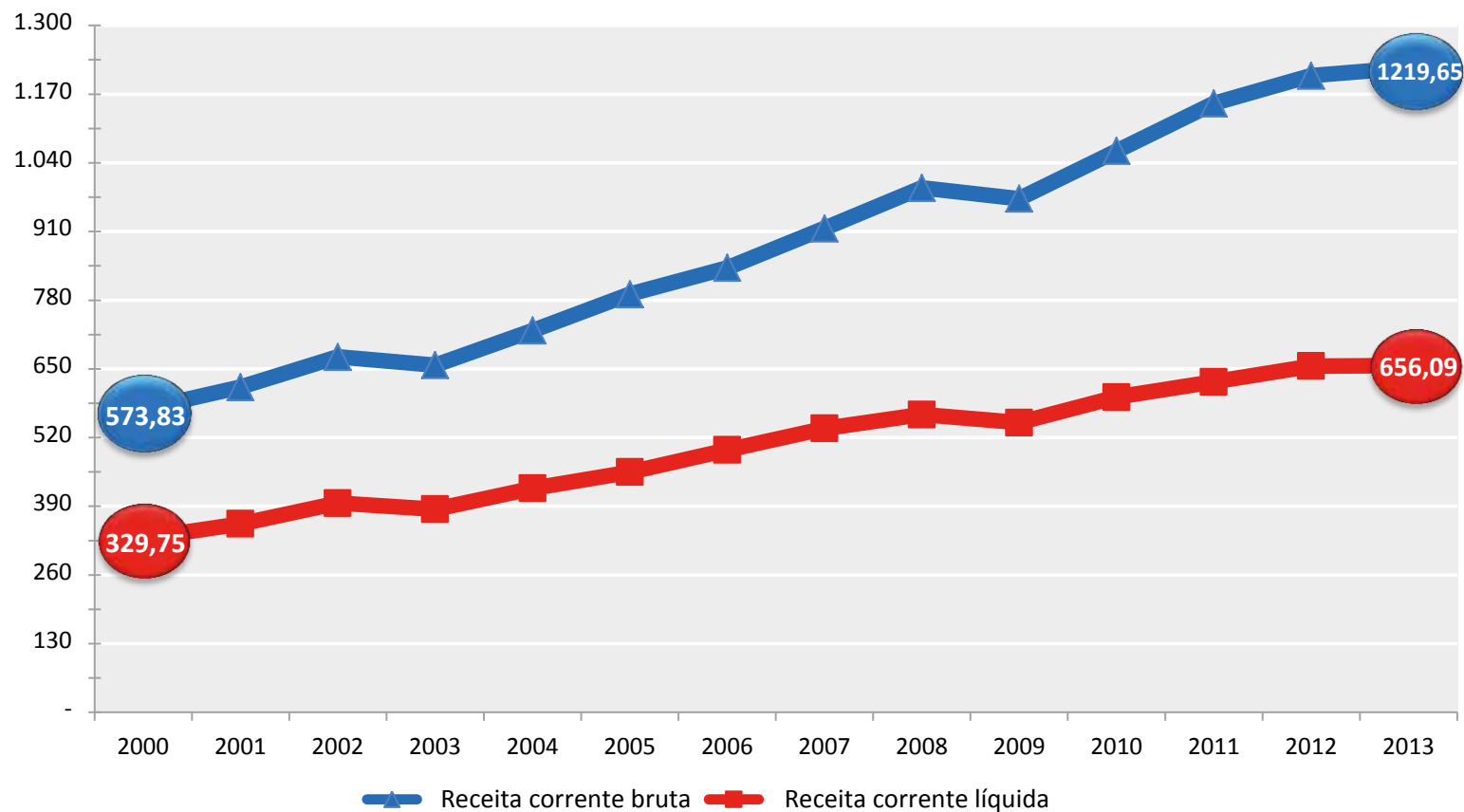
Fonte: Prodasen/Siafi.

\* Exclui receitas intraorçamentárias.

Valores em bilhões de reais.

Gráfico 20 – Evolução da receita corrente líquida e bruta (2000-2013)

Bilhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA)



O art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), define a Receita Corrente Líquida (RCL) como o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, de transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos os

valores transferidos pela União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, por determinação constitucional ou legal, e as contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho, nos termos mencionados na alínea “a” do inciso I, no inciso II do art. 195 e no art. 239 da Constituição.

Tabela 6 – Receita corrente bruta e líquida em percentual do PIB corrente (2000-2013)

Ano	Receita corrente bruta (RCB)	Receita corrente líquida (RCL)	Valor corrente do PIB	Valor constante do PIB	RCB do % do PIB corrente	RCL do % do PIB corrente
2000	252,5	145,1	1.179,50	2.680,30	21,41%	12,30%
2001	289,4	167,7	1.302,10	2.769,50	22,23%	12,88%
2002	343,1	201,9	1.477,80	2.898,30	23,21%	13,66%
2003	384,4	224,9	1.699,90	2.906,30	22,62%	13,23%
2004	450,6	264,4	1.941,50	3.113,80	23,21%	13,62%
2005	527,3	303	2.147,20	3.222,40	24,56%	14,11%
2006	584,1	344,7	2.369,50	3.413,10	24,65%	14,55%
2007	658,9	386,7	2.661,30	3.698,80	24,76%	14,53%
2008	754,7	428,6	3.032,20	3.987,80	24,89%	14,13%
2009	775,4	437,2	3.239,40	4.061,80	23,94%	13,50%
2010	890,1	499,9	3.770,10	4.500,40	23,61%	13,26%
2011	1.029,60	558,7	4.143,00	4.637,80	24,85%	13,49%
2012	1.134,70	616,9	4.392,10	4.392,10	25,84%	14,05%
2013	1.219,60	656,1	4.838,00	4.838,00	25,21%	13,56%

Fonte: STN.  
Valores em bilhões de reais.



A LOA, a qual compreende os orçamentos fiscal e da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas estatais (art. 165, § 5º, da CF), estima a receita e fixa a despesa da União em cada exercício financeiro. A **Tabela 7** apresenta os grandes números do orçamento anual da União do período de 2001 a 2013 em valores constantes.

## 5 Execução orçamentária anual POR ESFERA (2001-2013)

Tabela 7 – Programação orçamentária x pagamentos (2001-2013)

		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	<b>Lei orçamentária aprovada</b>	<b>2.050,10</b>	<b>1.317,50</b>	<b>1.812,20</b>	<b>2.409,10</b>	<b>2.464,80</b>	<b>2.452,90</b>	<b>2.190,30</b>	<b>1.873,30</b>	<b>2.082,30</b>	<b>2.220,80</b>	<b>2.319,20</b>	<b>2.397,30</b>	<b>2.276,5</b>
Programado	Orçamento fiscal – F	1.711,70	947,5	1.429,90	1.982,60	2.016,80	1.954,10	1.649,90	1.309,20	1.450,90	1.552,00	1.617,00	1.648,50	1.515,3
	Orçamento da seguridade – S	309,3	328,1	341,2	373,5	393,9	438,2	471,3	482,4	532	556,2	582	635,3	650,7
	Orçamento de investimento das estatais – I	29,1	42	40,9	53	54	60,7	69,1	81,7	99,4	112,7	120,2	113,5	110,61
	Refinanciamento da dívida – R	1.149,20	432,4	892,8	1.379,30	1.404,40	1.206,40	911,5	547,6	658,9	711,7	759,5	696,2	610,1
	Transferências constitucionais/legais – T	102,3	113,9	105,1	118	133,9	144,6	159,6	177	194,7	186,6	200,2	214,5	219,3
	Orçamento líquido (F+S-R-T)*	769,5	729,2	773,4	858,8	872,4	1.041,30	1.050,20	1.067,00	1.129,20	1.209,80	1.239,30	1.373,10	1.336,6
Pago + RP Pago	Orçamento fiscal – F	936,3	978,6	1.119,60	1.074,60	1.233,30	1.245,40	1.200,00	1.141,70	1.202,60	1.192,90	1.252,90	1.273,10	1.209,9
	Orçamento da seguridade – S	317,8	342,8	342,3	369	393,9	433,7	463,5	462	527,4	569,5	592,1	629,7	661,5
	Orçamento de investimento das estatais – I	27,4	36,9	37,1	39,6	42,2	47,2	55,2	70,2	89,2	100,2	92,2	104	113,5
	Refinanciamento da dívida – R	467,5	438,7	618,7	572,1	750,1	472,3	411	246,1	333	245,2	350	145,8	213
	Transferências constitucionais/legais – T	105,1	118,7	111,5	117,2	134,2	142,9	155,8	182,7	166,3	174,5	195,2	195,3	195,5
	Orçamento líquido (F+S-R-T)*	681,5	764,1	731,9	754,4	743	1.063,90	1.096,70	1.175,00	1.230,60	1.342,80	1.299,80	1.561,70	1.462,8

Fonte: Prodasen/Siafi/Siop.

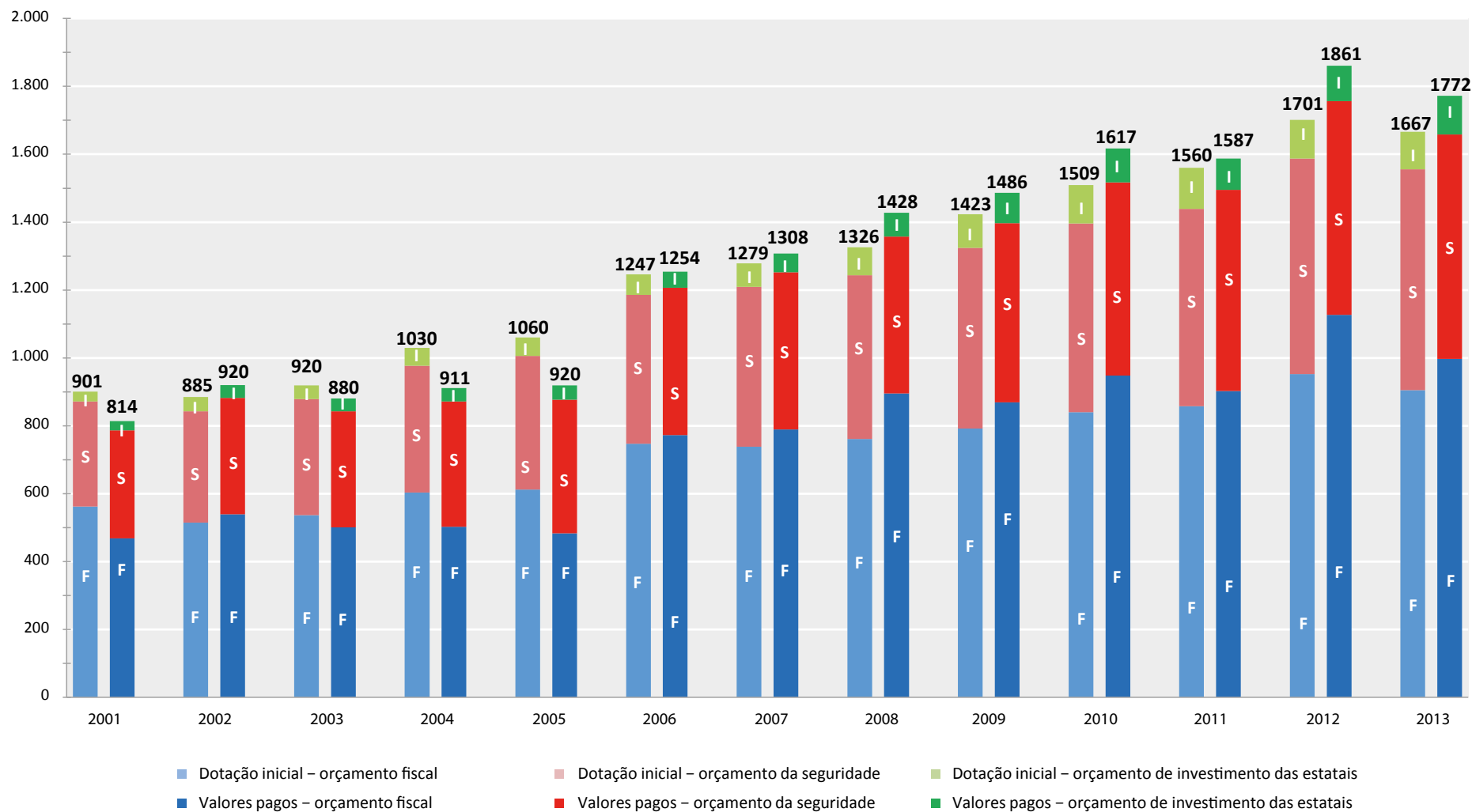
Valores pagos até 14/3/2014.

Valores em bilhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA).

\* Soma dos orçamentos fiscal e da seguridade e exclusão do refinanciamento da dívida e das transferências constitucionais e legais.

Gráfico 21 – Programação: dotação inicial x valores pagos (2001-2013)

Bilhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA)

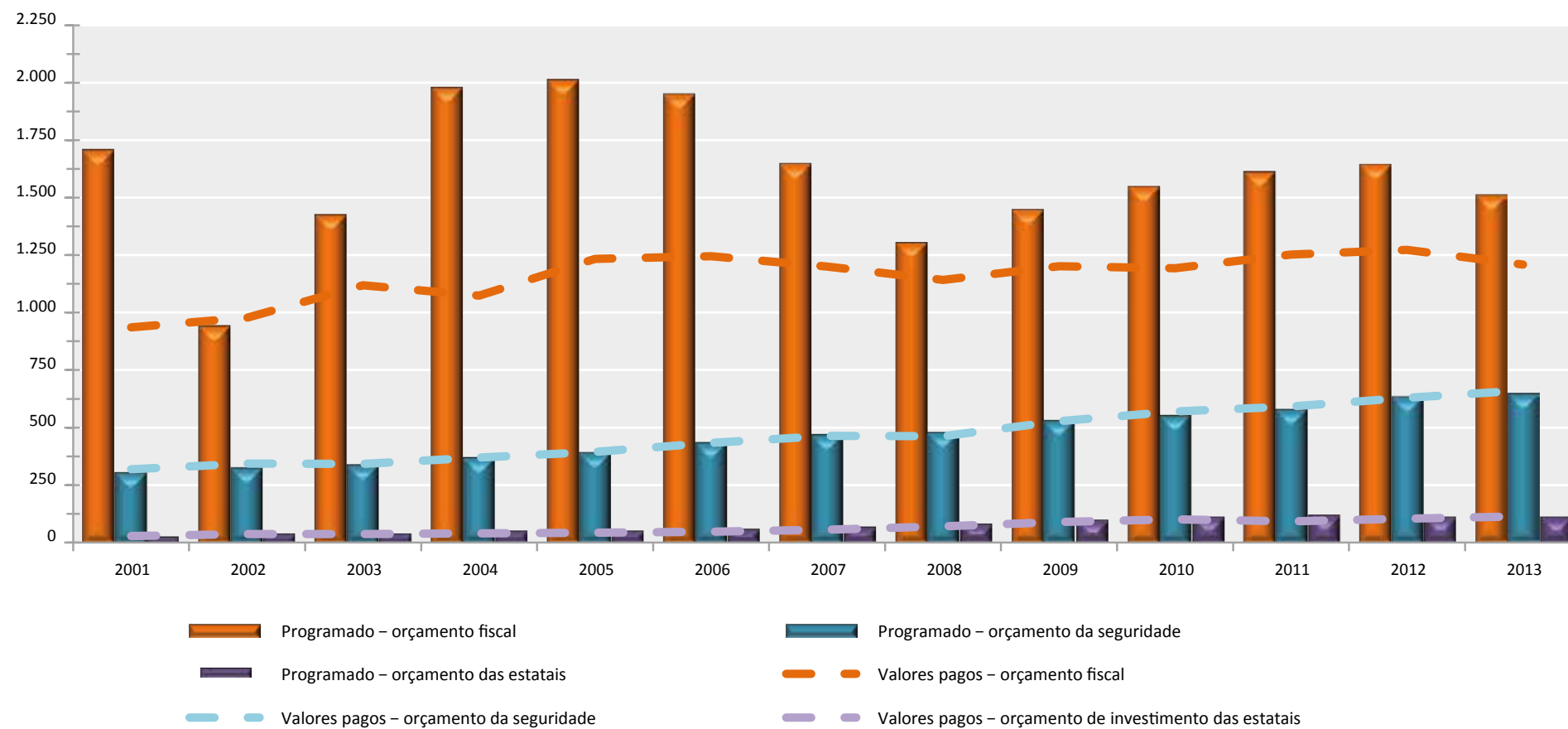


Fonte: Prodasen/Siafi/Siop.

Orçamento fiscal excluído o refinanciamento da dívida.

Gráfico 22 – Programação x execução orçamentária (2001-2013)

Bilhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA)



Fonte: Prodasen/Siafi/Siop.

Tabela 8 – Execução orçamentária anual por esfera (2012-2013)

	2012						2013					
	PLOA	LOA	Empenhado	Pago	RP inscrito	RP pago	PLOA	LOA	Empenhado	Pago	RP inscrito	RP pago
Orçamento fiscal	1.529,60	1.552,20	1.238,80	1.141,60	107,3	57,1	1.496,50	1.515,30	1.261,10	1.147,90	137,3	61,9
Orçamento da seguridade social	588,7	598,2	600,9	570,5	33,9	22,4	643,8	650,7	669,2	634,7	39,7	26,8
Orçamento de investimento	-	106,8	-	97,9	-	-	-	110,6	-	113,5	-	-
<b>Total</b>	<b>2.118,30</b>	<b>2.257,20</b>	<b>1.839,70</b>	<b>1.810,00</b>	<b>141,2</b>	<b>79,5</b>	<b>2.140,30</b>	<b>2.276,60</b>	<b>1.930,30</b>	<b>1.896,10</b>	<b>177</b>	<b>88,7</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

Data da pesquisa: 14/3/2014.

Valores em bilhões de reais.

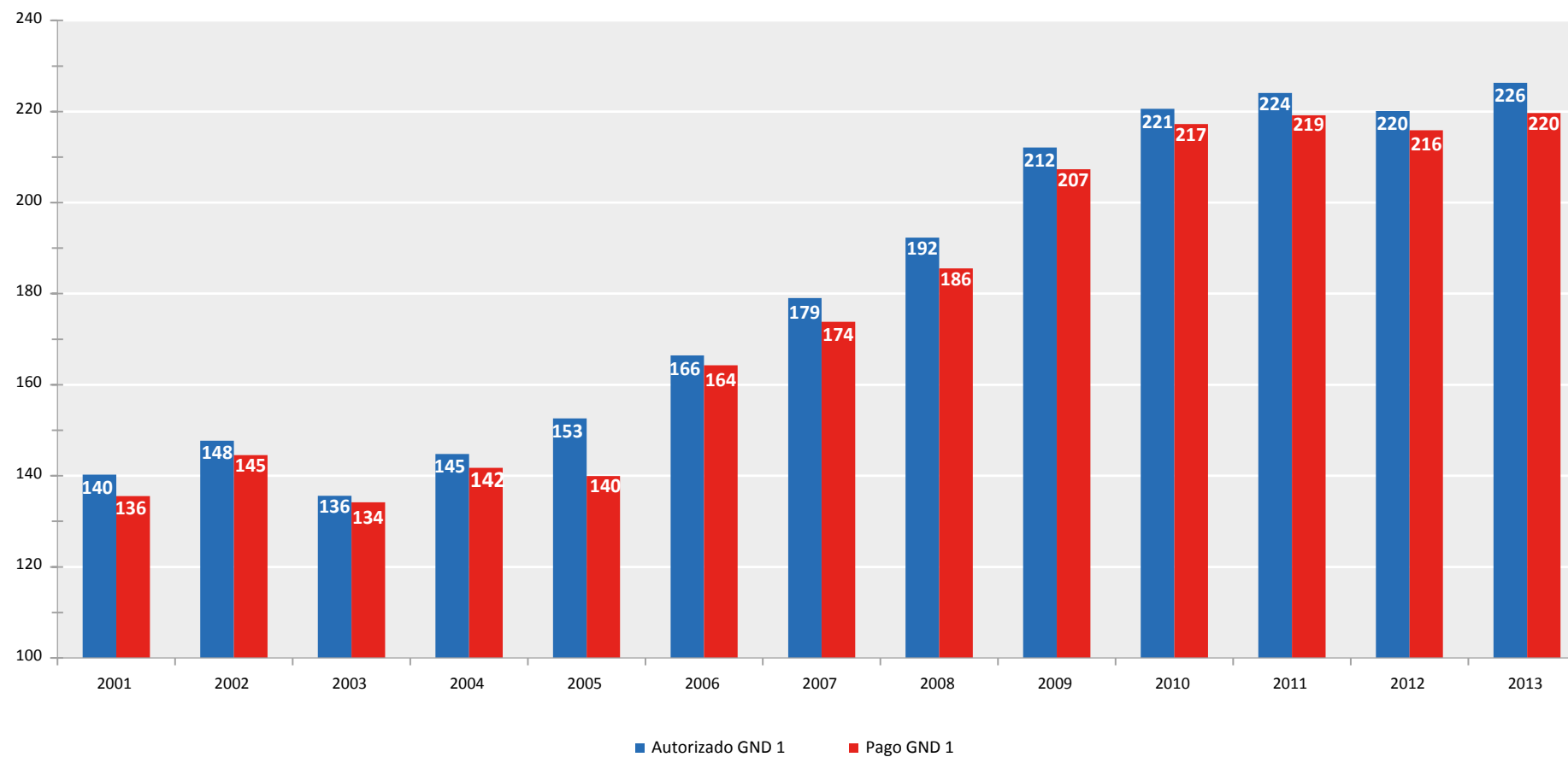
A classificação da despesa orçamentária, segundo a sua natureza, compõe-se de: a) categoria econômica (corrente e de capital); b) grupo de natureza da despesa (GND). Na classificação por GND temos:

- 1 Pessoal e encargos sociais;
- 2 Juros e encargos da dívida;
- 3 Outras despesas correntes;
- 4 Investimentos;
- 5 Inversões financeiras;
- 6 Amortização da dívida.

## Classificação da despesa orçamentária POR NATUREZA (2001-2013)

Gráfico 23 – Despesas com pessoal e encargos sociais – GND 1 (2001-2013)

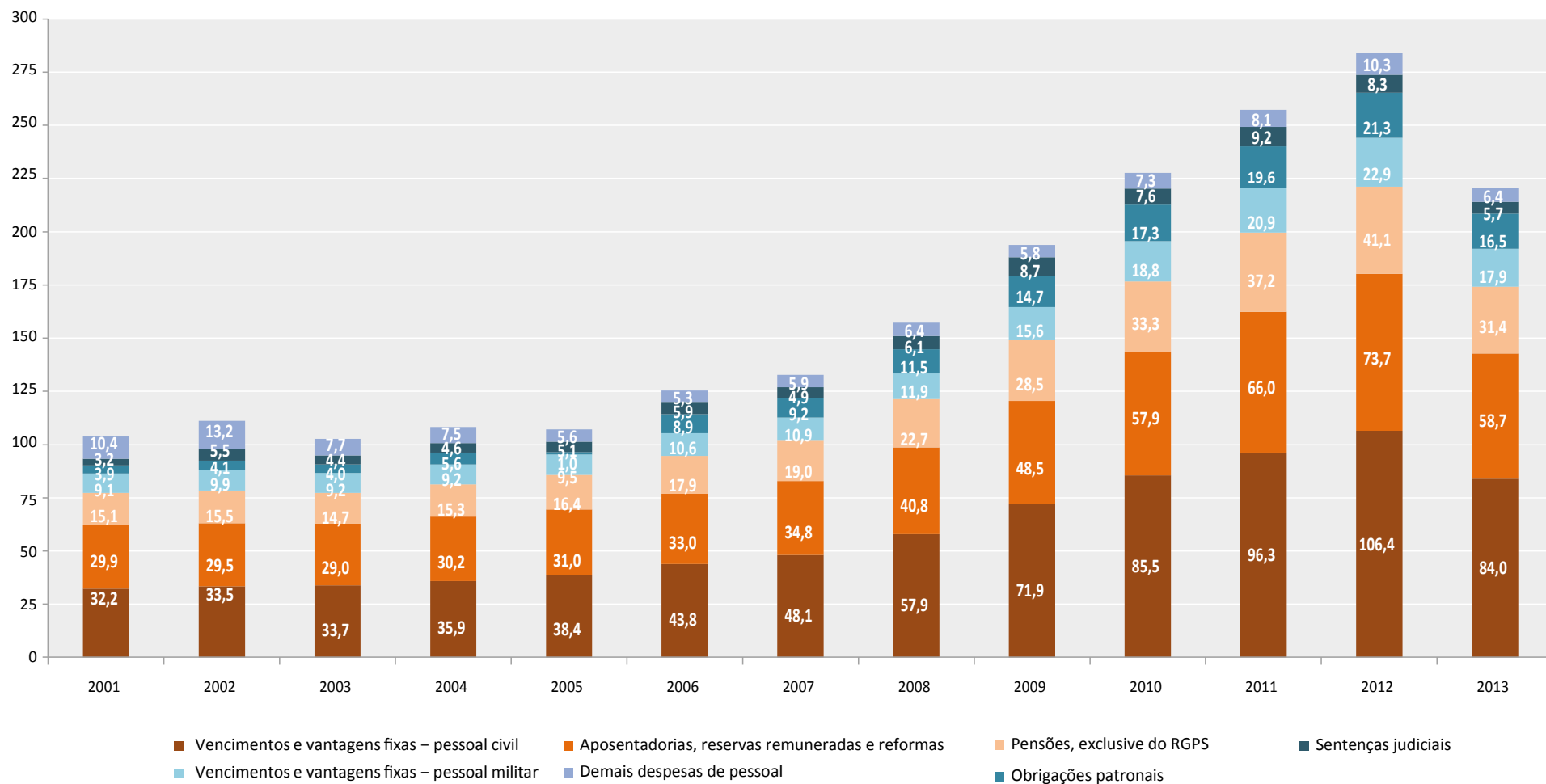
Bilhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Gráfico 24 – Despesas com pessoal, por elemento de despesa (2001-2013)

Bilhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA)



Fonte: Prodasen/Siafi.



Tabela 9 – Evolução das despesas com pessoal x RCL (2011-2014)

Órgão	Limite LRF	Pago 2011	% RCL	Pago 2012	% RCL	Pago 2013	% RCL	PLOA* 2014	% RCL
Poder Executivo	37,90%	155.047,50	27,59%	159.988,90	23,34%	173.614,50	26,46%	192.004,50	26,41%
Poder Legislativo	2,50%	7.384,60	1,31%	7.696,90	1,12%	7.906,30	1,21%	8.313,70	1,14%
Poder Judiciário	6,00%	21.088,90	3,75%	22.090,40	3,22%	23.387,20	3,56%	24.554,00	3,38%
Ministério Público e CNMP	0,60%	2.526,41	0,45%	2.602,30	0,38%	2.954,40	0,45%	3.219,30	0,44%
Demais (Incisos XIII e XIV do art. 21 da CF e art. 31 da EC nº 19)	3,00%	10.829,10	1,93%	12.351,70	1,80%	13.064,20	1,99%	13.980,90	1,92%
<b>Total geral</b>	<b>50,00%</b>	<b>196.876,50</b>	<b>35,04%</b>	<b>204.730,20</b>	<b>29,86%</b>	<b>220.926,50</b>	<b>33,67%</b>	<b>242.072,40</b>	<b>33,30%</b>
<b>Receita corrente líquida – RCL</b>		<b>561.929,90</b>		<b>685.615,10</b>		<b>656.094,20</b>		<b>726.962,50</b>	

Fonte: Siafi.

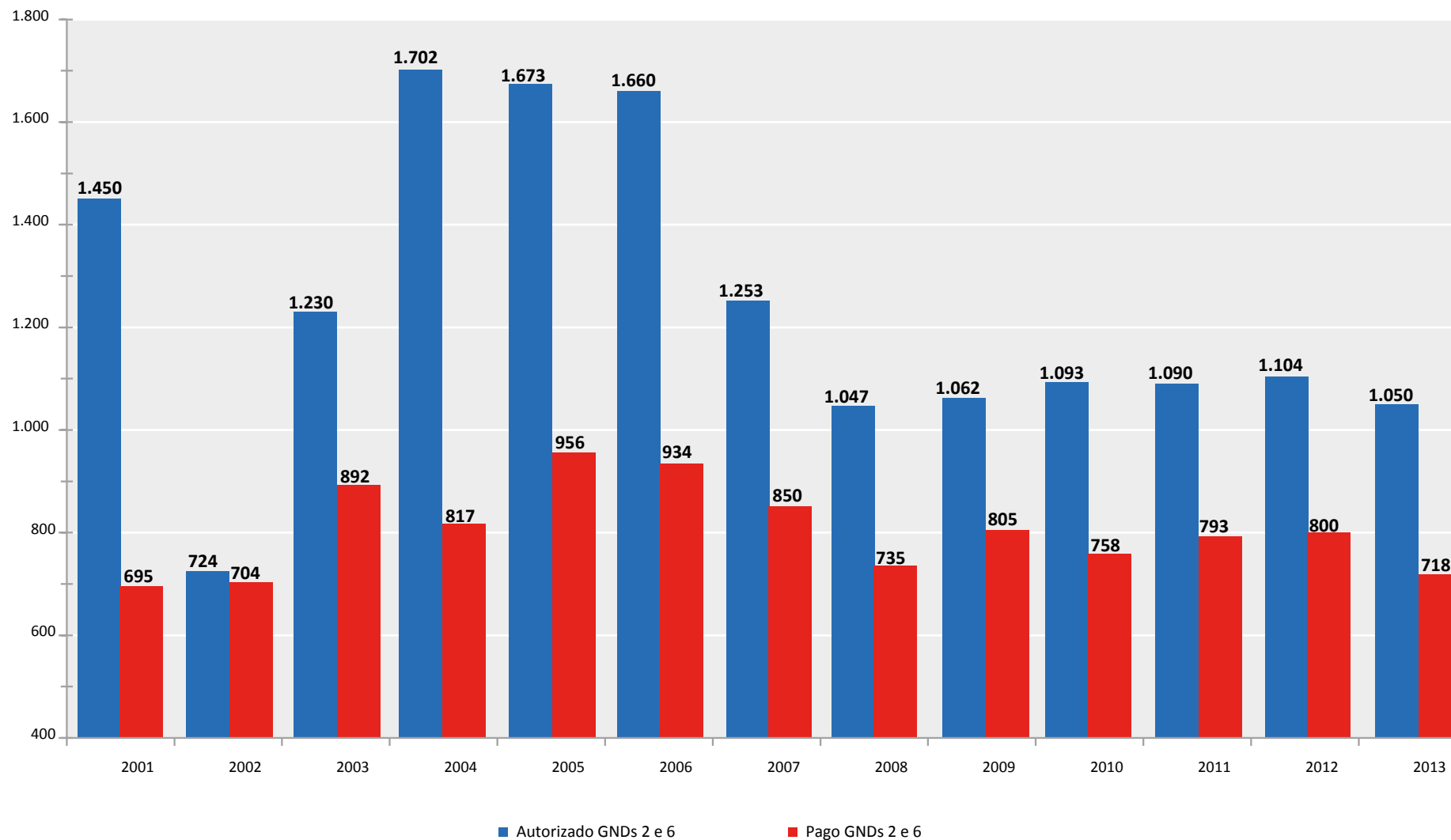
Arts.19 e 20 da LC 101/2000 – LRF: GND 1 – Pessoal e encargos sociais + Outras despesas de pessoal (terceirização), conf. § 1º do art. 18 da LRF. Apurado, porém, com valores segundo regime de caixa (e não de competência, conf. § 2º do art. 18 da LRF).

Valores em milhões de reais.

\*Valores previstos no projeto de lei orçamentária para 2014.

Gráfico 25 – Despesas com juros e amortização (2001-2013)

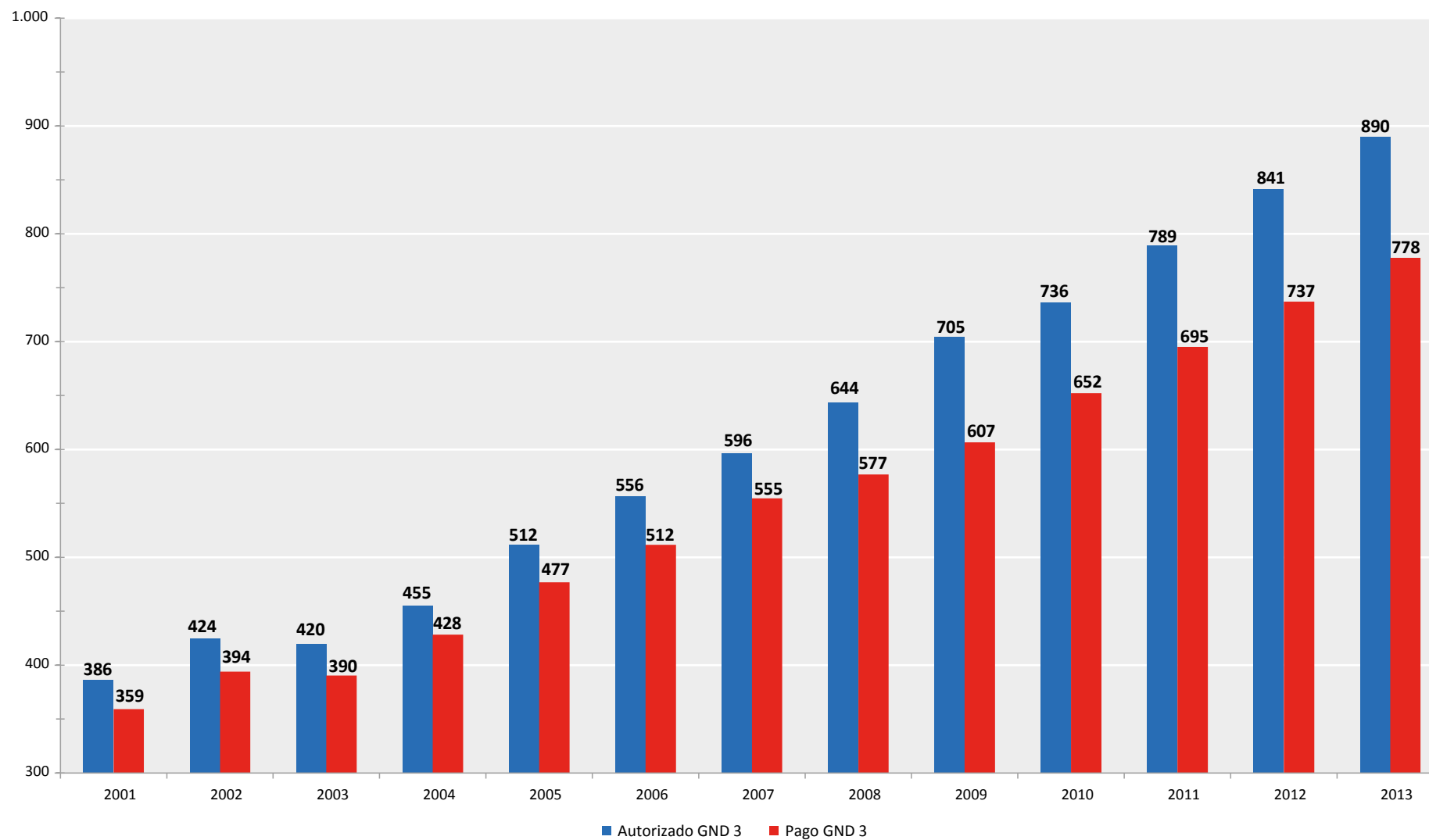
Bilhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA)



Fonte: Prodasen/Siafi.

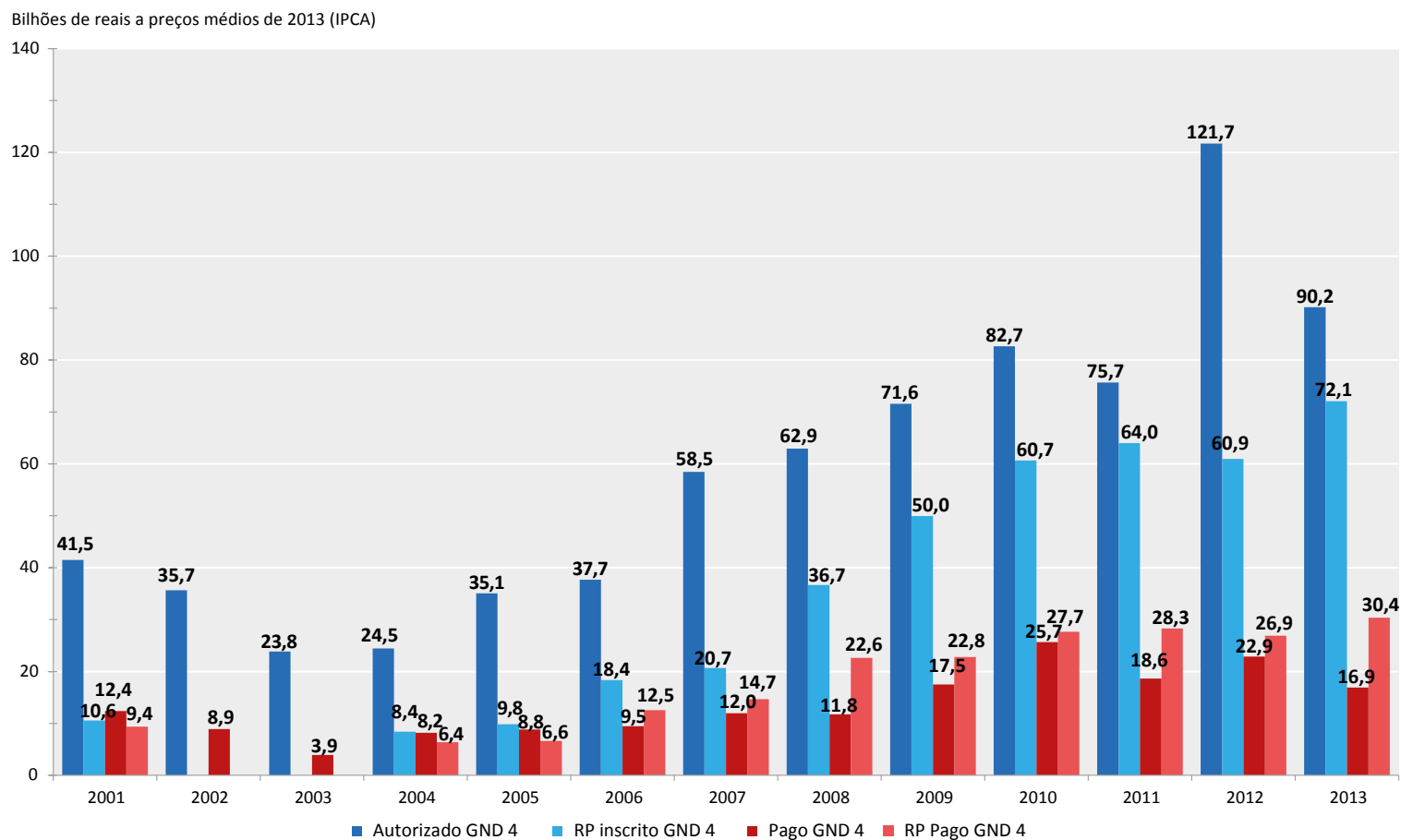
Gráfico 26 – Outras despesas correntes – GND 3 (2001-2013)

Bilhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Gráfico 27 – Investimentos – GND 4 (2001-2013)



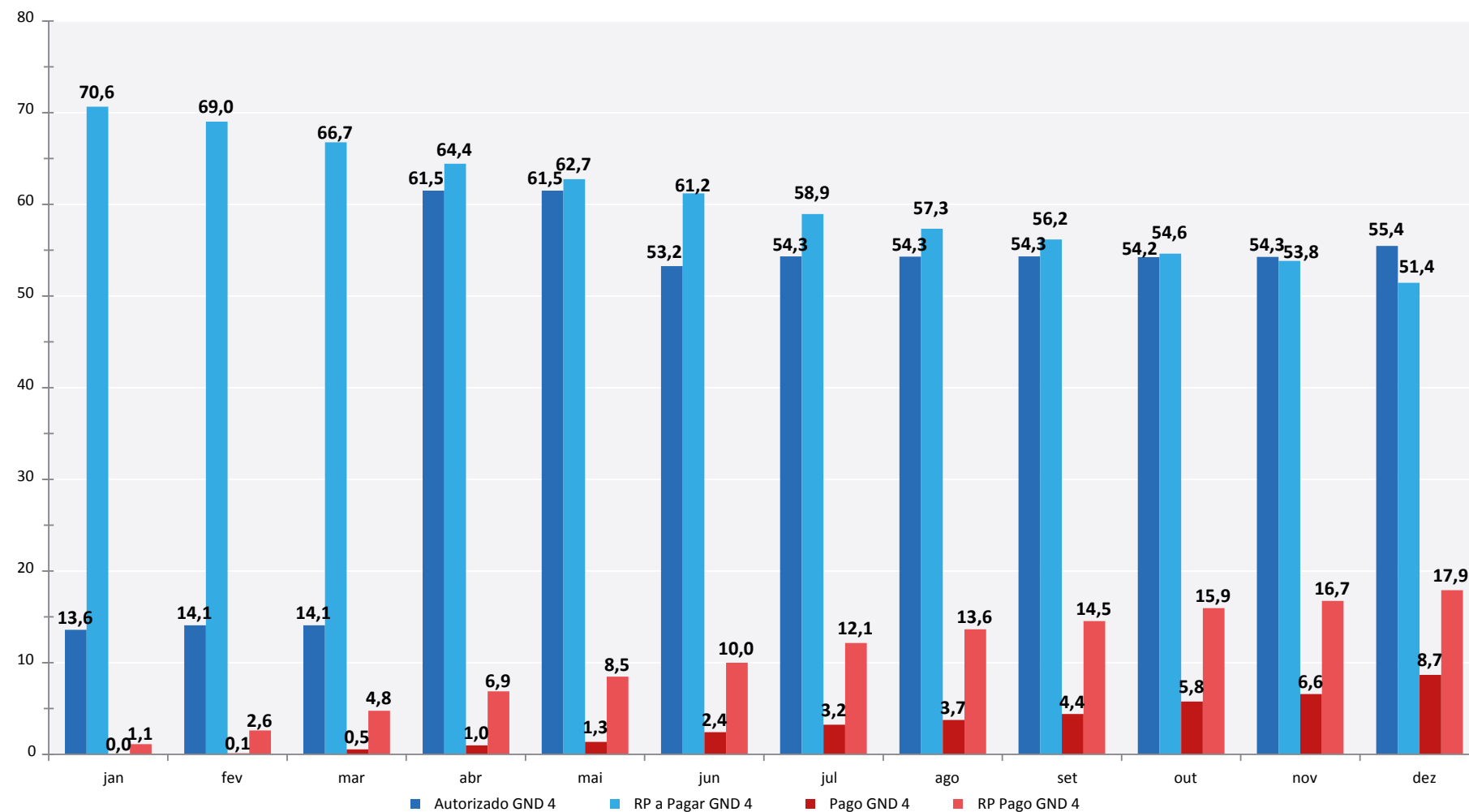
Fonte: Prodasen/Siafi.

O **Gráfico 27** demonstra que a execução orçamentária das despesas com investimentos tem se mantido em níveis historicamente baixos. A partir de 2006, observa-se o expressivo crescimento do volume de recursos inscritos em restos

a pagar, fazendo com que o comprometimento financeiro com o pagamento dessa rubrica passasse a superar a execução das despesas com investimentos aprovadas no exercício.

Gráfico 28 – Investimentos, exceto PAC (2013)

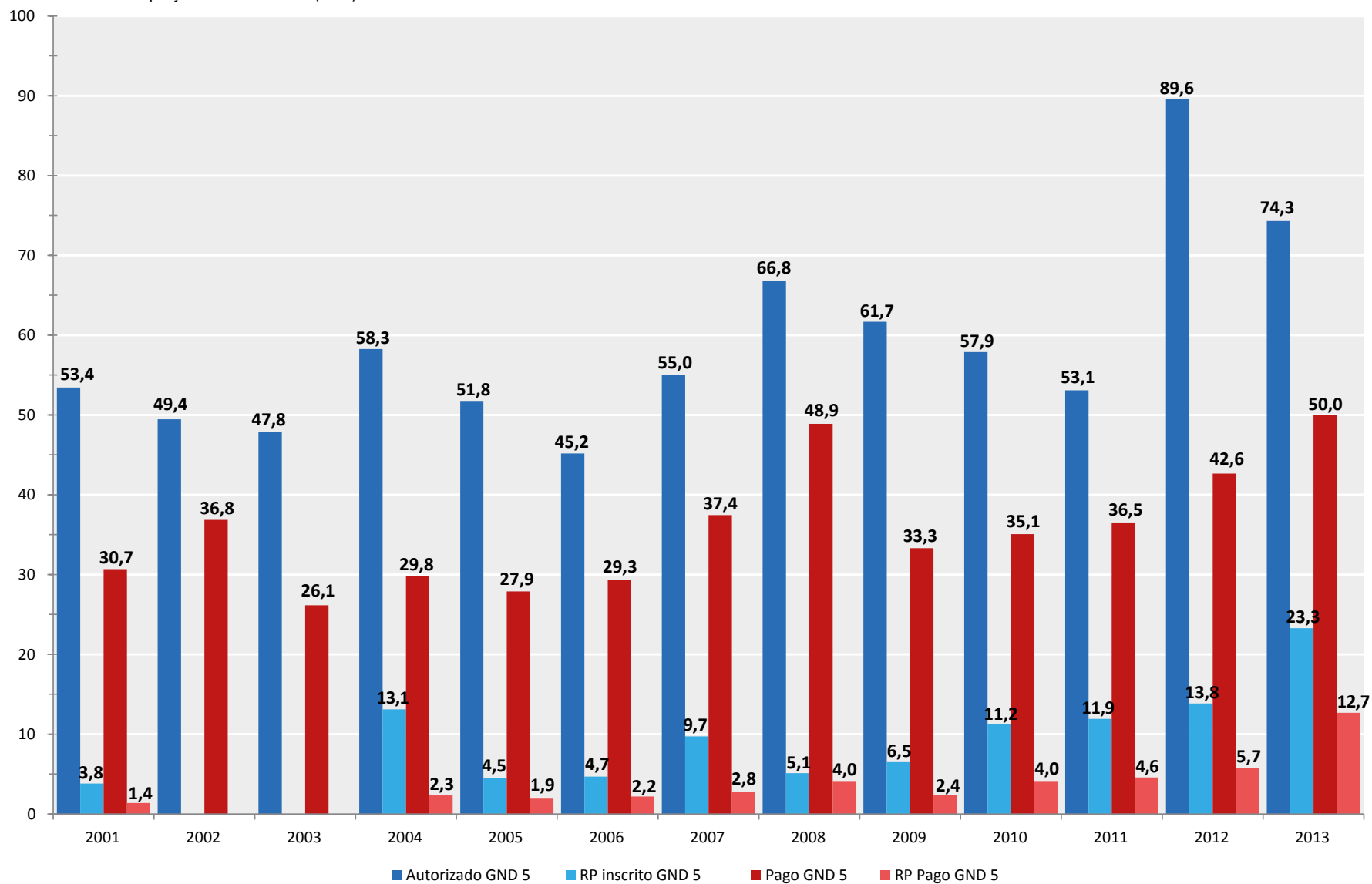
Bilhões em reais



Fonte: Prodasen/Siafi.

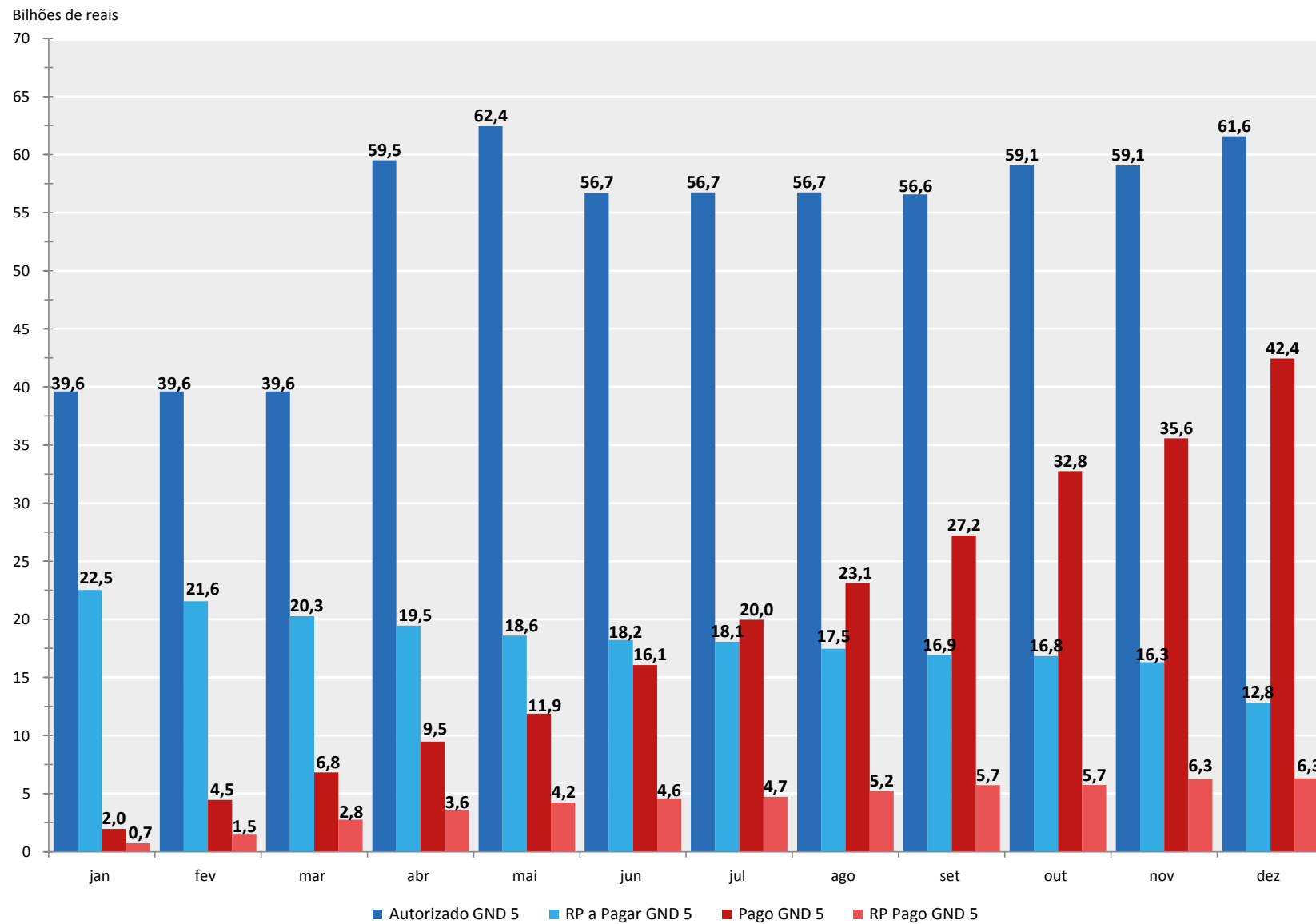
Gráfico 29 – Inversões financeiras – GND 5 (2001-2013)

Bilhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Gráfico 30 – Inversões financeiras, exceto PAC (2013)



Fonte: Prodasen/Siafi.

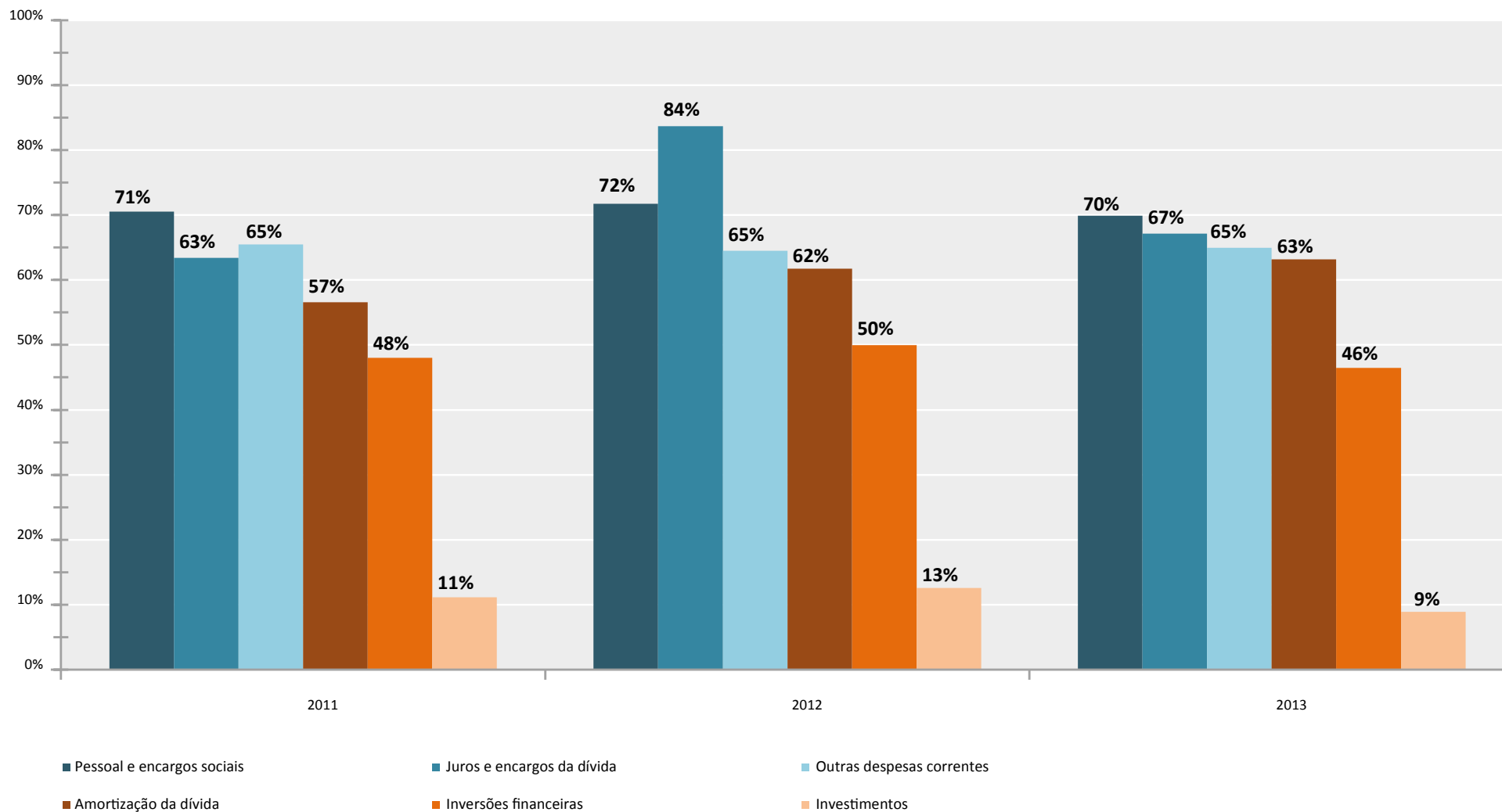
Tabela 10 – Despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por GND (2012-2013)

GND	2013				2012		Execução		Δ % (Pago + RP pago)
	Lei + créditos (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago	Pago (c)	RP pago	2013 c/a (%)	2012 c/a (%)	2013 / 2012
1 – Pessoal e encargos sociais	226.312	221.981	219.694	850	203.303	1.072	97,1	98,1	7,9
2 – Juros e encargos da dívida	186.472	141.706	141.687	26	134.054	0	76	88,4	5,7
3 – Outras despesas correntes	889.972	854.160	777.631	44.728	694.144	47.630	87,4	87,7	10,9
4 – Investimentos	90.196	66.695	16.927	30.359	21.550	25.323	18,8	18,8	0,9
5 – Inversões financeiras	74.307	69.056	50.022	12.676	40.156	5.401	67,3	47,6	37,6
6 – Amortização da dívida	863.059	576.739	576.690	71	618.889	90	66,8	69,7	-6,8
<b>Total</b>	<b>2.330.318</b>	<b>1.930.337</b>	<b>1.782.652</b>	<b>88.710</b>	<b>1.712.095</b>	<b>79.516</b>	<b>76,5</b>	<b>76,5</b>	<b>4,5</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.  
Valores em milhões de reais.



Gráfico 31 – Percentual de valores pagos x dotação autorizada, por GND (2011-2013)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Entre as transferências da União a estados, Distrito Federal e municípios por determinação constitucional ou legal, as principais referem-se às transferências para o Fundo de Participação de Estados (FPE) e para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), conforme demonstrado nos **Gráficos 32 e 33**. Os montantes desses fundos correspondem a, respectivamente, 21,5% e 23,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Além do FPE e do FPM, destacam-se, em conformidade com o art. 60 do ADCT, as transferências para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Constituem receitas do Fundeb 20% incidentes sobre:

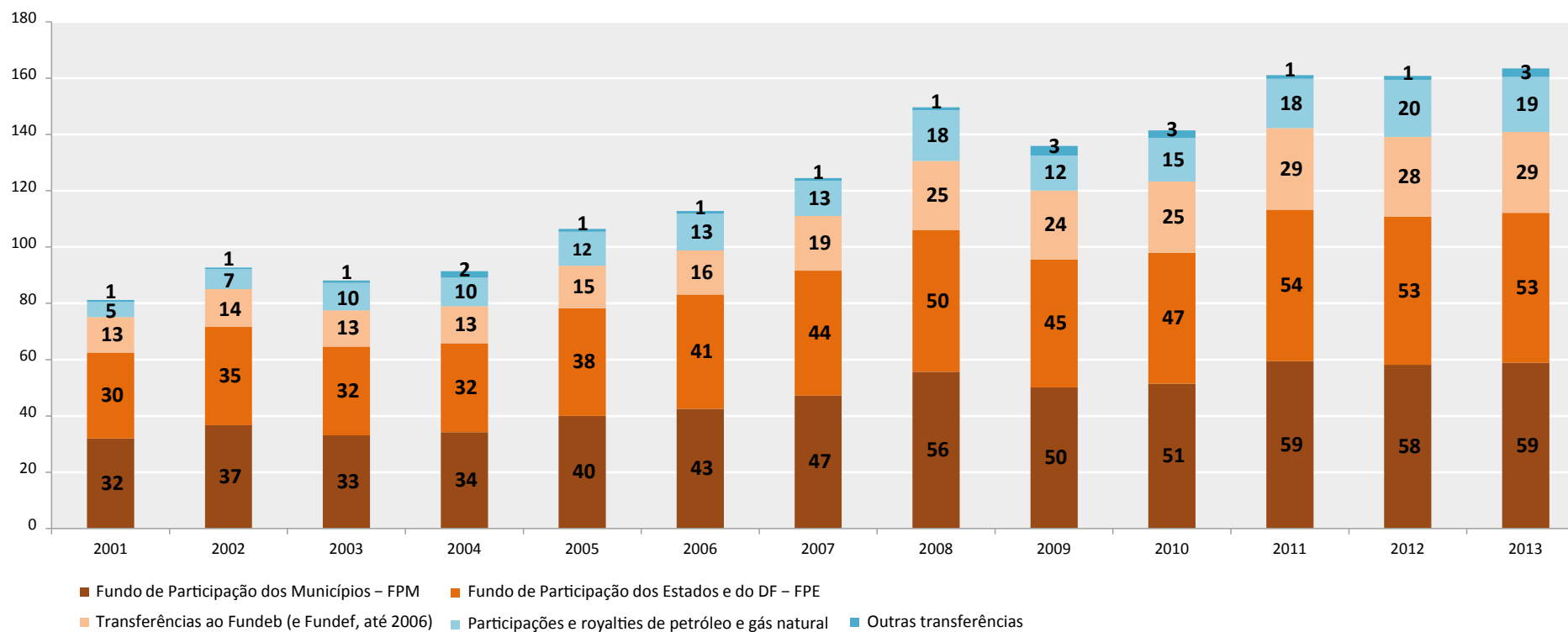
- a) receitas estaduais e do DF: ITCMD, ICMS, IPVA e imposto residual – sobre a parcela pertencente aos estados e DF (art. 155 e 157, II, da CF);
- b) cotas municipais: ITR, IPVA e ICMS (art. 158, II, III e IV, da CF);
- c) FPE, FPM e IPI-Exportação (art. 159, I, “a” e “b”, e II, da CF); e
- d) compensação pela desoneração de ICMS aos estados exportadores (LC nº 87/98 e § 1º do art. 3º da Lei nº 11.494/07).

Além disso, a União complementa o Fundeb com 10% do total dos recursos do fundo, nos termos do inciso VII, alínea “d”, do art. 60 do ADCT.

## Transferências constitucionais E LEGAIS (2001-2013)

Gráfico 32 – Transferências constitucionais e legais (2001-2013)

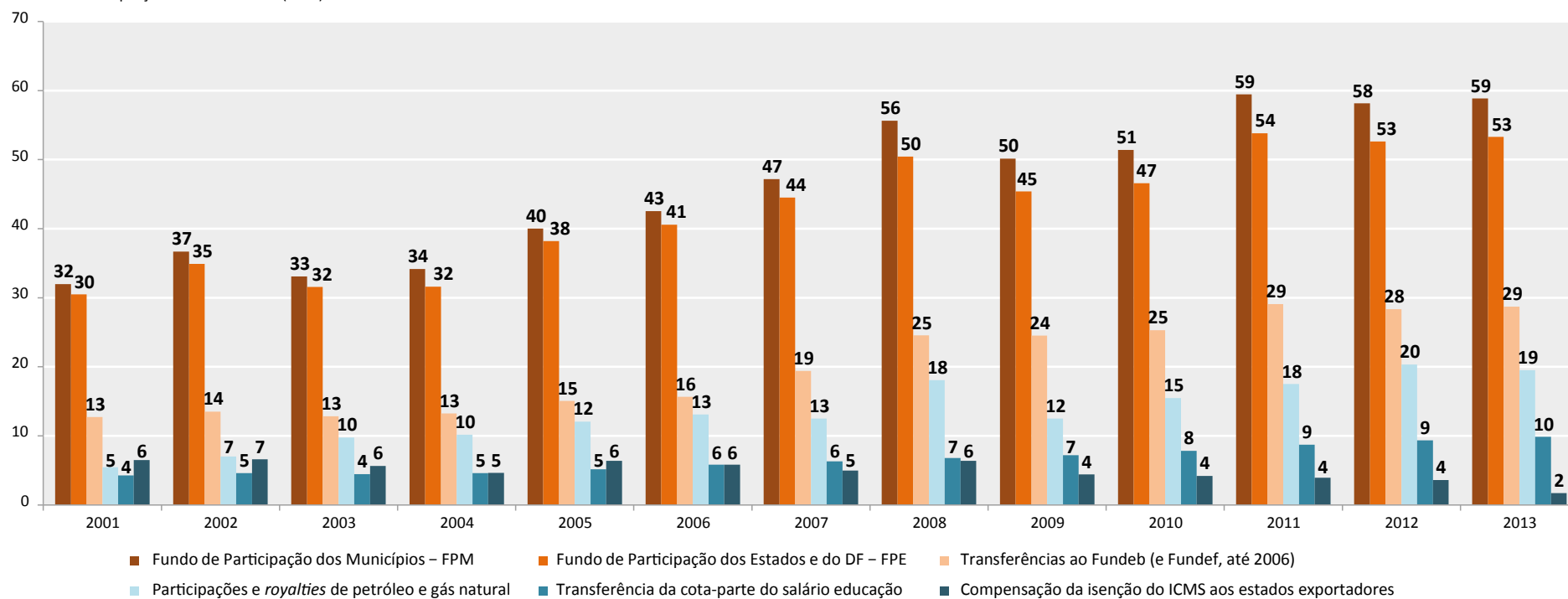
Bilhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Gráfico 33 – Principais transferências constitucionais (2001-2013)

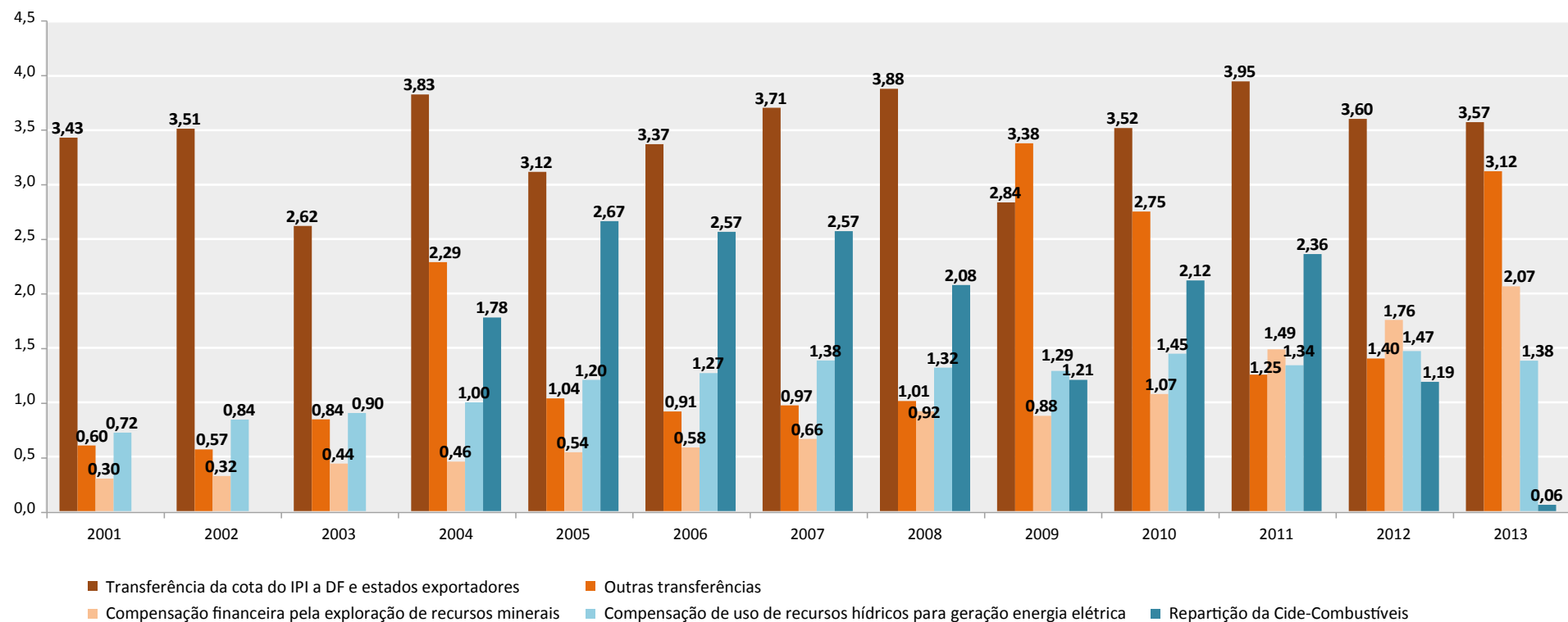
Bilhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Gráfico 34 – Demais transferências legais (2001-2013)

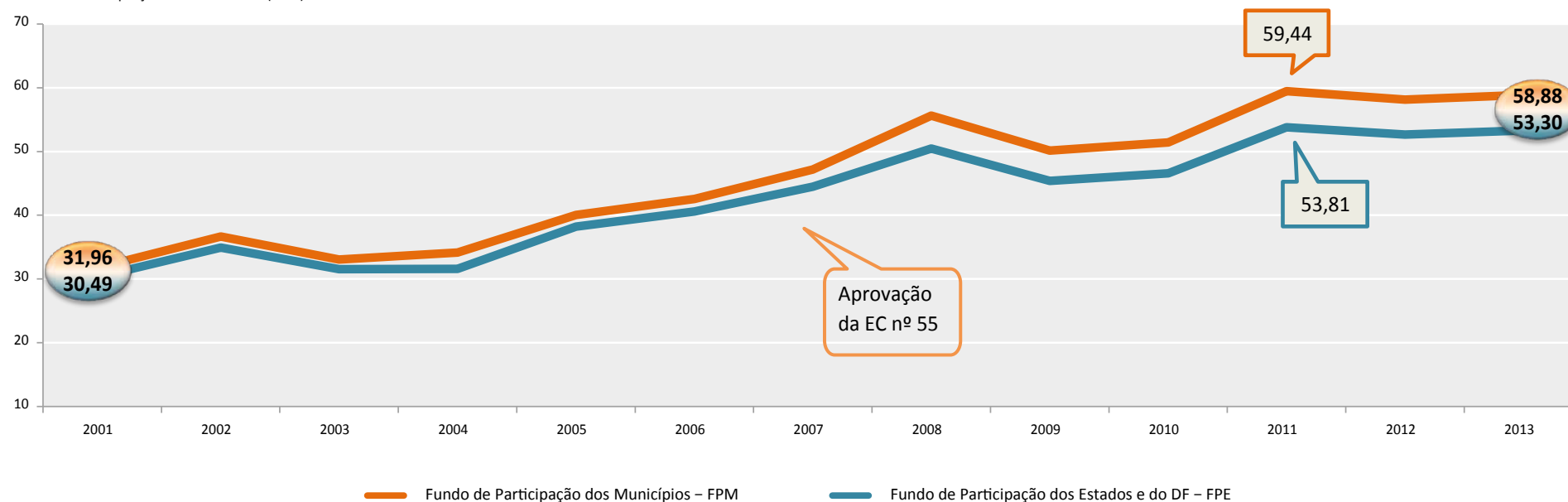
Bilhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Gráfico 35 – Evolução do FPM e do FPE (2001-2013)

Bilhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA)

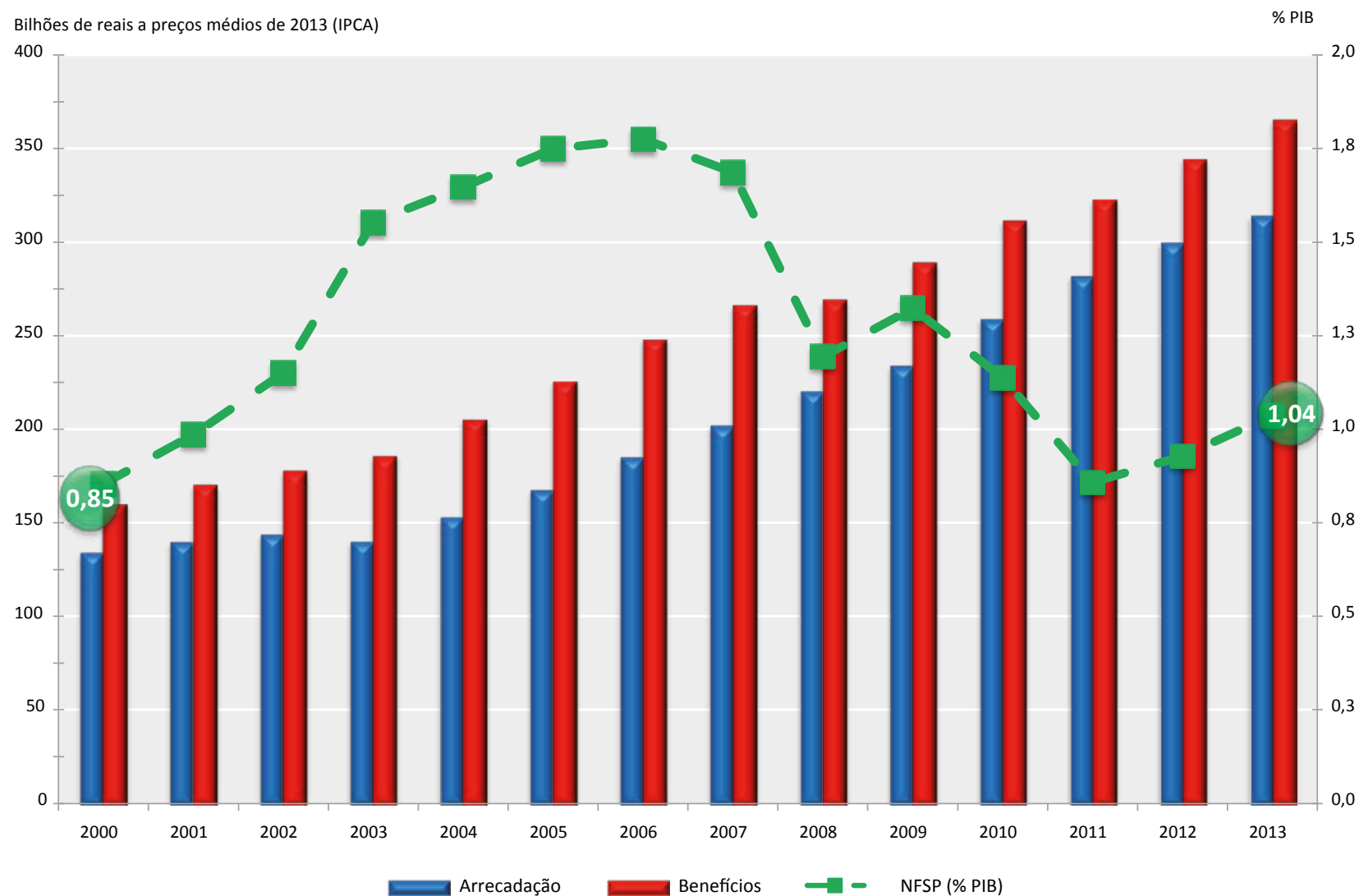


Fonte: Prodasen/Siafi.

Entre 2000 e 2006, conforme demonstrado no **Gráfico 36**, a Necessidade de Financiamento do Regime Geral de Previdência Social (NFPS) apresentou trajetória crescente em percentual do PIB. Essa trajetória passou a declinar a partir de 2007, atingindo o menor percentual em 2011 e 2012, cerca de 0,9% do PIB. O declínio deve-se, principalmente, ao aumento da arrecadação em razão do aumento do salário médio dos trabalhadores e da ampliação do número de contribuintes para a Previdência Social. De acordo com o Anuário Estatístico da Previdência Social, o quantitativo de contribuintes pessoas físicas que fizeram pelo menos uma contribuição no ano para o Regime Geral de Previdência Social cresceu de 39,85 milhões, em 2003, para 67,15 milhões, em 2012, o que implicou elevação de 68,5%.

## Previdência, assistência social E TRABALHO

Gráfico 36 – Previdência Social: receita, despesa e NFPS (2000-2013)

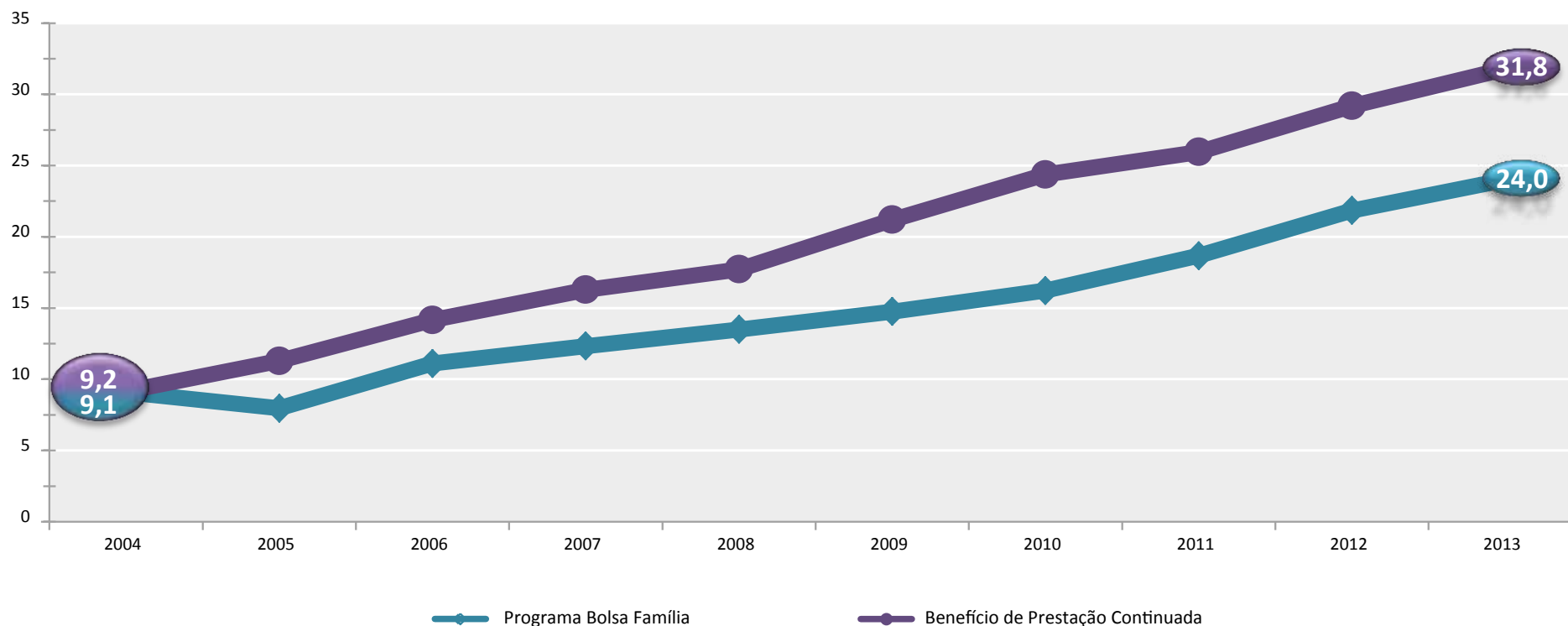


Fonte: PLOA 2014, BI Gerencial/SOF e Ipeadata.  
Preços de dezembro de 2013/INPC.



Gráfico 37 – Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (2004-2013)

Bilhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA)



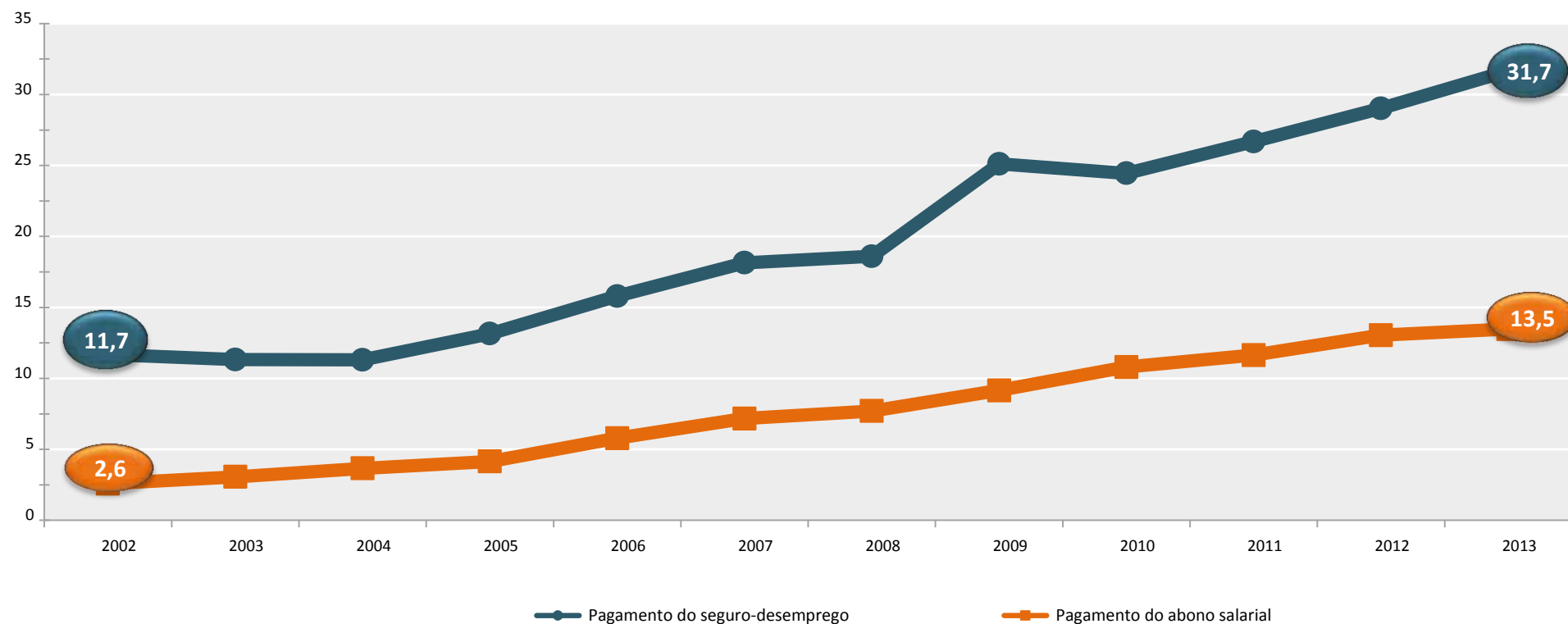
Fonte: Prodasen/Siafi.  
Preços médios de 2013/IPCA.

Os pagamentos do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF) apresentaram significativa trajetória crescente. No caso do BPC, a razão dessa trajetória deve-se ao aumento do salário mínimo e ao crescimento do quantitativo de beneficiários. No caso do PBF, vários fatores contri-

buíram para o aumento dos gastos, podendo ser enumerados: a) o aumento no quantitativo de famílias atendidas; b) mudanças na legislação que incorporaram novos tipos de benefícios; c) elevação da renda familiar *per capita* para acesso ao benefício e; d) aumento no valor dos benefícios.

Gráfico 38 – Seguro-desemprego e abono salarial (2002-2013)

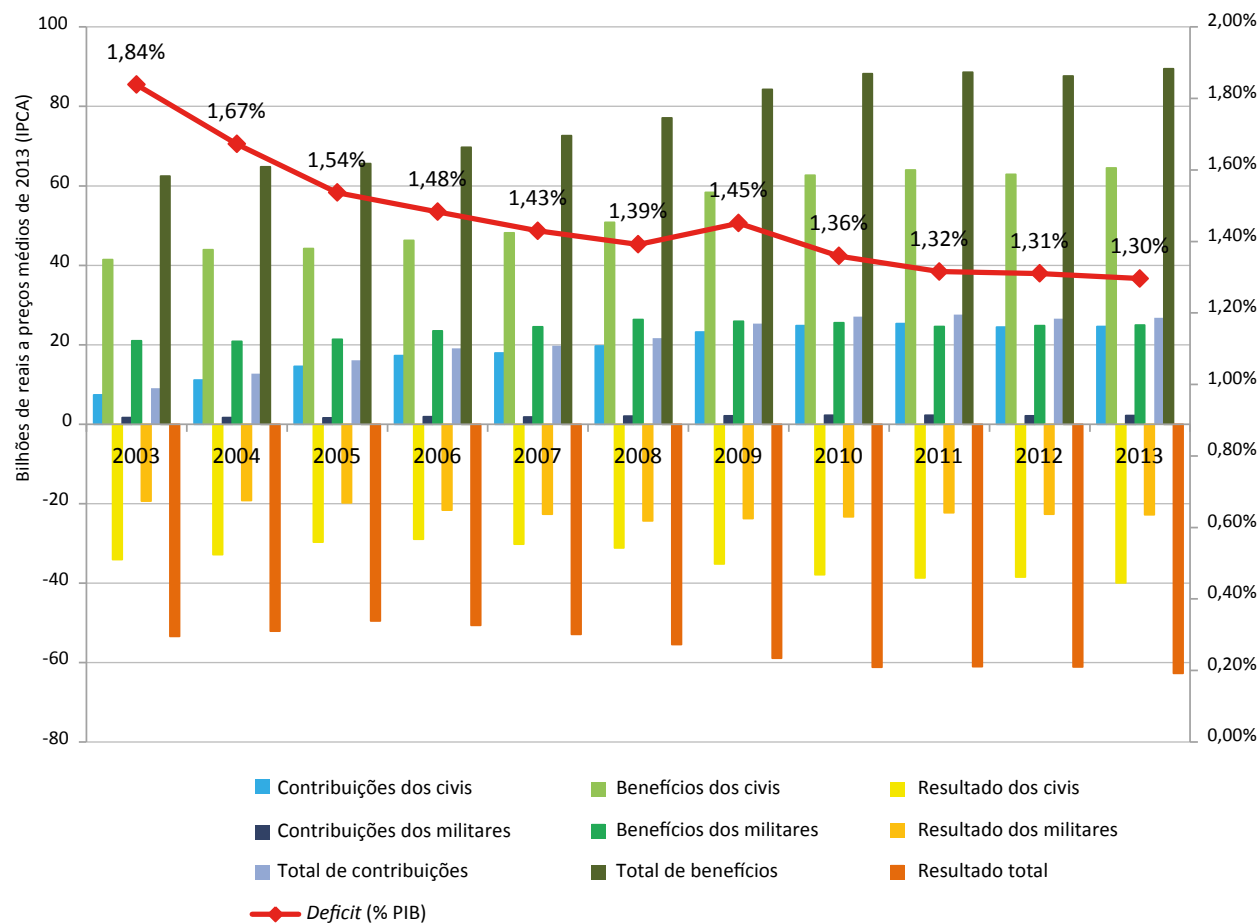
Bilhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA)



Fonte: Prodasen/Siafi.  
Preços médios de 2013/IPCA.

As despesas com pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial apresentaram trajetória crescente, em face do incremento do número de trabalhadores formais no mercado de trabalho, da relativa manutenção da taxa de rotatividade de mão de obra, e da sucessão de aumentos reais do salário mínimo.

Gráfico 39 – Previdência dos servidores da União: receita, despesa e *deficit* (2003-2013)



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal (RREO).

Entre 2003 e 2013, conforme demonstrado no **Gráfico 39**, o *deficit* do Regime de Previdência Social dos Servidores da União apresentou trajetória decrescente em percentual do PIB, caindo de 1,84% em 2003 para 1,30% em 2013. O declínio deve-se ao fato da arrecadação ter crescido em proporção muito superior aos benefícios (196% contra 43%). Apesar de ter caído em proporção do PIB, em valores

reais o *deficit* anual cresceu R\$ 13,2 bilhões de 2005 para 2013, quando ficou em R\$ 62,7 bilhões. Vale destacar que o *deficit* dos servidores civis ficou em R\$ 39,9 bilhões e dos militares em R\$ 26,7 bilhões. No montante referente aos civis estão incluídos os benefícios de aposentados e pensionistas do Fundo Constitucional do Distrito Federal e dos ex-territórios.

Segundo consta do “Balção de 4 Anos do PAC 2007-2010”, elaborado pelo MPOG<sup>2</sup>, o PAC, lançado em janeiro de 2007, tinha como principais desafios estabilizar a economia e implementar um novo modelo de desenvolvimento para o país, combinando crescimento com distribuição de renda.

Com esses objetivos, os investimentos públicos dobraram entre 2007 e 2010, passando de 1,62% do PIB, em 2006, para 3,27% do PIB nos 12 meses encerrados em outubro de 2010. No período, foram executados R\$ 559,6 bilhões, equivalentes a 85,1% do total inicialmente previsto.

Em 2011, foi lançado o PAC 2 (2011-2014) também com objetivos estratégicos para a execução de obras estruturantes. O 9º Balção do PAC 2, elaborado em 18/2/2014, registrou a conclusão de 82,3% das ações previstas para o período.

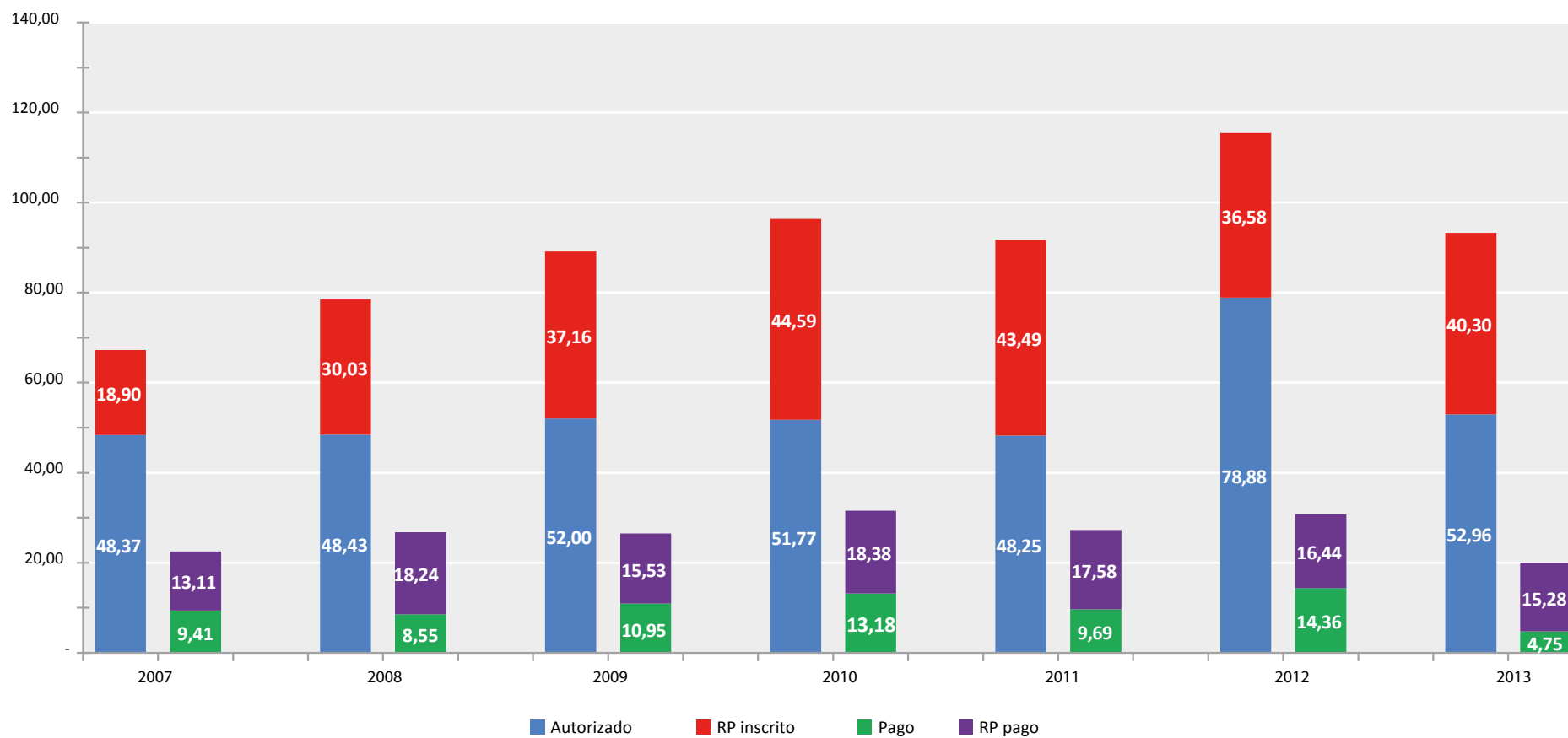
---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/6c57986d-15d0f160bc09ac0bfd602e74.pdf>>. Acesso em 14 de maio de 2014.

# 9 Programa de Aceleração DO CRESCIMENTO (PAC)

## Gráfico 40 – Investimentos e inversões financeiras do PAC (2007-2013)

Bilhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 11 – Nível de execução do PAC, por GND (2012-2013)

GND	2013				2012		Execução		Δ% (Pago + RP Pago)
	Lei + Créditos (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago	Pago (c)	RP pago	2013 c/a (%)	2012 c/a (%)	2013/2012
4 – Investimentos	34.747	32.879	8.257	12.444	8.059	10.301	23,8	18,6	12,8
5 – Inversões financeiras	12.734	12.723	7.573	6.357	2.823	0	59,5	22	393,4
<b>Total</b>	<b>47.481</b>	<b>45.603</b>	<b>15.830</b>	<b>18.800</b>	<b>10.882</b>	<b>10.301</b>	<b>33,3</b>	<b>19,4</b>	<b>63,5</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.  
Valores em milhões de reais.

Tabela 12 – Nível de execução do PAC, por GND e órgão (2012-2013)

GND	Órgão	2013				2012		Execução		Δ% (pago + RP pago)
		Lei + créditos (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago	Pago (c)	RP pago	2013 c/a (%)	2012 c/a (%)	2013/2012
Investimentos	20000 – Presidência da República	0	0	0	27	32	250	0	5,5	-90,4
	22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0	0	0	8	0	117	0	0	-93,2
	24000 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	65	52	5	0	0	0	7	0	0
	26000 – Ministério da Educação	3.164	3.153	350	562	914	608	11,1	23,4	-40,1
	32000 – Ministério de Minas e Energia	34	33	4	20	5	12	13,1	14,5	39,7
	36000 – Ministério da Saúde	2.359	2.259	697	745	611	664	29,5	21,4	13,1
	39000 – Ministério dos Transportes	13.609	13.061	4.316	6.627	4.602	5.739	31,7	22,1	5,8
	42000 – Ministério da Cultura	547	494	89	126	61	18	16,3	11,5	175
	47000 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	0	0	0	0	0	0	10	5,4	-33,1
	49000 – Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.462	3.462	372	945	0	193	10,7	0	582,6
	51000 – Ministério do Esporte	1.284	694	5	0	0	0	0,4	0	0
	53000 – Ministério da Integração Nacional	4.827	4.557	1.762	1.496	697	1.212	36,5	14,2	70,7
	54000 – Ministério do Turismo	40	0	0	32	0	45	0	0	-29,9
	55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	301	295	21	0	0	0	6,8	0	0
	56000 – Ministério das Cidades	4.608	4.540	635	1.856	1.137	1.444	13,8	14,6	-3,5
	62000 – Secretaria de Aviação Civil	185	160	2	0	-	-	1,2		-100
	68000 – Secretaria de Portos	262	120	0	0	-	-	0		-100
<b>Total investimentos</b>		<b>34.747</b>	<b>32.879</b>	<b>8.257</b>	<b>12.444</b>	<b>8.059</b>	<b>10.301</b>	<b>23,8</b>	<b>18,6</b>	<b>12,8</b>

GND	Órgão	2013				2012		Execução		Δ% (pago + RP pago)
		Lei + créditos (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago	Pago (c)	RP pago	2013 c/a (%)	2012 c/a (%)	2013/2012
Inversões financeiras	20000 – Presidência da República	0	0	0	890	573	0	0	26,7	55,4
	39000 – Ministério dos Transportes	400	400	200	0	0	0	50	0	0
	56000 – Ministério das Cidades	10.738	10.738	6.232	5.306	2.250	0	58	21,3	412,8
	62000 – Secretaria de Aviação Civil	1.102	1.102	1.102	0	-	-	100		-100
	68000 – Secretaria de Portos	414	403	38	0	-	-	9,3		-100
	71000 – Encargos financeiros da União	80	80	0	160	0	0	0	0	0
<b>Total inversões financeiras</b>		<b>12.734</b>	<b>12.723</b>	<b>7.573</b>	<b>6.357</b>	<b>2.823</b>	<b>0</b>	<b>59,5</b>	<b>22</b>	<b>393,4</b>
<b>Total geral</b>		<b>47.481</b>	<b>45.603</b>	<b>15.830</b>	<b>18.800</b>	<b>10.882</b>	<b>10.301</b>	<b>33,3</b>	<b>19,4</b>	<b>63,5</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.  
Valores em milhões de reais.



# 10 Execução ORÇAMENTÁRIA

Tabela 13 – Execução, por função (2001-2013)

Função	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago
Legislativa	4,7	4,1	5	4,6	5,4	5,1	5,8	5,3	6,5	5,4	7,4	6,4	7,5	6,2	7,6	6,1	7	6	7,1	6,3	7	6,3	7	6,2	7,1	6,1
Judiciária	14,5	13,7	16,4	15,3	14,7	13,5	17,1	15,7	18,5	14,9	21,2	19,6	22,8	20,8	25	23,4	26	24	27,2	24,9	25,7	23,6	27,3	24,1	26,7	24
Essencial à Justiça	1,9	1,8	2,1	2	2,4	2,3	3,5	3,2	4,1	3,3	4,6	4,2	5,6	4,7	6,2	5,6	6,5	5,9	6,7	6,2	6,7	6	4,4	3,9	4,8	4,2
Administração	17,4	11,6	18,1	13,3	14,1	11,6	16,5	12,8	16,3	12,1	17,2	14,1	21,9	17	21,6	17	23,7	18,9	25,5	21,2	23,7	19,3	26,6	19,3	25,7	19,4
Defesa nacional	25,2	22	26,2	22,7	21,9	18,4	22,3	19,7	24,9	21,2	25,5	22,6	28,1	24,2	31,6	24,4	36,7	28,9	41,2	33,1	38,2	31,1	44,4	31,3	39,7	30,9
Segurança pública	5,9	4,7	4,9	3,5	4,8	3,6	5,2	3,9	5,7	3,9	6,3	4,8	8,3	6,3	10,2	7,2	11,2	8,2	13	9,5	11,4	7,2	12,2	7,1	11,3	7,2
Relações exteriores	2	1,9	2,3	2,6	2,1	1,9	2,8	2	2,6	2,1	2,2	2	2,5	2	2,3	2,5	2,4	1,9	2,6	2,2	2,5	2,1	2,5	2,4	2,3	2,2
Assistência social	11,7	10,7	13	12	15,8	13,3	23	21,8	24,1	23,4	32,6	30,7	34,6	34,1	38,3	37,4	43	41,3	47,1	46,2	51,5	50,2	61,9	57,2	66,1	60,7
Previdência social	229,7	227,3	242,9	240,2	249,1	244,1	266,9	264,3	284,5	281,1	307,5	306,1	326,9	324,8	341,5	316,6	369,3	347,2	390,8	373,4	404,5	387,4	426	408,5	447	429,8
Saúde	52,3	44	52,9	45,4	47,9	43	55,2	48,3	58,5	49,8	60,9	52,2	68,3	55,7	69,4	58,5	74,7	62,1	76,8	66,2	83,5	71,4	94,5	75,8	93,1	76,6
Trabalho	16,2	15,3	17,3	16,3	17,2	16,2	18,1	16,8	19,6	18,9	24,1	23,5	27,8	27,1	31,3	28,9	38,4	35,9	38,1	37,1	42,7	40,3	51,8	44,1	67,3	63,9
Educação	29,3	22,2	28,7	24,2	25,5	21,9	24,9	21,3	27,6	21	29,4	24,6	34,8	27,8	39,4	31,2	50	38,6	63,3	48,7	70,3	52,7	89	60,8	89,8	65,9
Cultura	0,7	0,4	0,7	0,4	0,6	0,3	0,7	0,4	0,9	0,5	1	0,6	1,4	0,6	1,6	0,7	1,6	0,9	2,6	1	2,1	0,7	3,2	0,9	3,5	0,9
Direitos da cidadania	1,5	1,1	1,2	0,7	1	0,6	1,1	0,7	1,6	1	1,7	1,1	1,8	0,9	2,7	1,2	2,3	1,3	2,7	1,5	2,1	1,1	2,3	0,7	2,1	0,7
Urbanismo	1,5	0,2	1,6	0,2	1,6	0,1	2,7	1,2	4,7	0,9	4,4	0,9	7,4	1,1	8	1,4	8,4	2,1	8,8	2,1	8,2	1,4	9,7	1,2	8,8	1,1
Habitação	2,9	0,1	0,4	0	0,6	0	1,3	0,4	1,1	0,2	2,2	0,1	1,4	0	1,7	0,2	1,5	0,2	0,4	0	0,8	0,1	0,8	0,1	0,3	0
Saneamento	0,9	0,1	0,5	0	0,4	0	0,3	0	0,3	0	0,2	0	2,5	0,1	2,6	0,6	3,9	1,1	2,8	0,6	2	0,3	4,6	0,8	3,4	0,6
Gestão ambiental	5,3	2,2	5,6	1,8	4,1	1,2	2,5	1,5	4,1	1,7	3,4	1,7	5,3	1,9	5,9	2	5,3	2,1	5,8	2,5	5,8	2,6	9	2,9	7,5	3,4
Ciência e tecnologia	4,3	3	4,3	2,7	3,6	2,8	4,4	3,7	5,9	4	6,1	4,2	6,4	4,4	7,3	5,3	8,2	6	9,6	6,4	8,5	5,5	11,5	6,1	12,2	6,8
Agricultura	18,4	9,8	16,9	9,6	16	10,5	19,8	11,4	18	11,2	19,3	12,1	22	11	20,2	10,2	22,6	14	23,6	10,8	22,7	10,8	23,6	10,9	25	9,7
Organização agrária	3,3	2,2	3,1	2,4	2,8	1,6	4,7	2,9	6,2	3,8	6,8	4,3	7,2	4,9	7,9	3,3	7,1	3,1	6,8	2,6	5,8	2,4	8,4	2	10	2,7

Função	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago
Indústria	1,2	0,7	1,2	0,7	1	0,7	6,1	1,9	2,8	1,7	3,5	2,9	4,1	3,4	3,4	2	4,2	1,6	3,3	1,7	3,4	1,8	2,8	2	2,6	1,9
Comércio e serviços	6,3	4,8	5,5	3,2	4,8	3,1	4,8	2,3	5,5	2,4	5,3	2,7	6,2	2,1	7,1	1,8	6,7	1,8	6,9	1,7	6,9	1,3	7,2	1,4	7	1,3
Comunicações	4,2	0,8	3,6	1	1,7	1	1,1	0,6	1,5	0,6	0,9	0,6	1,4	0,7	0,9	0,5	0,9	0,5	1,4	0,7	1,5	0,8	1,6	0,8	1,7	1,1
Energia	2,5	1,3	16,3	13	7,6	3,3	1,2	0,6	1,2	0,6	0,8	0,5	1	0,6	1,1	0,6	1,2	0,8	1,3	0,6	1,1	0,6	1,2	0,7	1,2	0,8
Transporte	11,2	5	15	6,5	9,8	3,2	8,9	3,9	13,3	5	13	5,1	19,7	7,6	21,3	6,2	24,2	10,1	29,8	13,1	26,8	11,9	36,6	12,8	24	10,5
<b>Total</b>	<b>475</b>	<b>411</b>	<b>505,7</b>	<b>444,3</b>	<b>476,5</b>	<b>423,3</b>	<b>520,9</b>	<b>466,6</b>	<b>560</b>	<b>490,7</b>	<b>607,5</b>	<b>547,6</b>	<b>676,9</b>	<b>590</b>	<b>716,1</b>	<b>594,8</b>	<b>787</b>	<b>664,5</b>	<b>845,2</b>	<b>720,3</b>	<b>865,4</b>	<b>738,9</b>	<b>970,1</b>	<b>784</b>	<b>990,2</b>	<b>832,4</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

Valores em bilhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA).

Tabela 14 – Execução, por subfunção (2001-2013)

Subfunção	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago
Previdência básica	159,9	159,2	170,6	159,2	186,5	182	177,4	176	214,8	213,5	234,1	233,5	248,5	247,8	259,7	236,6	280,9	260,1	297	280,7	310,2	294,1	332,7	316,2	352	336,2
Administração geral	51,1	47	53,6	47	13,6	12,6	48,4	44,4	53,6	44,8	65,3	61,7	72,8	66,9	80	71,2	87,5	81,1	93,2	86,2	94	86,2	113,7	103,9	116	105,5
Previdência do regime estatutário	62,4	61,2	65,1	61,2	60,1	59,9	62,4	61,8	63,3	62,6	66,6	66,3	70,2	69,6	73,8	73,1	80,1	79,4	84,6	84,2	85,2	84,7	84,3	83,8	86	85,2
Assistência hospitalar e ambulatorial	30,3	27,5	30,4	27,5	28,1	25,6	3,8	3,4	29,5	27,2	31,9	29	35,7	31,7	37,4	32,9	41,4	36,9	44,5	39,6	47,9	42,2	50,9	43,3	48,2	41
Proteção e benefícios ao trabalhador	13,4	12,9	14,7	12,9	15,7	15,3	0,7	0,6	18	17,8	22,4	22	25,8	25,5	28,8	27,5	36	34,5	35,8	35,7	40,5	39,1	43,6	42,8	48	45,9
Assistência comunitária	0,6	0,1	0,6	0,1	3,4	1,6	0,9	0,6	1,4	0,8	2,5	1,7	2,7	1,8	3	1,5	17,9	16,4	19,8	17,9	22,5	20,5	28,8	25	32,1	28,4
Ensino superior	14,4	12,1	14,3	12,1	13,1	12	11,8	11,2	14,6	11,5	14,4	12,6	16,2	13,8	17,4	14,5	20,9	16,2	24	17,9	26,2	20	26,5	19,2	27,9	22
Atenção básica	8	7,3	8,4	7,3	8,1	7,6	2,1	1,8	10,5	9,4	11,6	10,1	13,2	11,5	13,3	12,2	13,9	12,3	14,7	13,5	16,9	14,4	20,6	16,1	21	18,3
Fomento ao trabalho	0	0	0	0	0,1	0	0	0	0	0	0	0	0,1	0	0,1	0	0,1	0	0,1	0	0,1	0	6,7	0,3	18,2	17,3

Subfunção	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago
Assistência ao portador de deficiência	6,2	6	6,8	6	7,1	6,8	0,2	0,1	8,1	8	9,3	9,3	10,2	10,2	11,1	11,1	12,7	12,6	14,2	14,2	15,2	15	17	16,3	18	17,1
Assistência ao idoso	3,4	3,3	3,8	3,3	4,3	4	0,1	0,1	6,2	6,1	7,5	7,4	8,5	8,5	9,5	9,5	11,2	10,9	12,4	12,4	12,9	12,9	15,4	14,5	15,9	15,1
Transferências para a educação básica															6,1	5,8	11	8,7	14,2	11,2	16,4	12,2	17	12,7	15,3	11,4
Transporte rodoviário	7,1	2,3	9,9	2,3	5,1	0,9	5,3	1,5	8,7	2,8	8	2,8	12,5	4,3	11,6	2,3	13	4,5	15,6	6,1	15,5	5,8	20,1	4,4	12,4	3
Ensino profissional	1,8	1,1	1,9	1,1	1,7	1,3	1,4	1,2	1,9	1,1	1,7	1,3	2	1,5	2,8	1,8	3,8	2,3	4,8	3,5	6,8	4,4	9,7	6,1	11,2	8,1
Suporte profilático e terapêutico	3,3	2,7	3,9	2,7	4,3	3,5	4,2	3	5	3,9	5,6	4,5	6,3	4,9	6,6	5,1	7,7	5,8	7,4	5,8	7,9	7	9,5	7,7	10,9	8,5
Promoção da produção agropecuária																							1,3	0	9,8	2,8
Educação básica																							9,6	5,1	9,7	4,4
Alimentação e nutrição	4,9	4,5	4,9	4,5	4,7	4,4	2,6	2,6	4,7	4,5	5,1	4,9	5,1	4,9	5,4	5	6,1	5,7	8,5	8,2	8,3	8	9	8,3	9,6	8,6
Abastecimento	3,6	1,5	3,8	1,5	3,2	1,4	2,9	1,1	3,6	2,2	3,9	1,9	3,9	1,4	4,2	0,8	9,8	5,3	10,2	3,2	8	2,2	8,5	2,2	8,8	1,9
Serviços financeiros	0,2	0	0,1	0	0	0	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,4	0,3	0,6	0,4	0,5	0,3	0,5	0,1	7,8	3,6	7,3	5,7
Desenvolvimento tecnológico e engenharia	3	1,6	3	1,6	3	2,3	1,9	1,3	2,2	1,6	2,8	1,5	3,2	1,8	3,1	1,8	4,6	2,9	5,5	3	4,9	2,5	7,4	2,9	6,2	2,6
Infraestrutura urbana	1,7	0,2	1,7	0,2	1,7	0,1	0,3	0	3	0,1	4	0,2	6	0,1	5,4	0,7	6,5	1,1	5,6	0,9	5,3	0,2	5,5	0,3	5,6	0
Defesa aérea	3,2	1,6	2,6	1,6	6,4	4,8	2,6	1,6	2,8	1,7	2,7	1,9	3,4	1,8	4,1	2,4	4,7	2,5	4,6	2,6	4	2,2	6,9	3,3	5,1	3,1
Saneamento básico urbano	0,9	0,1	0,5	0,1	0,4	0	0,7	0,1	1,5	0,1	1,7	0,2	5,8	0,1	4	0,6	5,2	1,1	4	0,7	3,3	0,5	6,7	1,3	4,9	0,8
Recursos hídricos	2,4	0,7	2,4	0,7	1,6	0,2	0,8	0,3	2,1	0,5	1,5	0,3	2,6	0,4	3,7	0,5	3,2	0,6	3,3	0,7	3,1	0,6	6	1,3	4,7	1,7
Vigilância epidemiológica	1,8	1,4	1,8	1,4	1,7	1,5	1,7	1,3	3	2,3	3,5	2,5	3,1	2,1	3,3	2,1	4,5	2,1	3,7	2,7	3,8	3	4,1	3	4,6	3,4
Desenvolvimento científico	1,5	1,2	1,5	1,2	1,4	1,1	0,9	0,6	1,1	0,6	2	1,5	2	1,4	2	1,3	2,3	1,6	2,3	1,6	2,3	1,5	3	1,8	4,5	2,7
Promoção industrial	0,4	0,1	0,3	0,1	0,2	0,1	0,1	0	1,6	0,7	2,2	0,9	1,6	1,3	2,9	1,7	5	2,6	6,2	3,1	4,6	2,8	6,9	5	4,5	3,8

Subfunção	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago
Ordenamento territorial	0,1	0	0	0	0	0	0,1	0	0,3	0,1	0,3	0,1	0,5	0,1	0,5	0,1	0,8	0	0,8	0,1	1	0,1	2,3	0,1	4,3	0,5
Tecnologia da informação	5,1	3,9	5,7	3,9	3,9	2,8	3,9	2,7	4,4	3	4,3	3	4,5	3,4	4,6	2,9	6,7	3,7	5,1	3	4,6	3	4,8	2,7	4,2	2,4
Defesa naval	1,2	0,9	1,1	0,9	4,5	4,1	0,8	0,6	1,3	0,8	1,1	0,7	1,3	1,1	1,6	1,2	4,8	2	6	4,3	3,8	2,8	4,5	2,9	3,9	2,1
Turismo	0,9	0,2	0,8	0,2	0,6	0,1	0,2	0,2	1,2	0,3	2,2	0,8	2,5	0,6	3,5	0,5	3,5	0,6	4,7	0,6	3,8	0,1	3,5	0,2	3,5	0,2
Educação infantil	0,5	0,4	0,5	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	0,3	0,3	0,4	0,2	0,3	0,3	0,4	0,3	0,4	0,3	1,4	0,6	3,5	1,2	3,2	1
Comércio exterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3,3	1	1,9	1	2,7	1,1	3,4	1,1	3,2	1
Ação judiciária	12	11,8	13,8	11,8	13,8	12,6	13	12,3	16,3	13,6	14,3	13,6	14,9	14,2	16,5	15,9	16,5	16,1	17,6	17	16,7	16,1	3,4	2,5	3,1	2,2
Defesa terrestre	0,9	0,7	1,3	0,7	7,4	7,1	0,8	0,6	0,7	0,5	0,7	0,5	0,9	0,6	1,7	1	1,8	1	2,6	1	2,7	1,1	4,8	1,1	2,9	1,2
Defesa civil	1,3	0,9	1,2	0,9	0,5	0,2	0,2	0,1	0,5	0,1	0,5	0,1	1,1	0,3	2,3	0,6	3,2	1,5	4,1	2,4	2,1	0,8	2,6	0,9	2,9	1
Transporte ferroviário	1,5	1	1,3	1	1,2	0,3	0,2	0,1	0,7	0,3	0,5	0,3	2,2	0,5	2,2	0,3	2	0,4	3,4	1,8	3,1	1,2	3,4	0,5	2,9	1,4
Previdência especial	1,6	1,6	1,4	1,6	1,2	1,2	1,4	1,4	1,5	1,4	1,5	1,4	2,6	2,2	2,9	2,2	2,7	2,3	2,8	2,5	2,7	2,5	2,8	2,6	2,7	2,4
Policiamento	1,6	1,2	1,4	1,2	3,9	3,1	0,8	0,4	1	0,5	1,2	0,4	1,8	1,2	1,6	1,1	0,9	0,4	1,4	0,5	1,8	0,5	2,7	0,8	2,4	0,8
Reforma agrária	2,7	1,7	2,5	1,7	2,6	1,5	2,2	1,7	2,9	2,4	2,8	2,2	2,7	2,2	2,8	1,1	4,1	1,8	3,3	0,9	3,1	1,3	3,4	0,7	2,4	0,4
Normatização e fiscalização	1,2	0,8	1,1	0,8	0,9	0,8	0,9	0,6	1,6	1	1,4	0,8	1,4	0,8	1,1	0,6	1	0,6	1,1	0,6	0,9	0,5	1,2	0,5	1,5	0,6
Demais subfunções	58,7	30,4	67	30,4	60	39,9	159	130,8	65,6	42,8	65,5	44,8	78,5	48,6	74,1	44,1	45,1	25,2	53,7	27,9	48,7	25	44,9	15,7	28,5	10,5
<b>Total</b>	<b>474,8</b>	<b>411,1</b>	<b>505,7</b>	<b>411,1</b>	<b>476,4</b>	<b>423</b>	<b>517,3</b>	<b>466,7</b>	<b>559,8</b>	<b>491,1</b>	<b>607,1</b>	<b>547,2</b>	<b>676,9</b>	<b>589,5</b>	<b>715,4</b>	<b>594,2</b>	<b>787,4</b>	<b>664,5</b>	<b>845,6</b>	<b>719,8</b>	<b>865,4</b>	<b>738,8</b>	<b>970,4</b>	<b>783,9</b>	<b>990</b>	<b>832,2</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

Valores em bilhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA).

Tabela 15 – Execução, por órgão (2001-2013)

Órgão	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago
Câmara dos Deputados	3,2	2,8	3,5	3,3	3,5	3,4	3,7	3,4	4	3,4	4,5	3,9	4,7	3,8	4,9	3,7	4,4	3,8	4,4	3,9	4,7	4,2	4,7	4,2	5	4,4
Senado Federal	2,3	2,1	2,5	2,3	2,9	2,7	3,3	3,1	3,9	3,2	3,9	3,6	3,8	3,4	3,7	3,6	3,4	3,1	3,7	3,4	3,7	3,6	3,7	3,5	3,6	3,3
Tribunal de Contas da União	1	0,9	1,1	1	1,1	1	1	1	1,2	1	1,5	1,4	1,5	1,4	1,5	1,3	1,6	1,5	1,6	1,5	1,5	1,4	1,5	1,4	1,5	1,4
Supremo Tribunal Federal	0,4	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	0,4	0,3	0,5	0,4	0,5	0,4	0,6	0,5	0,6	0,5	0,7	0,5	0,6	0,5	0,6	0,5	0,6	0,4	0,5	0,5
Superior Tribunal de Justiça	0,7	0,7	0,8	0,7	0,7	0,6	0,7	0,7	0,9	0,7	0,8	0,8	1	0,9	1	1	1,1	1	1,1	1	1,1	1	1	0,9	1,1	1
Justiça Federal	4,5	4,3	5,5	5	4,9	4,2	5	4,7	5,8	4,9	6,8	6,3	7,3	6,8	7,8	7,4	8,2	7,7	8,2	7,6	7,9	7,4	8	7,4	8,1	7,6
Justiça Militar da União	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,4
Justiça Eleitoral	2,7	2,5	3,6	3,3	2,7	2,5	3,8	3,4	3,6	3	4,4	3,9	4,3	3,9	5,5	5	5,3	4,5	6	5,1	4,8	4,2	5,6	4,7	4,8	4,1
Justiça do Trabalho	9	8,8	9,3	9,1	8,9	8,7	9,9	9,5	10,4	8,8	11,5	11	12,5	11,8	13,2	12,7	13,9	13,4	14,5	13,9	14,3	13,7	15	13,8	15,1	13,9
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	0,9	0,9	1	1	1,1	1,1	1,3	1,2	1,4	1,2	1,5	1,4	1,6	1,5	1,6	1,6	1,8	1,7	1,8	1,8	1,9	1,8	2	1,8	1,9	1,8
Conselho Nacional de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1
Presidência da República	4,5	1,6	1,8	1,3	5,2	3,2	7,2	5,4	4,5	3,3	4,5	3,8	6,1	4,5	8,7	5,8	10,3	6,8	10,2	6,9	8,9	6,5	10,2	6,4	2,3	1,6
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	10,3	6,2	9,6	6,2	7,8	5,5	7,3	4,7	8,2	5,7	8,6	5,7	9,3	5,6	9,8	5,8	12,2	9,3	11,5	7,7	11,2	7,5	12	7,1	11,5	7,2
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	5,2	3,8	5,2	3,4	4,5	3,5	4,7	3,9	6,1	4,3	6,3	4,4	6,6	4,6	7,1	5,3	7,7	5,7	9,4	6,3	7,8	5,1	10,1	5,6	10,3	6,3
Ministério da Fazenda	18,9	12,2	15,8	12,1	13,4	12,4	15,2	13,8	15,6	13,3	16,3	14,7	19,3	17,6	20,1	17,9	21,9	19,6	22	20,2	22	20,2	23,3	20,1	22,3	19,4
Ministério da Educação	34,5	27,4	34,4	29,8	31	27,4	29,4	26,2	32,3	26,4	34,9	30,5	40,2	33,6	45,1	37,5	56,2	45,2	68,9	56,2	76,2	59,7	90,2	66,1	91,9	69,6

Órgão	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	2,6	1,3	2,5	1,7	2,2	1,4	1,6	1	1,4	1	1,3	1	1,7	1,5	1,6	1,1	1,9	1,3	1,9	1,4	1,7	1,4	2,1	1,6	1,9	1,5
Ministério da Justiça	7,8	6,5	8	6,4	6,8	5,7	7,1	6,2	7,8	6,2	8,7	7,2	10,5	8,7	11,9	9,6	11,6	9,9	12,9	10,4	13,1	9,8	13,9	9,3	12,6	9,2
Ministério de Minas e Energia	2,2	1,1	2,3	1,2	3,3	2,2	4,8	1	1,7	1,1	1,3	1	1,7	1,1	1,6	1,1	1,9	1,4	2,3	1,4	2,2	1,5	2,2	1,4	2,1	1,5
Ministério da Previdência Social	182,9	180,8	195,2	192,6	196,4	191,1	208,9	206,9	225,4	222,8	245,1	244,1	260,2	258,9	271,2	247,6	293,6	272,2	311	294	323,2	306,6	345	328	364,2	347,8
Ministério Público da União	2	1,9	2,2	2,1	2,5	2,4	2,6	2,4	3	2,5	3,4	3,1	4,1	3,3	4,2	3,8	4,2	3,9	4,3	3,9	4,4	3,8	4,3	3,8	4,7	4,2
Ministério das Relações Exteriores	2,1	2,1	2,5	2,8	2,3	2,1	3	2,2	2,8	2,3	2,4	2,2	2,7	2,3	2,5	2,7	2,6	2,2	2,9	2,5	2,8	2,4	2,8	2,6	2,6	2,4
Ministério da Saúde	57	48,8	57,7	50,2	52,3	47,5	60,1	53,1	63,4	54,6	65,6	56,9	73,2	60,6	74,3	63,4	80,4	67,9	83,1	72,6	90,4	78,3	101,7	83	100,4	83,7
Ministério do Trabalho e Emprego	17,2	16,3	18,2	17,3	18,2	17,2	19,1	17,8	20,5	19,9	25,1	24,5	28,9	28,3	32,4	30,1	39,7	37,2	39,4	38,4	44	41,6	52,8	45,2	68,1	64,8
Ministério dos Transportes	13,7	7,4	15,7	7,9	10,8	4,9	9,7	5,1	14,1	6,6	13	6,3	19,4	8,4	19,1	6,4	20,8	9,6	24,9	12,3	24,8	11,5	30	9,7	21	9
Ministério das Comunicações	5	1,6	4,4	1,8	2,2	1,6	2	1,6	2,4	1,5	1,8	1,5	2,4	1,6	1,8	1,5	2	1,6	2,5	1,7	2,6	1,8	2,4	1,6	1,9	1,5
Ministério da Cultura	0,8	0,5	0,8	0,5	0,7	0,4	0,8	0,5	1	0,6	1,1	0,7	1,5	0,7	1,7	0,8	1,7	1	2,7	1,1	2,4	0,8	3,2	1	3,4	1
Ministério do Meio Ambiente	2,5	1,6	3,1	1,4	2,2	1,2	2	1,4	2,1	1,5	2,1	1,7	2,3	1,9	2,5	1,8	2,5	1,9	2,8	2,1	2,9	2,2	3	2,1	2,9	2,2
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2,8	2,5	2,9	2,5	2,5	2,2			3,3	2,5	3,8	3,1	6,5	4,2	5,4	3,4	5,9	4	7	5,5	5,5	4,2	7,3	4,2	7,1	4,6
Ministério do Desenvolvimento Agrário	4,2	2,6	4,2	2,8	3,6	2	3,8	2,8	4,7	3,7	5,1	3,9	5,5	3,9	5,8	2,7	5,4	2,8	5,7	2,8	4,9	2,5	7	2,2	9,2	3
Ministério do Esporte	1,8	0,5	1	0,2	0,7	0,1	0,6	0,2	1	0,2	1,5	0,4	2,2	1	1,8	0,3	1,8	0,2	2,5	0,3	3	0,4	3,8	0,4	4,1	0,4
Ministério da Defesa	50,5	47,3	51,9	48,5	44,4	41,1	45,2	42,5	48,3	44,7	51,1	48,2	54,9	51,1	60,7	53,2	67,7	59,8	73,9	65,7	70,5	63,5	74,7	62,6	71,5	62,8

Órgão	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago
Ministério da Integração Nacional	6,9	3	6,2	2,4	4,3	1,1	3,2	1,5	5	1,6	4,1	1,4	7,4	1,7	9	2,1	9,2	3,2	10,9	4,6	8,5	2,6	13,2	3,8	12,3	5
Ministério do Turismo	-	-	0,6	0,3	0,6	0,1	0,8	0,4	1,6	0,5	2,4	1	2,9	0,8	4	0,7	3,7	0,7	5	0,8	4,1	0,3	3,7	0,3	3,6	0,3
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	-	-	-	-	9,8	9,2	23	21,8	24	23,3	32,6	30,7	34,6	34,1	38,3	37,4	43	41,3	47,1	46,2	51,5	50,2	61,3	56,8	64,7	59,8
Ministério das Cidades	-	-	4,2	1,2	4,1	0,8	3,4	1,3	5	0,9	6	1	10,7	1,1	10,9	2,2	12,3	3,3	11	2,7	10	1,8	13,8	2,1	11,3	1,5
Ministério da Pesca e Aquicultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0,9	0,2	0,6	0,1	0,4	0,1	0,6	0,1
Conselho Nacional do Ministério Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0,1	0	0,1	0	0,1	0,1
Gabinete da Vice-Presidência da República	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
Secretaria de Assuntos Estratégicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,4	0,3
Secretaria de Aviação Civil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,5
Advocacia-Geral da União	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,7	2,6
Secretaria de Direitos Humanos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,4	0,1
Secretaria de Políticas para as Mulheres	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,2	0
Controladoria-Geral da União	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,8	0,8
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,1	0
Secretaria de Portos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,6	0,1



Órgão	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago
Encargos financeiros da União	-	-	14,1	11,8	4,8	1,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
Transferências a estados, Distrito Federal e municípios	2,7	2,5	3,4	3,2	3	3	3	2,8	3,1	2,6	3,2	3,1	3,4	3,3	3,4	3,2	3,5	3,5	3,5	3,4	3,4	3,3	2,2	2,2	3,3	3,2
Operações oficiais de crédito	12,9	8,7	11	6,6	11,1	7,6	23,4	12,7	20,9	10,9	22,1	12,9	23,3	12,7	22,3	10,8	24,4	11,9	25,1	10	24,9	11,7	34,9	16,5	33,9	16,2
<b>Total</b>	<b>476</b>	<b>411,8</b>	<b>506,8</b>	<b>444,5</b>	<b>477,2</b>	<b>423,3</b>	<b>521,3</b>	<b>466,8</b>	<b>561,2</b>	<b>491,4</b>	<b>609,1</b>	<b>548</b>	<b>679,2</b>	<b>591,5</b>	<b>717,4</b>	<b>595,4</b>	<b>788,9</b>	<b>665</b>	<b>847,8</b>	<b>720,5</b>	<b>868,7</b>	<b>739,6</b>	<b>974,3</b>	<b>784,4</b>	<b>994,3</b>	<b>832,8</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

Valores em bilhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA).

Tabela 16 – Execução, por órgão (2012-2013)

Órgão	2013				2012		Execução		Variação (%) pago + RP pago
	Lei + créditos (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago	Pago (c)	RP pago	2013 c/a (%)	2012 c/a (%)	2013/2012
Câmara dos Deputados	4.984	4.695	4.370	112	3.981	269	87,7	89,1	5,5
Senado Federal	3.671	3.386	3.319	54	3.320	49	90,4	95	0,1
Tribunal de Contas da União	1.522	1.508	1.408	42	1.313	61	92,5	93,7	5,5
Supremo Tribunal Federal	535	483	452	24	418	30	84,6	77,4	6,3
Superior Tribunal de Justiça	1.077	1.040	965	47	891	47	89,6	90,3	7,8
Justiça Federal	8.122	8.038	7.632	309	6.937	339	94	92,2	9,1
Justiça Militar da União	451	439	421	9	387	11	93,3	93,8	8,2
Justiça Eleitoral	5.165	4.840	4.492	347	4.793	404	87	85,3	-6,9
Justiça do Trabalho	15.132	14.820	13.932	463	13.001	305	92,1	92,1	8,2
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.913	1.842	1.762	107	1.652	84	92,1	89,7	7,7
Conselho Nacional de Justiça	198	149	75	47	79	72	37,6	38,5	-19,4

Órgão	2013				2012		Execução		Variação (%) pago + RP pago
	Lei + créditos (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago	Pago (c)	RP pago	2013 c/a (%)	2012 c/a (%)	2013/2012
Presidência da República	2.283	1.913	1.565	1.673	6.050	911	68,6	58,4	-53,5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	11.611	9.426	7.244	1.192	6.707	1.211	62,4	59,1	6,5
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	10.378	9.216	6.332	1.455	5.314	1.604	61	55,3	12,6
Ministério da Fazenda	23.580	21.582	20.265	883	18.979	461	85,9	86,1	8,8
Ministério da Educação	92.362	84.536	69.913	9.033	62.499	8.796	75,7	73,4	10,7
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	1.932	1.615	1.485	128	1.476	100	76,8	74,9	2,3
Ministério da Justiça	12.584	11.260	9.213	1.106	8.757	716	73,2	66,5	8,9
Ministério de Minas e Energia	2.165	1.937	1.534	253	1.354	141	70,8	64,8	19,4
Ministério da Previdência Social	372.259	371.746	355.658	15.121	316.241	13.502	95,5	95,1	12,4
Ministério Público da União	4.657	4.516	4.151	240	3.591	315	89,1	89,5	12,4
Ministério das Relações Exteriores	2.619	2.466	2.432	60	2.485	16	92,8	93,8	-0,4
Ministério da Saúde	100.508	92.702	83.826	6.833	78.272	6.448	83,4	81,6	7
Ministério do Trabalho e Emprego	68.140	66.955	64.787	700	57.896	305	95,1	85,5	12,5
Ministério dos Transportes	21.124	18.999	9.080	7.205	9.170	6.305	43	32,3	5,2
Ministério das Comunicações	2.128	1.961	1.630	274	1.486	152	76,6	64,7	16,3
Ministério da Cultura	3.357	2.279	1.009	509	988	451	30	32,7	5,5
Ministério do Meio Ambiente	2.959	2.563	2.253	224	2.024	167	76,1	71,7	13,1
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	7.858	5.261	4.656	1.128	3.944	178	59,3	56,8	40,3
Ministério do Desenvolvimento Agrário	9.656	8.197	3.443	2.218	2.427	936	35,7	34,7	68,3
Ministério do Esporte	4.174	2.339	413	505	402	515	9,9	11,1	0,2
Ministério da Defesa	73.886	70.881	64.095	5.610	59.750	4.185	86,7	82,9	9
Ministério da Integração Nacional	12.306	9.208	4.988	2.734	3.596	2.027	40,5	25,5	37,3
Ministério do Turismo	3.642	2.199	272	498	296	1.102	7,5	8,5	-44,9
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	65.114	64.075	60.300	2.195	53.855	704	92,6	92,8	14,5

Órgão	2013				2012		Execução		Variação (%) pago + RP pago
	Lei + créditos (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago	Pago (c)	RP pago	2013 c/a (%)	2012 c/a (%)	2013/2012
Ministério das Cidades	26.098	22.088	8.316	10.206	4.600	11.189	31,9	16,5	17,3
Ministério da Pesca e Aquicultura	637	303	124	61	108	81	19,5	31,4	-2,1
Conselho Nacional do Ministério Público	75	63	55	5	44	8	73,5	56,1	14,4
Gabinete da Vice-Presidência da República	10	9	8	1	-	-	79	-	0
Secretaria de Assuntos Estratégicos	357	328	319	0	-	-	89,2	-	0
Secretaria de Aviação Civil	2.844	2.622	1.854	0	-	-	65,2	-	0
Advocacia-Geral da União	2.675	2.597	2.563	0	-	-	95,8	-	0
Secretaria de Direitos Humanos	367	262	100	0	-	-	27,2	-	0
Secretaria de Políticas para as Mulheres	209	151	46	0	-	-	22,2	-	0
Controladoria-Geral da União	816	781	768	0	-	-	94,2	-	0
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	56	35	27	0	-	-	47,3	-	0
Secretaria de Portos	1.080	763	183	0	-	-	17	-	0
Encargos financeiros da União	358.967	286.581	282.434	1.080	464.296	1.969	78,7	90,7	-39,2
Transferências a estados, Distrito Federal e municípios	221.427	207.004	189.051	6.490	177.644	6.205	85,4	86,5	6,4
Operações oficiais de crédito	49.237	45.165	25.177	7.532	23.904	7.143	51,1	48,1	5,4
Refinanciamento da dívida pública mobiliária federal	711.413	452.253	452.253	0	297.165	0	63,6	54,8	52,2
<b>Total</b>	<b>2.330.318</b>	<b>1.930.076</b>	<b>1.782.652</b>	<b>88.710</b>	<b>1.712.095</b>	<b>79.516</b>	<b>76,5</b>	<b>76,5</b>	<b>4,5</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.  
Valores em milhões de reais.

Tabela 17 – Execução, por função (2012-2013)

Função	2013				2012		Execução		Varição (%) pago + RP Pago
	Lei + créditos (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago	Pago (c)	RP pago	2013 c/da (%)	2012 c/a (%)	2013/2012
Legislativa	7.063	6.580	6.140	174	5.842	291	86,9	89	2,9
Judiciária	26.677	25.741	23.983	1.276	22.716	1.260	89,9	88,3	5,4
Essencial à Justiça	4.831	4.648	4.213	324	3.631	363	87,2	86,8	13,6
Administração	25.745	21.714	19.392	2.383	18.206	856	75,3	72,8	14,2
Defesa nacional	39.717	37.796	30.938	6.458	29.501	4.233	77,9	70,6	10,9
Segurança pública	11.285	9.107	7.159	1.367	6.707	870	63,4	58,3	12,5
Relações exteriores	2.342	2.193	2.159	55	2.230	16	92,2	93,3	-1,4
Assistência social	66.100	64.647	60.739	2.282	53.874	692	91,9	92,5	15,5
Previdência social	446.964	446.135	429.787	15.171	384.679	13.625	96,2	95,9	11,7
Saúde	93.105	85.304	76.563	6.828	71.380	6.448	82,2	80,2	7,1
Trabalho	67.340	66.150	63.867	774	41.504	273	94,8	85	54,7
Educação	89.820	82.251	65.890	10.941	57.226	10.114	73,4	68,3	14,1
Cultura	3.503	2.408	869	631	847	435	24,8	28	17
Direitos da cidadania	2.050	1.532	698	284	621	377	34,1	28,4	-1,6
Urbanismo	8.766	4.832	1.067	1.786	1.109	2.020	12,2	12,1	-8,8
Habitação	294	207	11	216	134	305	3,9	17,7	-48,2
Saneamento	3.418	2.953	629	1.023	738	825	18,4	17,1	5,7
Gestão ambiental	7.534	6.595	3.400	2.274	2.738	1.385	45,1	32,4	37,6
Ciência e tecnologia	12.151	10.740	6.822	1.496	5.742	1.635	56,1	53	12,8
Agricultura	25.009	20.492	9.730	3.854	10.223	4.229	38,9	46	-6
Organização agrária	10.027	7.559	2.697	2.276	1.912	1.220	26,9	24,2	58,8
Indústria	2.641	2.234	1.896	219	1.885	229	71,8	71,6	0,1
Comércio e serviços	6.995	4.994	1.308	1.033	1.332	1.610	18,7	19,5	-20,4
Comunicações	1.654	1.434	1.123	276	728	149	67,9	46,9	59,5
Energia	1.213	1.027	801	166	665	67	66	57,3	32

Função	2013				2012		Execução		Variação (%) pago + RP Pago
	Lei + créditos (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago	Pago (c)	RP pago	2013 c/da (%)	2012 c/a (%)	2013/2012
Transporte	24.032	20.903	10.504	7.653	12.020	6.815	43,7	34,9	-3,6
Desporto e lazer	4.125	2.317	394	499	367	486	9,5	10,2	4,7
Encargos especiais	1.335.916	987.582	949.871	16.987	973.538	18.689	71,1	73,7	-2,6
<b>Total</b>	<b>2.330.318</b>	<b>1.930.076</b>	<b>1.782.652</b>	<b>88.710</b>	<b>1.712.095</b>	<b>79.516</b>	<b>76,5</b>	<b>76,5</b>	<b>4,5</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.  
Valores em milhões de reais.

Tabela 18 – Execução, por subfunção (2012-2013)

Subfunção	2013				2012		Execução		Variação (%) pago + RP pago
	Lei + créditos (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago	Pago (c)	RP pago	2013 c/a (%)	2012 c/a (%)	2013 / 2012
031 – Ação legislativa	977	804	624	102	577	191	63,9	63,9	-5,4
032 – Controle externo	236	213	146	28	128	38	61,7	65,2	5,3
061 – Ação judiciária	3.061	2.819	2.224	454	2.332	398	72,6	73,6	-1,9
062 – Defesa do interesse público no processo judiciário	727	703	519	133	412	131	71,4	66,9	20,1
091 – Defesa da ordem jurídica	0	0	0	1	1	1	0	27,9	-48,2
092 – Representação judicial e extrajudicial	629	534	409	14	70	4	65,1	61,3	472,1
121 – Planejamento e orçamento	1.042	865	314	1.247	183	263	30,1	6,8	250,2
122 – Administração geral	116.164	110.158	105.608	2.872	98.933	2.551	90,9	91,4	6,9
123 – Administração financeira	391	328	121	47	170	118	31	53,1	-41,6
124 – Controle interno	86	80	70	4	29	8	81,6	64,1	98,3
125 – Normatização e fiscalização	1.483	1.011	551	113	472	115	37,2	42,7	13,2
126 – Tecnologia da informação	4.221	3.142	2.431	1.034	2.576	1.000	57,6	57,4	-3,1
127 – Ordenamento territorial	4.334	3.981	461	1.168	55	450	10,6	2,5	223
128 – Formação de recursos humanos	1.457	1.133	896	290	603	443	61,5	42,9	13,4
129 – Administração de receitas	131	130	49	4	65	15	37,4	40,4	-34,6
130 – Administração de concessões	21	18	13	2	19	4	62,2	72,2	-33,1

Subfunção	2013				2012		Execução		Varição (%) pago + RP pago
	Lei + créditos (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago	Pago (c)	RP pago	2013 c/a (%)	2012 c/a (%)	2013 / 2012
131 – Comunicação social	1.234	1.058	643	320	500	195	52,1	48,5	38,5
151 – Defesa aérea	5.122	4.615	3.069	1.646	3.122	1.481	59,9	48,2	2,4
152 – Defesa naval	3.858	3.829	2.105	1.182	2.728	784	54,6	63,7	-6,4
153 – Defesa terrestre	2.939	2.567	1.193	1.493	1.011	837	40,6	22,3	45,4
181 – Policiamento	2.441	1.701	816	520	775	280	33,4	30,6	26,6
182 – Defesa civil	2.920	1.730	967	489	807	376	33,1	33,2	23,2
183 – Informação e inteligência	822	648	317	250	182	35	38,6	16	160,6
211 – Relações diplomáticas	771	707	700	40	1.070	7	90,9	87,3	-31,2
212 – Cooperação internacional	1.720	1.107	516	427	728	237	30	28,3	-2,3
241 – Assistência ao idoso	15.922	15.920	15.120	659	13.661	1	95	94,5	15,5
242 – Assistência ao portador de deficiência	17.999	17.964	17.079	678	15.336	212	94,9	95,6	14,2
243 – Assistência à criança e ao adolescente	483	413	200	48	294	37	41,5	62,7	-25
244 – Assistência comunitária	32.076	30.053	28.354	936	23.561	575	88,4	86,8	21,4
271 – Previdência básica	352.047	351.918	336.239	14.827	297.721	13.127	95,5	95	12,9
272 – Previdência do regime estatutário	85.957	85.619	85.203	79	78.937	219	99,1	99,4	7,7
273 – Previdência complementar	1	0	0	0	1	0	60,2	65,7	10,9
274 – Previdência especial	2.652	2.584	2.394	132	2.417	95	90,2	91,3	0,5
301 – Atenção básica	20.957	19.692	18.250	806	15.191	1.241	87,1	78,5	16
302 – Assistência hospitalar e ambulatorial	48.216	44.024	40.974	2.650	40.746	2.481	85	85	0,9
303 – Suporte profilático e terapêutico	10.929	9.881	8.453	1.287	7.242	752	77,3	80,9	21,8
304 – Vigilância sanitária	370	333	248	63	258	27	67,1	74,1	9,4
305 – Vigilância epidemiológica	4.636	4.370	3.371	806	2.870	619	72,7	73,5	19,7
306 – Alimentação e nutrição	9.603	9.109	8.586	336	7.852	163	89,4	92,4	11,3
331 – Proteção e benefícios ao trabalhador	48.045	47.830	45.879	336	40.310	27	95,5	98,2	14,6
332 – Relações de trabalho	23	19	2	12	9	2	9,2	31,7	28,6
333 – Empregabilidade	420	203	43	139	61	96	10,3	10,2	16,1
334 – Fomento ao trabalho	18.250	17.527	17.336	101	15.379	10	95	72,1	13,3

Subfunção	2013				2012		Execução		Variação (%) pago + RP pago
	Lei + créditos (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago	Pago (c)	RP pago	2013 c/a (%)	2012 c/a (%)	2013 / 2012
361 – Ensino fundamental	0	0	0	21	4	142	0	91,9	-85,6
362 – Ensino médio	0	0	0	7	4	198	0	72,3	-96,7
363 – Ensino profissional	11.177	10.065	8.087	1.495	5.784	1.299	72,4	63,1	35,3
364 – Ensino superior	27.946	25.541	22.044	3.152	18.099	3.875	78,9	72,7	14,7
365 – Educação infantil	3.167	2.866	951	399	1.130	439	30	34,6	-14
366 – Educação de jovens e adultos	899	734	330	490	678	267	36,7	45,7	-13,2
367 – Educação especial	0	0	0	6	0	35	0	1,4	-84,3
368 – Educação básica	9.729	8.031	4.440	1.355	4.767	0	45,6	52,7	21,6
391 – Patrimônio histórico, artístico e arqueológico	277	106	31	97	77	79	11,3	17,9	-17,7
392 – Difusão cultural	1.418	820	217	251	220	353	15,3	24	-18,4
421 – Custódia e reintegração social	360	326	36	29	32	101	9,9	4,5	-51,3
422 – Direitos individuais, coletivos e difusos	988	639	282	189	287	174	28,6	25,6	2
423 – Assistência aos povos indígenas	1.155	1.036	936	109	635	44	81	79,2	53,9
451 – Infraestrutura urbana	5.612	2.733	35	1.284	259	1.691	0,6	5	-32,3
452 – Serviços urbanos	302	153	85	53	7	96	28	16,2	33
453 – Transportes coletivos urbanos	1.503	958	334	364	345	289	22,2	12,5	10
482 – Habitação urbana	293	226	122	111	158	154	41,6	37,9	-25,4
511 – Saneamento básico rural	1.001	988	75	462	494	366	7,5	36,5	-37,5
512 – Saneamento básico urbano	4.891	4.102	770	1.481	1.189	1.632	15,7	18,9	-20,2
541 – Preservação e conservação ambiental	1.195	829	283	411	165	53	23,7	13,8	218,6
542 – Controle ambiental	197	145	104	59	107	33	52,5	49,8	15,8
543 – Recuperação de áreas degradadas	14	9	2	13	9	8	16,2	27	-8,2
544 – Recursos hídricos	4.733	4.260	1.668	1.787	1.194	1.190	35,2	21,2	44,9
545 – Meteorologia	38	35	26	9	16	4	66,5	52,1	71,4
571 – Desenvolvimento científico	4.548	3.996	2.684	446	1.740	406	59	60,7	45,9
572 – Desenvolvimento tecnológico e engenharia	6.174	5.556	2.590	1.456	2.724	1.440	41,9	39,2	-2,8
573 – Difusão do conhecimento científico e tecnológico	502	389	281	111	239	110	56	39	12,4

Subfunção	2013				2012		Execução		Varição (%) pago + RP pago
	Lei + créditos (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago	Pago (c)	RP pago	2013 c/a (%)	2012 c/a (%)	2013 / 2012
601 – Promoção da produção vegetal	0	0	0	2.439	3.529	2.009	0	49,8	-56
602 – Promoção da produção animal	0	0	0	36	21	68	0	11,4	-59,8
603 – Defesa sanitária vegetal	0	0	0	15	40	17	0	58	-73,5
604 – Defesa sanitária animal	0	0	0	30	103	23	0	64	-75,9
605 – Abastecimento	8.769	6.168	1.897	1.126	2.038	2.054	21,6	25,5	-26,1
606 – Extensão rural	980	607	90	200	76	155	9,2	10,2	26,1
607 – Irrigação	573	446	124	174	146	166	21,6	17,9	-4,8
608 – Promoção da produção agropecuária	9.891	8.444	2.878	0	0	0	29,1	0	–
609 – Defesa agropecuária	278	212	74	0	0	0	26,5	0	–
631 – Reforma agrária	2.399	1.181	404	578	612	494	16,9	18,9	-11,2
632 – Colonização	0	0	0	0	0	0	0	0	–
661 – Promoção industrial	4.525	3.891	3.821	28	4.751	95	84,4	73,3	-20,6
662 – Produção industrial	671	655	450	157	490	853	67,2	13,1	-54,8
663 – Mineração	153	128	37	48	51	39	23,9	28	-5,5
664 – Propriedade industrial	5	4	3	8	15	1	65	50,5	-31,3
665 – Normalização e qualidade	721	530	472	43	558	12	65,5	72,7	-9,7
691 – Promoção comercial	1.081	514	41	203	60	96	3,8	5,2	56,8
692 – Comercialização	0	0	0	0	0	1	0	0	-75,9
693 – Comércio exterior	3.238	2.784	1.036	526	1.022	503	32	31,5	2,4
694 – Serviços financeiros	7.301	7.301	5.695	1.888	3.376	30	78	45,6	122,6
695 – Turismo	3.488	2.068	160	485	180	1.120	4,6	5,5	-50,4
722 – Telecomunicações	375	319	175	87	197	105	46,6	51,3	-13,6
752 – Energia elétrica	89	79	75	21	348	36	84,4	66,6	-75,1
753 – Combustíveis minerais	343	244	77	110	47	45	22,5	15,9	102,9
754 – Biocombustíveis	29	1	1	4	6	2	3,3	44,8	-28,9
781 – Transporte aéreo	447	326	71	884	48	19	15,9	3,1	1314,2
782 – Transporte rodoviário	12.408	11.204	3.038	5.566	4.173	5.316	24,5	22,1	-9,3



Subfunção	2013				2012		Execução		Variação (%) pago + RP pago
	Lei + créditos (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago	Pago (c)	RP pago	2013 c/a (%)	2012 c/a (%)	2013 / 2012
783 – Transporte ferroviário	2.872	2.357	1.401	1.103	495	595	48,8	15,5	129,7
784 – Transporte hidroviário	833	536	215	364	791	465	25,9	39,4	-53,9
811 – Desporto de rendimento	2.373	1.166	245	235	132	108	10,3	6,7	99,8
812 – Desporto comunitário	1.562	1.031	53	286	27	600	3,4	2,1	-45,9
813 – Lazer	535	485	88	126	61	18	16,5	14	172,9
841 – Refinanciamento da dívida interna	697.463	444.232	444.232	0	292.875	0	63,7	55,4	51,7
842 – Refinanciamento da dívida externa	13.950	8.021	8.021	0	4.290	0	57,5	33,7	87
843 – Serviço da dívida interna	317.681	248.049	247.983	97	342.372	90	78,1	91,5	-27,6
844 – Serviço da dívida externa	20.437	18.143	18.141	0	11.500	0	88,8	57,9	57,8
845 – Outras transferências	187.363	174.864	154.763	10.659	143.036	12.338	82,6	82,4	6,5
845 – Transferências	0	0	0	2	0	4	0	0	-65,1
846 – Outros encargos especiais	56.917	54.136	39.220	4.599	128.931	3.541	68,9	85,2	-66,9
847 – Transferências para a educação básica	57.081	54.068	48.766	3.163	45.947	4.370	85,4	82,7	3,2
<b>Total</b>	<b>2.330.318</b>	<b>1.930.076</b>	<b>1.782.652</b>	<b>88.710</b>	<b>1.712.095</b>	<b>79.516</b>	<b>76,5</b>	<b>76,5</b>	<b>4,5</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.  
Valores em milhões de reais.

A Lei Orçamentária Anual pode ser alterada por intermédio de créditos adicionais, nos termos dos arts. 40 e 46 da Lei nº 4.320/1964 e do art. 167, § 3º, c/c o art. 62 da Constituição.

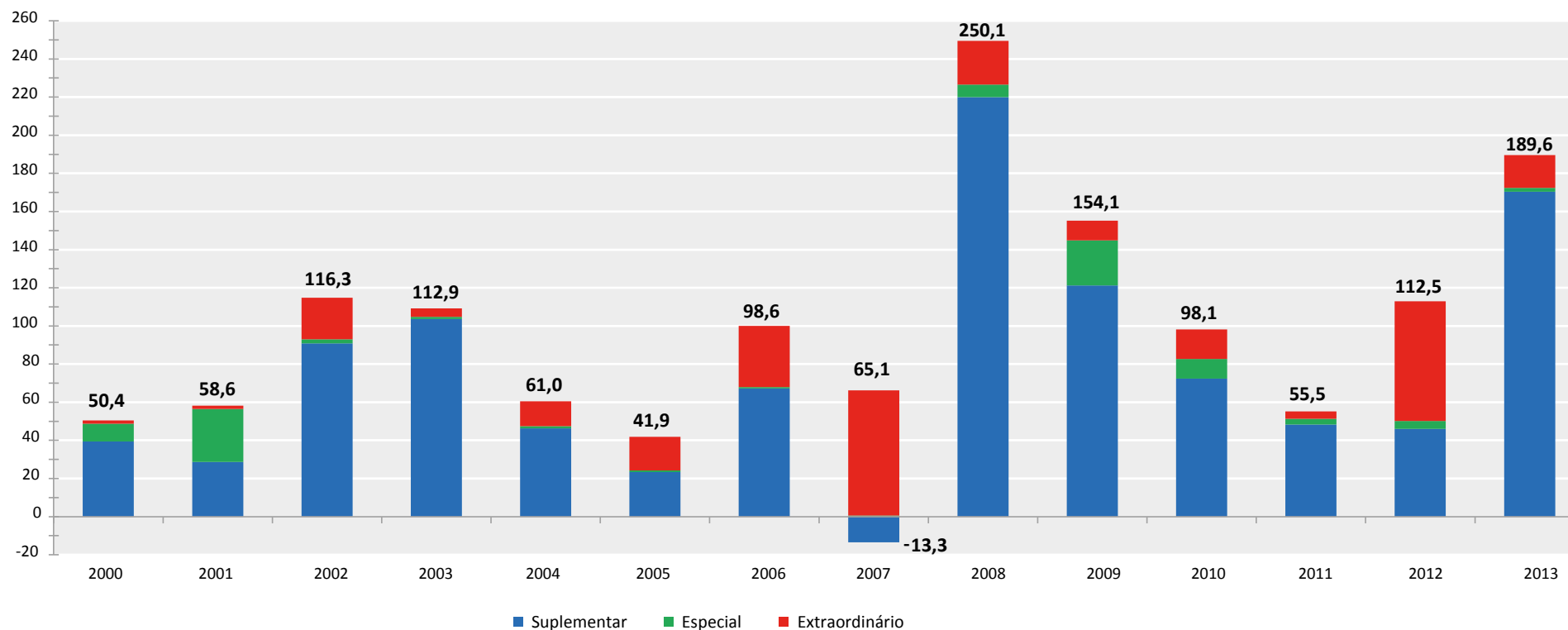
Os créditos adicionais são classificados como suplementares (os destinados a reforço de dotação orçamentária); especiais (os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica); e extraordinários (os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública).

Considerando-se as aberturas e reaberturas de créditos, a LOA 2012 foi acrescida, em valores correntes, de R\$ 104,8 bilhões, sendo R\$ 1,3 bilhão no orçamento de investimento das empresas estatais. Os créditos extraordinários, no mesmo período, autorizados por meio de nove medidas provisórias, corresponderam a R\$ 59 bilhões, também em valores correntes, ou seja, 56,3% do total acrescido.

# 11 Créditos ADICIONAIS

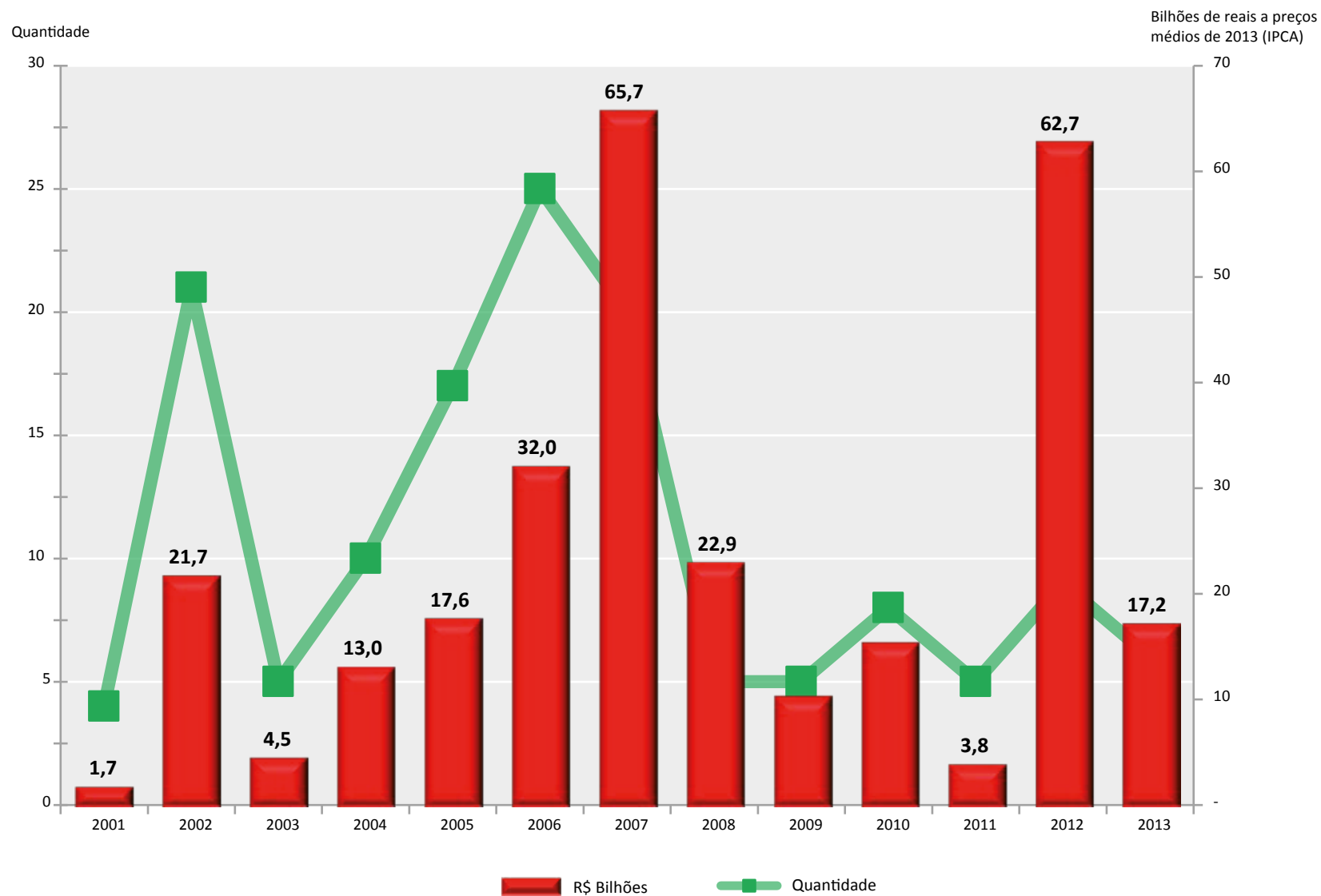
Gráfico 41 – Acréscimos líquidos ao orçamento vigente: créditos adicionais (2000-2013)

Bilhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA)



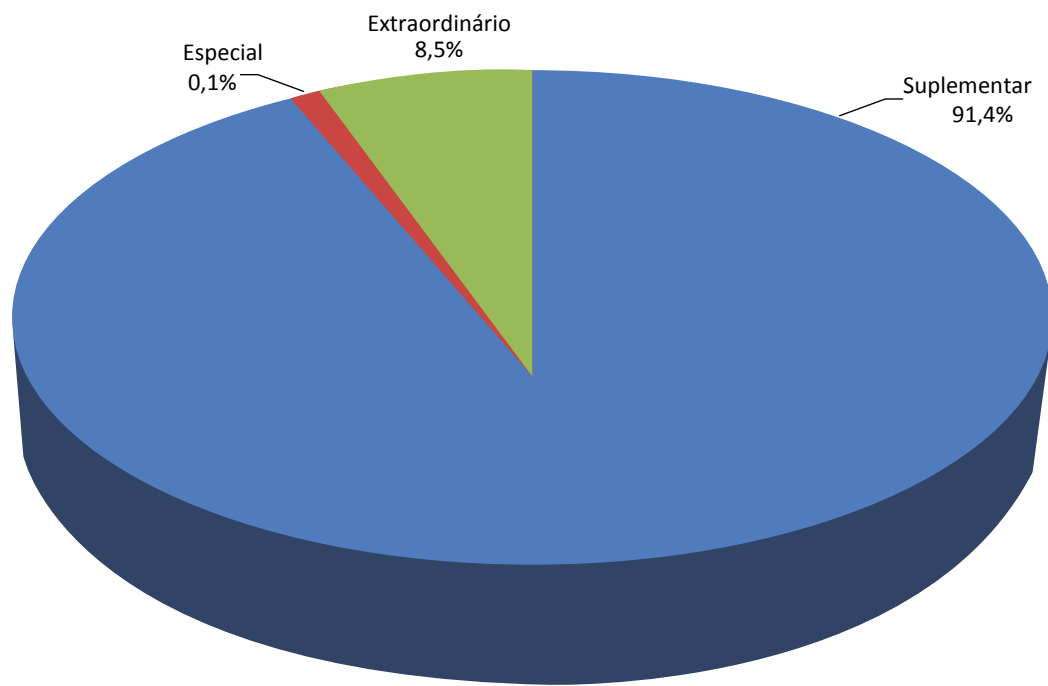
Fonte: Siop.

Gráfico 42 – Créditos extraordinários (2001-2013)



Fonte: Siop e <[www.planalto.gov.br/presidencia/legislacao](http://www.planalto.gov.br/presidencia/legislacao)>.

Gráfico 43 – Créditos adicionais (2013)



Fonte: Siop.

Em 2013, foram aprovados créditos adicionais no valor de R\$ 189,58 bilhões, dos quais R\$ 170,34 bilhões correspondem a créditos suplementares. Com a edição de seis medidas provisórias, a LOA 2013 obteve créditos extraordinários no montante de R\$ 17,16 bilhões.

Tabela 19 – Créditos adicionais (2013)

Tipo de crédito	Dotação inicial	2.165,91
	Créditos adicionais	189,58
	Suplementar	170,34
	Especial	2,07
	Extraordinário	17,16
Dotação autorizada total		2.355,49

Fonte: Siop.

Data da pesquisa: 17/3/2014.

Valores em bilhões de reais.

Contingenciamento é o procedimento por meio do qual o Poder Executivo determina a limitação orçamentária e financeira de programações constantes da lei orçamentária anual com o objetivo de assegurar o equilíbrio orçamentário e o cumprimento de metas fiscais.

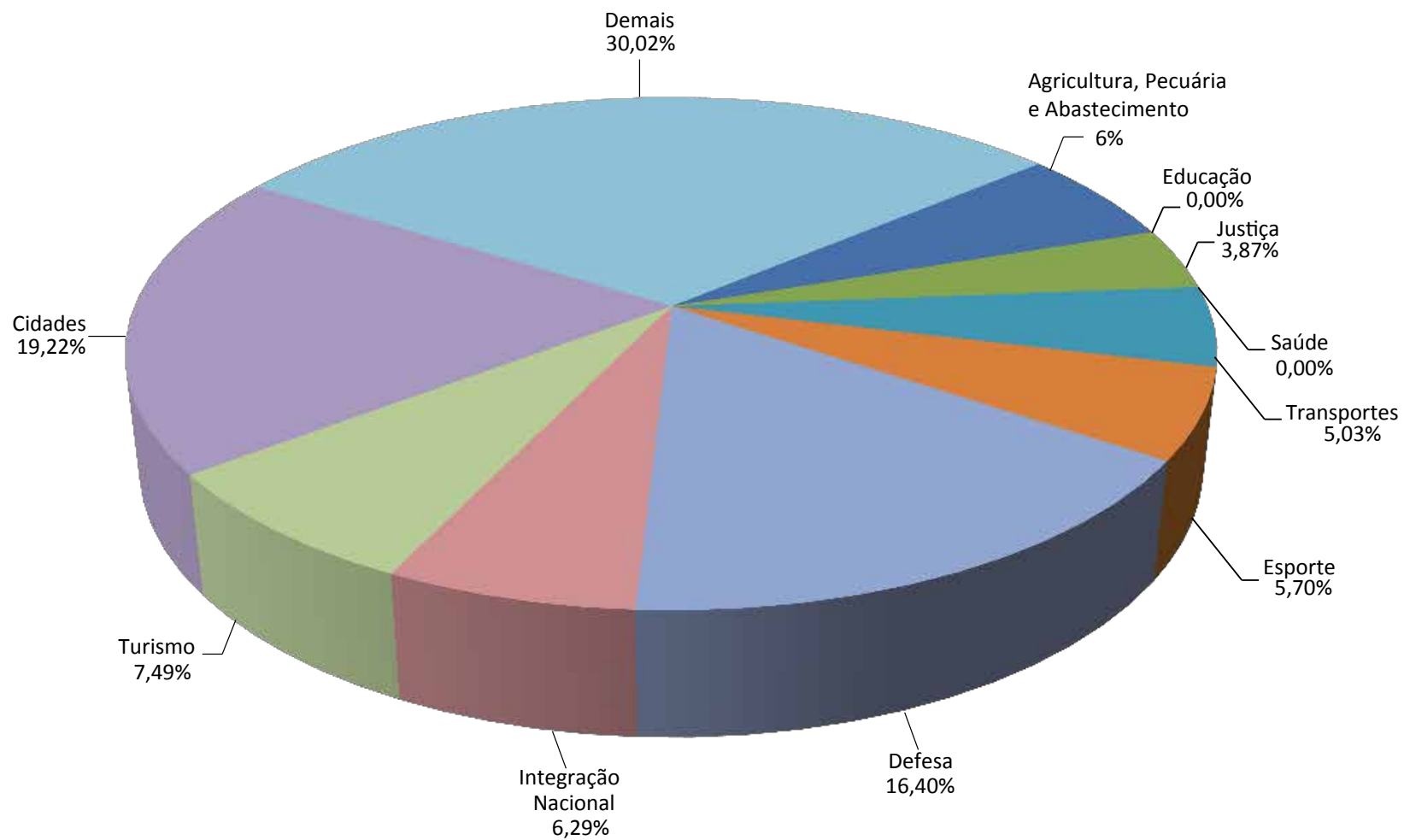
Esse procedimento está previsto na LRF (art. 9º) e pode ser acionado se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas para o exercício na lei de diretrizes orçamentárias.

Os demais poderes e o Ministério Público devem promover, por ato próprio e nos montantes necessários, a limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO.

Restabelecida a receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

## 12 Contingenciamento – Limites de empenho E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

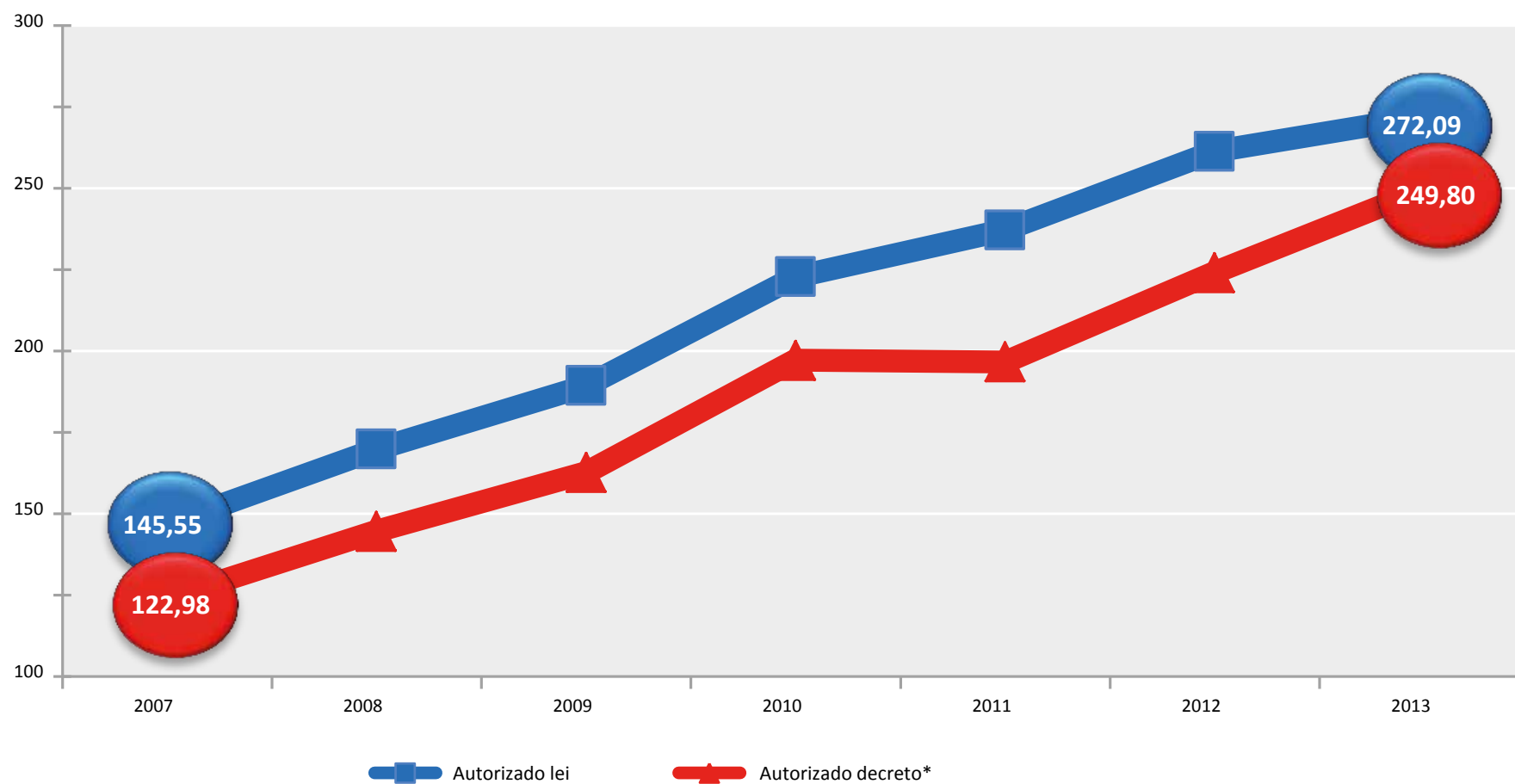
Gráfico 44 – Participação, por órgão, no contingenciamento (2013)



Fonte: SOF/Selor-CN.  
Consideradas as alterações até o Decreto nº 8.062/2013.

Gráfico 45 – Contingenciamento, lei x decretos (2007-2013)

Bilhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA)



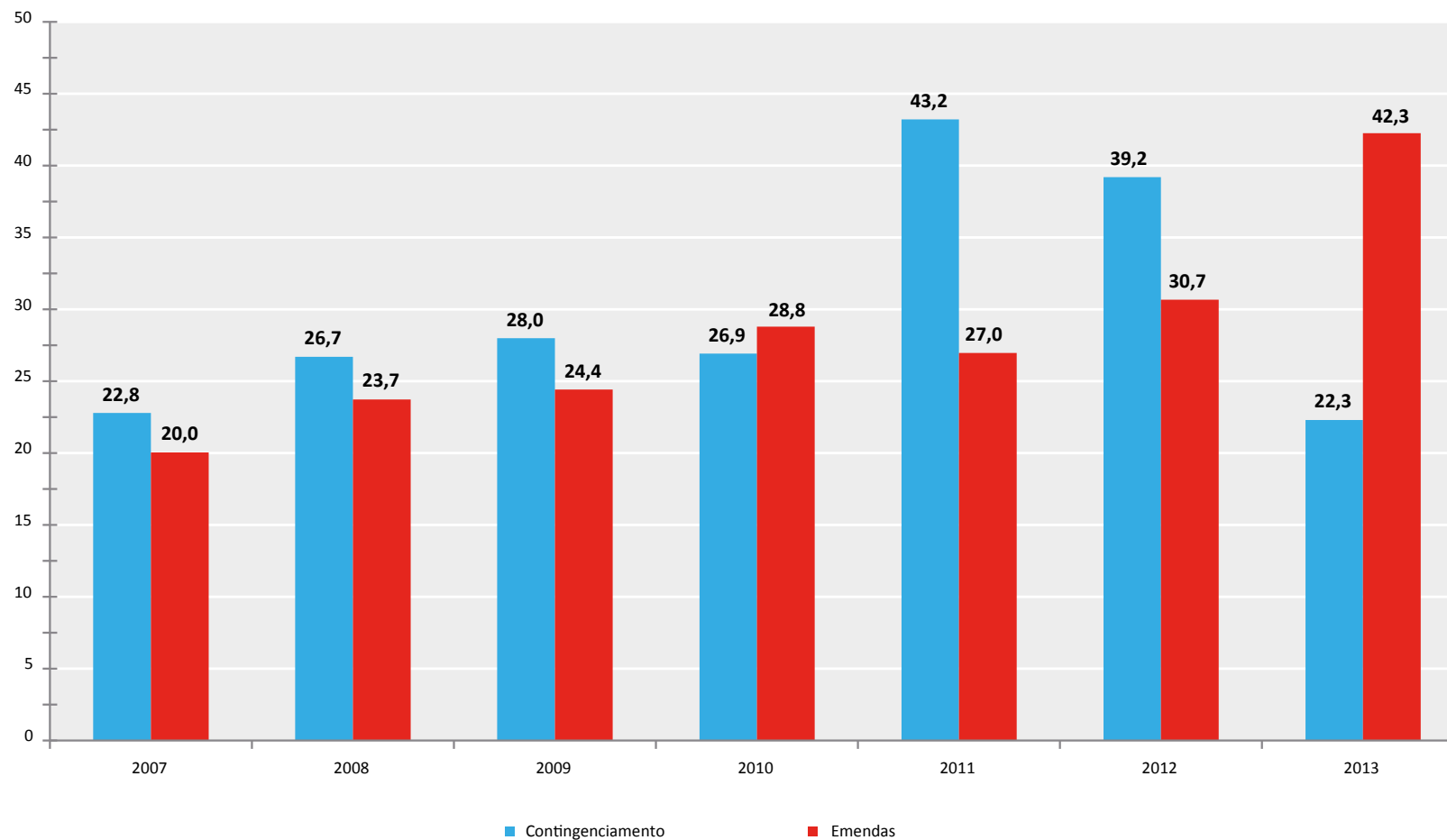
Fonte: SOF/Selor-CN.

\*Primeiro decreto de contingenciamento do ano.



Gráfico 46 – Emendas x total contingenciado (2007-2013)

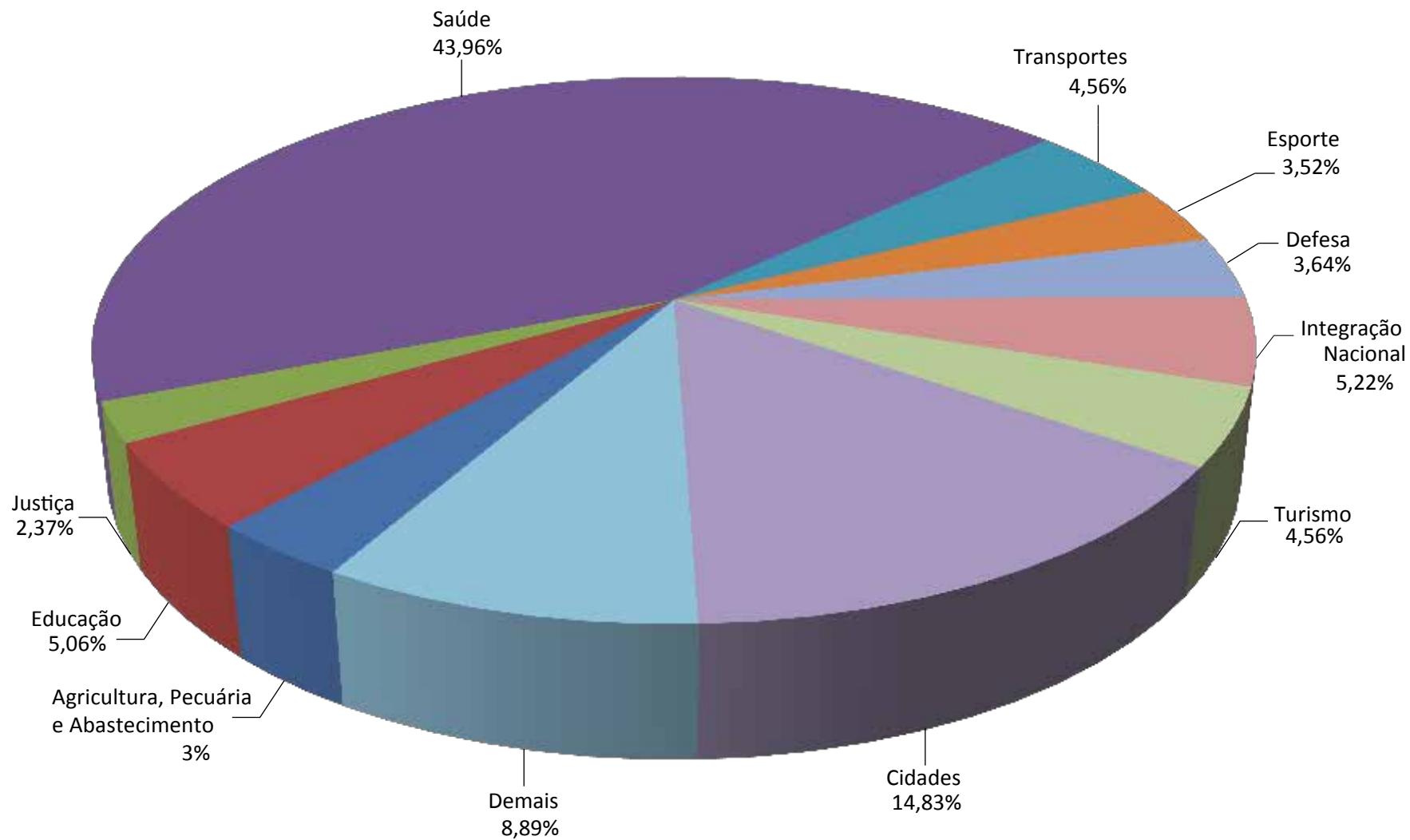
Bilhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA)



Fonte: SOF/Selcor-CN.  
Primeiro decreto de contingenciamento do ano.

O estabelecimento de limitação de empenho e de pagamento na execução da lei orçamentária anual visa garantir a meta de *superavit* primário estabelecida na LDO.

Gráfico 47 – Total de emendas, por órgão (2013)



Fonte: SOF/Selor-CN.

Consideradas as alterações até o Decreto nº 8.062/2013.

A Resolução nº 1 de 2006-CN estabelece que os parlamentares, as comissões permanentes e as bancadas estaduais podem apresentar emendas aos projetos de leis orçamentárias (PPA, LDO, LOA e créditos adicionais).

Cada parlamentar pode apresentar até 25 (vinte e cinco) emendas à despesa em montante definido anualmente pela Comissão Mista de Orçamento. Essas emendas, também denominadas “emendas individuais”, são alvo de grande atenção do Parlamento e da sociedade, pois destinam recursos federais para atender a demandas localizadas nos estados e município brasileiros.

Este capítulo procura identificar as programações incluídas na lei orçamentária exclusivamente por emendas individuais para efeito de acompanhamento da execução da iniciativa parlamentar. Em consequência, duas situações podem ocorrer: 1ª) a dotação orçamentária é incluída na lei orçamentária e recebe recursos de diversas emendas individuais; ou 2ª) a programação é incluída na lei orçamentária e recebe recursos de uma única emenda individual.

O primeiro caso é frequentemente denominado de “programações exclusivas de emendas individuais” ou, mais simplificadaamente, de “emendas individuais exclusivas”. O segundo é comumente denominado de “programações puras” ou “emendas individuais puras”, no sentido de que, neste caso, é perfeitamente possível identificar e individualizar o autor e a programação a ser executada.

# 13 Execução de EMENDAS

**Tabela 20 – Execução de emendas individuais exclusivas (2008-2013)**

Programações de	Autorizado	Valor pago em						Total pago
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	
2002 a 2007		1.098,22	375,50	175,77	67,42	46,07	15,82	1.778,80
2008	3.664,70	296,99	842,57	398,46	155,67	67,07	38,02	1.798,78
2009	5.453,26	-	180,24	724,82	740,66	501,26	157,23	2.304,21
2010	6.526,91	-	-	224,70	789,83	805,32	274,85	2.094,70
2011	6.397,19	-	-	-	71,67	816,87	672,18	1.560,73
2012	8.398,05	-	-	-	-	288,63	1.119,19	1.407,82
2013	8.453,50	-	-	-	-	-	139,63	139,63
<b>Total pago</b>		<b>1.395,21</b>	<b>1.398,31</b>	<b>1.523,75</b>	<b>1.825,26</b>	<b>2.525,23</b>	<b>2.416,93</b>	<b>11.084,69</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

Valores em milhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA).

Com o objetivo de verificar a execução das emendas individuais exclusivas, a **Tabela 20** exclui todas as programações constantes do projeto de lei que foram objeto de emendas, bem como aquelas programações que receberam recursos originários de emendas coletivas e de relator. Verifica-se que, a cada ano, as programações que são incluídas exclusivamente por emendas individuais representam 95% do total das programações afetadas por individuais.

Percebe-se, ainda, que o pagamento efetivo de programações inseridas exclusivamente por emendas individuais atingiu o ápice no exercício de 2012, com o desembolso financeiro de R\$ 2,5 bilhões. Em 2013, houve queda de 15,2% em relação ao ano anterior no valor pago a título de emendas individuais.

**Tabela 21 – Percentual de pagamento de emendas individuais (2008-2013)**

Programações de	Autorizado (R\$ milhões)	Percentual por autorizado (%)						Total
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	
2008	3.664,70	8,10	22,99	10,87	4,25	1,83	1,04	49,08
2009	5.453,26	-	3,31	13,29	13,58	9,19	2,88	42,25
2010	6.526,91	-	-	3,44	12,10	12,34	4,21	32,09
2011	6.397,19	-	-	-	1,12	12,77	10,51	24,40
2012	8.398,05	-	-	-	-	3,44	13,33	16,76
2013	8.453,50	-	-	-	-	-	1,65	1,65

Fonte: Prodasen/Siafi.

Valores em milhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA).

Na **Tabela 21**, apresenta-se a relação percentual entre o valor pago e o autorizado a cada ano das programações incluídas exclusivamente por uma ou mais emendas individuais, no período entre 2008 e 2013. Verifica-se que, decorridos cinco anos, do valor total aprovado em 2008, menos da metade foi efetivamente pago. Percebe-se, ainda, para todos os anos, baixo percentual de execução financeira no exercício para o qual a programação foi aprovada – na média, equivalente a 3,2% dos valores autorizados. O auge da execução financeira das emendas se dá no segundo exercício financeiro após a sua aprovação, momento em que ocorre, na média, o pagamento de 14,7% dos valores autorizados.

**Tabela 22 – Composição percentual de pagamentos de emendas individuais exclusivas no ano (2008-2013)**

Programações	Autorizado (R\$ milhões)	Composição % de pagamentos no ano					
		2008	2009	2010	2011	2012	2013
2002 a 2007		78,71	26,85	11,54	3,69	1,82	0,65
2008	3.664,70	21,29	60,26	26,15	8,53	2,6	1,57
2009	5.453,26	-	12,89	47,57	40,58	19,85	6,51
2010	6.526,91	-	-	14,75	43,27	31,89	11,37
2011	6.397,19	-	-	-	3,93	32,35	27,81
2012	8.398,05	-	-	-	-	11,43	46,31
2013	8.453,50	-	-	-	-	-	5,78
<b>Total</b>		<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

Valores em milhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA).

A **Tabela 22** demonstra os pagamentos efetivos de programações incluídas exclusivamente por emendas individuais ocorridos a cada exercício. Decompondo pelo exercício no qual a emenda foi aprovada, percebe-se que o maior percentual de pagamento ocorre no ano seguinte ao da aprovação da emenda.

Tabela 23 – Pagamento de emendas individuais por partido (2013)

Partido	Exercícios anteriores	2013					Total pago (a+d)
	RP pagos em 2013 (a)	Dotação atual (valor autorizado) (b)	Empenhado (c)	Pago (d)	% (c/b)	% (d/b)	
PT	113,6	348,13	197,86	5,94	56,83	1,71	119,57
PMDB	108,26	324,77	200,34	1,89	61,69	0,58	110,15
PSDB	0,53	274,82	89,76	4,32	32,66	1,57	64,85
PP	44,85	101,58	50,85	1,59	50,06	1,57	46,44
DEM	43,11	126,77	44,17	0,73	34,84	0,57	43,84
PR	34,69	116,09	62,98	3,24	54,25	2,79	37,93
PSB	35,94	192,27	99,16	1,54	51,58	0,80	37,48
PDT	31,83	142,03	79,42	1,39	55,92	0,98	33,23
PTB	25,38	92,54	58,67	2,43	63,41	2,62	27,81
PC do B	27,36	68,33	36,46	0,12	53,36	0,18	27,48
PSC	18,11	56,95	30,11	4,33	52,88	7,60	22,44
PSD	13,15	136,49	71,34	3,38	52,27	2,48	16,53
PPS	12,38	33,86	12,49	0,05	36,87	0,16	12,43
PV	10,60	39,06	7,00	0,34	17,93	0,88	10,95
PRB	4,96	43,05	12,58	0,02	29,23	0,05	4,98
PSOL	4,04	26,61	9,92	0,41	37,29	1,54	4,45
PHS	3,44	3,60	3,30	-	91,67	-	3,44
PT do B	1,50	4,70	1,54	-	32,83	-	1,50
PMN	0,70	2,90	-	-	-	-	0,70
PSL	0,27	1,60	-	-	-	-	0,27
PRTB	0,08	2,10	1,50	-	71,43	-	0,08
PEN	-	7,25	3,80	-	52,41	-	-
PPL	-	9,05	4,45	-	49,16	-	-
<b>Total</b>	594,81	2.154,53	1.077,71	31,73	1.038,56	26,08	626,54

Fonte: Prodasen/Siafi.

Valores em milhões de reais.

Como visto anteriormente, emenda individual pura é aquela que inclui uma programação à LOA cujo valor é determinado unicamente por esta emenda, isto é, o valor autorizado da programação coincide exatamente com o valor aprovado da emenda que a incluiu. Difere da programação incluída exclusivamente por emendas individuais pelo fato de que esta pode ter sido beneficiada por mais de uma emenda individual.

Tabela 24 – Pagamento de programações incluídas exclusivamente por emendas individuais e coletivas, por região/UF (2013)

Região	UF	Exercícios anteriores	2013					Total pago (a+d)
		RP pagos em 2013 (a)	Valor autorizado (b)	Empenhado (c)	Pago (d)	%(c/b)	%(d/b)	
Centro-Oeste	Centro-Oeste	8,13	38,90	4,27	0,40	10,98	1,03	8,53
	DF	153,35	1.340,83	931,25	654,46	69,45	48,81	807,82
	GO	397,14	993,64	491,80	181,00	49,49	18,22	578,14
	MS	245,73	599,51	143,10	22,13	23,87	3,69	267,86
	MT	115,48	549,29	167,05	5,84	30,41	1,06	121,32
<b>Subtotal</b>		<b>919,84</b>	<b>3.522,18</b>	<b>1.737,47</b>	<b>863,84</b>	<b>49,33</b>	<b>24,53</b>	<b>1.783,68</b>
Exterior	Exterior	4.339,93	-	-	-	0,00	0,00	4.339,93
<b>Subtotal</b>		<b>4.339,93</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.339,93</b>
Nacional	Nacional	-	24.452,57	18.992,99	10.304,72	77,67	42,14	10.304,72
<b>Subtotal</b>		<b>-</b>	<b>24.452,57</b>	<b>18.992,99</b>	<b>10.304,72</b>	<b>77,67</b>	<b>42,14</b>	<b>10.304,72</b>
Nordeste	Nordeste	15,84	1,30	-	-	0,00	0,00	15,84
	AL	73,59	688,98	120,76	8,56	17,53	1,24	82,14
	BA	312,40	1.614,52	725,50	204,98	44,94	12,70	517,38
	CE	122,79	872,37	309,60	13,36	35,49	1,53	136,15
	MA	140,39	1.011,01	476,13	132,57	47,09	13,11	272,96
	PB	230,14	762,10	197,86	36,51	25,96	4,79	266,66
	PE	183,94	1.097,52	330,35	51,74	30,10	4,71	235,68
	PI	80,37	753,64	221,10	53,9	29,34	7,16	134,31
	RN	110,38	651,90	293,25	117,26	44,98	17,99	227,64
	SE	63,24	532,51	97,47	0,39	18,30	0,07	63,63
<b>Subtotal</b>		<b>1.333,07</b>	<b>7.985,85</b>	<b>2.772,02</b>	<b>619,31</b>	<b>34,71</b>	<b>7,76</b>	<b>1.952,38</b>

Região	UF	Exercícios anteriores	2013					Total pago (a+d)
		RP pagos em 2013 (a)	Valor autorizado (b)	Empenhado (c)	Pago (d)	%(c/b)	%(d/b)	
Norte	Norte	0,10	-	-	-	0,00	0,00	0,10
	AC	84,72	608,72	151,21	20,97	24,84	3,44	105,69
	AM	102,85	684,82	166,95	35,71	24,38	5,21	138,56
	AP	62,07	499,11	175,54	25,10	35,17	5,03	87,17
	PA	146,53	1.035,55	305,66	86,14	29,52	8,32	232,67
	RO	129,98	649,63	209,48	16,26	32,25	2,50	146,23
	RR	90,01	704,16	294,11	35,52	41,77	5,04	125,53
	TO	80,11	548,34	161,66	37,28	29,48	6,80	117,39
<b>Subtotal</b>		<b>696,37</b>	<b>4.730,32</b>	<b>1.464,62</b>	<b>256,97</b>	<b>30,96</b>	<b>5,43</b>	<b>953,34</b>
Sudeste	Sudeste	0,23	1,00	-	-	0,00	0,00	0,23
	ES	90,73	671,28	266,21	86,24	39,66	12,85	176,97
	MG	532,73	2.290,38	1.270,13	394,40	55,45	17,22	927,13
	RJ	361,12	1.667,35	675,91	214,00	40,54	12,83	575,11
	SE				-	0,00	0,00	0,23
	SP	394,24	2.098,47	955,61	286,24	45,54	13,64	680,47
<b>Subtotal</b>		<b>1.379,04</b>	<b>6.728,48</b>	<b>3.167,85</b>	<b>980,87</b>	<b>47,08</b>	<b>14,58</b>	<b>2.359,91</b>
Sul	Sul	0,04	0,65	-	-	0,00	0,00	0,04
	PR	326,80	1.244,74	633,2	263,41	50,87	21,16	590,20
	RS	348,78	1.006,48	427,62	66,81	42,49	6,64	415,59
	SC	145,26	728,78	284,27	65,34	39,01	8,97	210,60
<b>Subtotal</b>		<b>820,87</b>	<b>2.980,65</b>	<b>1.345,13</b>	<b>395,55</b>	<b>45,13</b>	<b>13,27</b>	<b>1.216,43</b>
<b>Total</b>		<b>9.489,13</b>	<b>50.400,05</b>	<b>29.480,09</b>	<b>13.421,27</b>	<b>284,89</b>	<b>107,70</b>	<b>22.910,39</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

Valores em milhões de reais.



Tabela 25 – Execução de emendas coletivas exclusivas (2008-2013)

Programações de	Autorizado	Valor pago em						Total pago
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	
2002 a 2007		1.791,70	678,71	230,20	129,09	66,92	33,15	2.929,77
2008	6.555,84	235,72	747,76	376,29	127,49	50,79	50,65	1.588,71
2009	4.514,00	-	334,25	529,90	286,87	182,80	60,64	1.394,45
2010	7.945,70	-	-	258,14	696,36	320,33	92,26	1.367,10
2011	7.973,43	-	-	-	53,21	451,85	143,03	648,10
2012	10.705,99	-	-	-	-	118,99	282,41	401,40
2013	10.350,86	-	-	-	-	-	27,72	27,72
<b>Total pago</b>		<b>2.027,43</b>	<b>1.760,72</b>	<b>1.394,53</b>	<b>1.293,02</b>	<b>1.191,69</b>	<b>689,86</b>	<b>8.357,24</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

Valores em milhões de reais a preços médios de 2013 (IPCA).

A programação incluída exclusivamente por emendas coletivas é aquela incluída na LOA tendo por origem apenas emendas coletivas. Portanto, excluem-se dos valores da **Tabela 25** todas as programações coincidentes com as constantes do projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo, bem como as que receberam contribuições de outros tipos de emendas (emendas individuais e emendas de relator).

A inscrição em restos a pagar está prevista no art. 36 da Lei nº 4.320, de 1964. Segundo esse dispositivo, a despesa orçamentária que não for paga no exercício em que for empenhada será inscrita, em 31 de dezembro, como restos a pagar, distinguindo-se as processadas das não processadas.

As despesas processadas são aquelas que atingiram o estágio da liquidação, ou seja, os bens ou serviços foram entregues e aceitos pela Administração. As não processadas são aquelas cujo reconhecimento depende da implementação de providências por parte dos fornecedores ou da própria Administração.

## 14 Restos a PAGAR

Tabela 26 – Restos a pagar inscritos e pagos, por GND (2012-2013)

GND		2012				Anos anteriores				Total
Cod	Descrição	RP inscrito	RP cancelado	RP pago	RP a pagar	RP inscrito	RP cancelado	RP pago	RP a pagar	RP inscrito até 31/12/2013
1	Pessoal e encargos sociais	770	110	400	260	1.229	396	450	383	2.000
2	Juros e encargos da dívida	1.004	968	26	10	0	0	0	0	1.004
3	Outras despesas correntes	46.210	2.569	26.130	17.511	30.792	2.913	18.598	9.281	77.002
4	Investimentos	45.328	1.181	23.683	20.463	26.771	3.366	6.675	16.730	72.099
5	Inversões financeiras	16.632	853	11.303	4.476	6.631	3.321	1.373	1.938	23.263
6	Amortização/refinanciamento da dívida	1.634	1.563	71	0	0	0	0	0	1.634
<b>Total</b>		<b>111.578</b>	<b>7.244</b>	<b>61.614</b>	<b>42.720</b>	<b>65.424</b>	<b>9.996</b>	<b>27.096</b>	<b>28.332</b>	<b>177.002</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

Valores em milhões de reais.

Tabela 27 – Restos a pagar de investimentos e inversões financeiras – PAC e demais (2013)

GND		Ano da emissão do empenho								Total
		2012				Anos anteriores				
		RP inscrito	RP cancelado	RP pago	RP a pagar	RP inscrito	RP cancelado	RP pago	RP a pagar	RP inscrito
4 – Investimentos	PAC	19.638	800	9.835	9.003	11.485	996	2.609	7.879	31.123
	Demais	25.689	380	13.849	11.460	15.286	2.370	4.066	8.850	40.976
5 – Inversões financeiras	PAC	6.277	0	6.277	0	80	0	80	0	6.357
	Demais	10.356	853	5.027	4.476	6.551	3.321	1.293	1.938	16.907
Total		61.960	2.034	34.987	24.939	33.402	6.687	8.048	18.667	95.362

Fonte: Prodasen/Siafi.

Valores em milhões de reais.

Tabela 28 – Restos a pagar, por modalidade de aplicação (2013)

Modalidade	Ano da emissão de empenho								Total
	2012				Anos anteriores				
	RP inscrito	RP cancelado	RP pago	RP a pagar	RP inscrito	RP cancelado	RP pago	RP a pagar	
Transferências a estados e ao DF	12.758	713	6.220	5.825	6.878	804	1.183	4.892	19.637
Transferências a estados e ao DF – fundo a fundo	589	36	417	136	61	0	14	47	650
Execução orçamentária delegada aos estados/DF	1.108	12	823	273	0	0	0	0	1.108
Transferências a municípios	15.269	308	6.771	8.190	12.412	1.916	2.677	7.819	27.681
Transferências a municípios – fundo a fundo	1.914	185	922	806	792	0	171	621	2.706
Execução orçamentária delegada a municípios	209	2	93	114	0	0	0	0	209
Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	1.681	66	1.097	518	1.307	244	391	672	2.988
Transferências a instituições privadas com fins lucrativos	51	4	30	16	62	19	15	29	112
Transferências a instituições multigovernamentais	10	8	1	1	107	31	19	57	117
Transferências a consórcios públicos mediante contrato rateio	47	0	30	17	21	3	4	14	68
Transferências ao exterior	397	4	329	64	71	7	31	34	468
Aplicações diretas	75.190	5.859	42.858	26.473	43.276	6.650	22.549	14.078	118.466
Aplicações diretas – operações intraorçamentárias	2.356	46	2.022	287	436	323	44	69	2.792
Aplicação direta – ações e serviços de saúde	-	-	-	-	0	0	0	0	0
A definir	-	-	-	-	0	0	0	0	0
Total	111.578	7.244	61.614	42.720	65.424	9.996	27.096	28.332	177.002

Fonte: Prodasen/Siafi.

Valores em milhões de reais.

Tabela 29 – Restos a pagar, por Poder/órgão (2013)

Órgão	Ano da emissão do empenho								Total
	2012				Anos anteriores				
	RP inscrito	RP cancelado	RP pago	RP a pagar	RP inscrito	RP cancelado	RP pago	RP a pagar	RP inscrito até 31/12/2013
Legislativo	245	19	193	33	414	56	15	344	659
Judiciário	1.719	134	1.226	359	319	76	126	118	2.039
Ministério Público da União	299	21	202	76	87	24	43	20	386
Ministério das Cidades	14.386	173	7.705	6.507	11.080	431	2.501	8.148	25.466
Operações oficiais de crédito	13.072	1.131	5.856	6.085	7.623	3.424	1.676	2.524	20.695
Ministério da Educação	13.348	208	8.101	5.039	2.585	537	931	1.117	15.933
Ministério da Previdência Social	750	207	407	136	14.759	26	14.714	18	15.509
Ministério da Saúde	8.534	351	5.534	2.649	6.377	952	1.299	4.125	14.911
Ministério dos Transportes	9.771	545	6.222	3.005	3.927	540	983	2.404	13.698
Encargos financeiros da União	7.093	2.537	976	3.580	5.068	1.573	104	3.392	12.161
Transferências a estados, DF e municípios	8.905	446	6.248	2.210	423	180	241	1	9.327
Ministério da Defesa	6.855	79	4.965	1.811	1.048	118	645	285	7.903
Ministério da Integração Nacional	3.735	233	1.998	1.503	2.762	477	736	1.549	6.497
Ministério do Trabalho e Emprego	3.540	79	646	2.815	226	92	54	80	3.766
Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.124	80	2.067	976	607	127	151	329	3.731
Ministério do Turismo	948	22	103	822	2.111	278	395	1.438	3.058
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	2.032	57	1.239	736	948	185	216	547	2.980
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	1.342	151	838	353	1.433	44	1.358	31	2.776
Demais órgãos do Poder Executivo	11.880	768	7.088	4.024	3.627	857	907	1.863	15.507
Total	111.578	7.244	61.614	42.720	65.424	9.996	27.096	28.332	177.002

Fonte: Prodasen/Siafi.

Valores em milhões de reais.

Tabela 30 – Restos a pagar de emendas individuais exclusivas (2010-2013)

Ano empenho	RP inscritos no ano subsequente	RP cancelados até 2013	RP pagos até 2013	Saldo de RP a pagar (em 31/12/2013)
2009	4.017	1.231	2.191	595
2010	3.531	1.052	1.931	549
2011	2.918	702	1.489	727
2012	3.705	109	2.473	1.123
<b>Total</b>	<b>14.172</b>	<b>3.094</b>	<b>8.085</b>	<b>2.994</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.  
Valores em milhões de reais.

Tabela 31 – Restos a pagar de emendas coletivas exclusivas (2010-2013)

Ano empenho	RP inscritos no ano subsequente	RP cancelados até 2013	RP pagos até 2013	Saldo de RP a pagar (em 31/12/2013)
2009	1.790	380	1.055	354
2010	1.740	300	1.109	331
2011	367	28	253	86
2012	662	18	282	362
<b>Total</b>	<b>4.559</b>	<b>727</b>	<b>2.699</b>	<b>1.133</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.  
Valores em milhões de reais.

Tabela 32 – Restos a pagar de emendas coletivas exclusivas, por órgão (2013)

Órgão	Exercícios anteriores	2013					Total pago (a+d)
	RP pagos em 2013 (a)	Dotação atual (b)	Empenhado (c)	Pago (d)	% (c/b)	% (d/b)	
Câmara dos Deputados	72,24	820,21	789,85	635,61	96,30	77,49	707,85
Senado Federal	33,90	598,81	426,12	369,72	71,16	61,74	403,62
Tribunal de Contas da União	18,98	175,98	170,79	98,68	97,05	56,08	117,66
Supremo Tribunal Federal	1,63	-	-	-	-	-	1,63
Superior Tribunal de Justiça	4,61	63,80	63,49	54,40	99,51	85,28	59,02
Justiça Federal	41,88	794,10	773,61	574,07	7,42	72,29	615,96
Justiça Eleitoral	52,99	90,51	75,07	13,48	82,95	14,90	66,47
Justiça do Trabalho	63,49	200,88	154,81	81,75	77,06	40,70	145,24
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	0,89	16,00	0,80	-	4,99	-	0,89
Conselho Nacional de Justiça	10,25	-	-	-	-	-	10,25
Presidência da República	82,20	23,59	14,03	4,40	59,46	18,65	86,60
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	834,48	1.854,25	1.166,33	218,22	62,90	11,77	1.052,70
Ministério da Ciência e Tecnologia	200,83	2.133,45	1.958,11	1.643,51	91,78	77,04	1.844,34
Ministério da Fazenda	-	58,00	36,40	36,40	62,76	62,76	36,40
Ministério da Educação	2.466,74	9.463,20	6.423,51	2.659,55	67,88	28,10	5.126,29
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	35,64	141,25	21,74	9,29	15,39	6,58	44,93
Ministério da Justiça	157,40	1.221,41	784,58	452,40	64,24	37,04	609,80
Ministério de Minas e Energia	10,56	245,68	126,33	102,50	51,42	41,72	113,07
Ministério da Previdência Social	84,88	99,21	60,37	16,32	60,86	16,45	101,20
Ministério Público da União	100,82	521,73	425,60	244,19	81,58	46,80	345,01
Ministério das Relações Exteriores	5,60	-	-	-	-	-	5,60
Ministério da Saúde	1.394,07	7.744,15	3.267,37	1.417,12	42,19	18,30	2.811,19
Ministério do Trabalho e Emprego	49,83	431,46	204,87	126,02	47,48	29,21	175,85
Ministério dos Transportes	797,99	1.489,93	405,32	42,97	27,20	2,88	840,96
Ministério das Comunicações	-	81,65	65,36	12,17	80,04	14,90	12,17
Ministério da Cultura	50,76	946,71	367,64	84,30	38,83	8,90	135,07

Órgão	Exercícios anteriores	2013					Total pago (a+d)
	RP pagos em 2013 (a)	Dotação atual (b)	Empenhado (c)	Pago (d)	% (c/b)	% (d/b)	
Ministério do Meio Ambiente	3,52	294,14	123,35	103,60	41,93	35,22	107,13
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	3,01	0,20	-	-	-	-	3,01
Ministério do Desenvolvimento Agrário	414,17	1.211,97	611,61	17,68	50,46	1,46	431,85
Ministério do Esporte	250,27	1.723,85	975,79	61,37	56,61	3,56	311,64
Ministério da Defesa	1.150,83	7.276,34	6.363,44	4.127,84	87,45	56,73	5.278,67
Ministério da Integração Nacional	278,98	1.740,78	480,72	17,39	27,62	1,00	296,37
Ministério do Turismo	413,49	2.298,74	999,63	9,78	43,49	0,43	423,27
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	45,98	310,51	179,09	66,63	57,67	21,46	112,62
Ministério das Cidades	629,11	5.354,52	1.590,41	33,32	29,70	0,62	662,43
Ministério da Pesca e Aquicultura	7,40	408,74	101,90	18,37	24,93	4,49	25,77
Conselho Nacional do Ministério Público	-	-	-	-	-	-	-
Secretaria de Assuntos Estratégicos	-	53,47	40,66	35,28	76,04	65,98	35,28
Secretaria de Aviação Civil	0,89	79,00	-	-	-	-	0,89
Secretaria de Direitos Humanos	-	172,05	110,26	8,30	64,09	4,82	8,30
Secretaria de Políticas para as Mulheres	-	158,59	111,40	20,99	70,24	13,23	20,99
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	-	24,84	9,76	3,62	39,28	14,56	3,62
Secretaria de Portos	-	76,31	-	-	-	-	-
Encargos financeiros da União	-	-	-	-	-	-	-
Transferências a estados, Distrito Federal e municípios	-	0,05	-	-	-	-	-
Operações oficiais de crédito	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>9.770,33</b>	<b>50.400,05</b>	<b>29.480,09</b>	<b>13.421,27</b>	<b>58,49</b>	<b>26,63</b>	<b>23.191,60</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.  
Valores em milhões de reais.



Conheça outros títulos da Edições Câmara no portal da Câmara dos Deputados:  
[www.camara.leg.br/editora](http://www.camara.leg.br/editora)

